

**ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**

REALIZADA EM 06 DE ABRIL DO ANO 2009

NO

AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»

DE

BRAGANÇA

SIGLAS	
AEC	Actividades de Enriquecimento Curricular
ACISB	Associação Comercial Industrial e de Serviços de Bragança
CDU	Coligação Democrática Unitária
CDOS	Comando Distrital de Operações e Socorro
INTERREG	Programa Internacional de Desenvolvimento das Regiões Fronteiriças de Portugal e Espanha
IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado
PCP	Partido Comunista Português
POCTEP	Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha e Portugal
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata

Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 06 de Abril de 2009, no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança.

SUMÁRIO	Pág.
DIVERSOS: Presenças e faltas.....	515
Membros que pediram substituição	5
Membros convocados	5
Instalações	6
MOÇÕES	
I – MOÇÃO – Transferência de atribuições para os Municípios	14
II – MOÇÃO – Criação de Equipe de Intervenção Permanente nos Bombeiros Voluntários de Izeda.	64
QUORUM- Segunda Sessão Ordinária – 06 de Abril de 2009.....	5,83
INTERVALO PARA ALMOÇO.....	83

ORDEM DE TRABALHOS	Pág.
1 -ACTAS - Leitura, discussão e votação das actas da primeira sessão extraordinária e da primeira ordinária, realizadas em 23 de Janeiro e 09 de Fevereiro de 2009, respectivamente.	8
2 - PÚBLICO - Período de intervenção.	9
3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:	9
4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:	22
4.1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE O ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO.	22
4.2 – Discussão e deliberação sobre o Relatório de Gestão e Documento de Prestação de Contas relativos ao Ano Económico de 2008 e Proposta da Aplicação de Resultados.....	84
4.3 – Tomada de conhecimento e discussão sobre o Relatório da Auditoria Externa às Contas do Município de Bragança – reportado a 31 de Dezembro de 2008.	359
4.4 – Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança	
4.4.1 – Terceira Modificação – Primeira Revisão ao Orçamento Municipal e Plano Plurianual de Investimentos para o ano económico de 2009;	415
4.4.2 – Regularização da aquisição do parque de máquinas de Vale D’Álvaro em Bragança (Antigo Estaleiro da JAE);	423
4.4.3 – Correções dos artigos 9.º e 16.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais;	457
4.4.4 – Cedência do Direito de Superfície, sobre um prédio rústico, sito na Quinta de Vale de Prados, Freguesia de Santa Maria, destinado à construção do Parque de Ciência e Tecnologia;	460
4.4.5 – Extinção da Comunidade Urbana de Trás-os-Montes, e a partilha do Património, nos termos do artigo 39.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto;	467
4.4.6 – Cedência de uma fracção independente de prédio em regime de propriedade horizontal, designada pela letra “A”, sita na Rua Abílio Beça, n.º 92, 1.º Andar, em Bragança, À ACISB – Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança.....	472
4.5 – Eleição dos Membros da Assembleia Municipal para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes.	513

INTERVENÇÕES

Nome	Página (s)
António Vieira	394
Bruno Veloso	506
Carlos Cadavez	19
Domingos Seca	65
Guedes Almeida	454,504
José Castro	12,16,73,397,408

Joaquim Salgueiro	10
Luís Afonso	18,66,69,70,400
Luís Costa	459,503,507
Luís Machado Rodrigues	75
Luís Pires	17,21,71,405,
Luís Vale	20,398
Manuel Pires	82
Nuno Reis	406,505,508
Paulo João	9
Presidente da Câmara	37,62,64,,66,67,79,384,410,422,449,452,459,498,501,509
Presidente da Mesa	6,7,10,12,14,15,16,17,18,19,20,21,22,37,59,60,61,62,3,64,83,359,384,393,397,398,400,405,406,408,410,413,414,415,422,449,450,452,453,457,458,459,466,471,472,498,499,500,502,504,505,506,507,508,510,511,512,513,514,515
Primeiro Secretário da Mesa	60,64,65,66,67,69,70,71,72,73,74,77,78,82,83,
Rosa Pires	64
Victor Pereira	18,65,70,77

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página (s)
Bruno Veloso	61
Guedes Almeida	451,500,504
José Castro	450,471,499,502
Luís Afonso	15
Luís Costa	59,
Luís Pires	449
Vítor Pereira	15,61,

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página (s)
Bruno Veloso	
Guedes de Almeida	72,413,466,511
José Castro	456,466,511
Luís Pires	414,460,510
Nuno Reis	415,512,513
Orlando Pontes	72
Victor Pereira	512

PONTO DE ORDEM À MESA

Nome	Página (s)
Luís Pires	504

.....Aos **seis dias do mês de Abril do ano de dois mil e nove**, realizou-se no Auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a **segunda sessão ordinária** da Assembleia Municipal, tendo o seu início às nove horas e trinta minutos e fim cerca das dezoito horas e trinta minutos, na qual participaram **noventa e quatro membros**, dos noventa e nove que a constituem, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

.....**1 -ACTAS - Leitura, discussão e votação das actas da primeira sessão extraordinária e da primeira ordinária, realizadas em 23 de Janeiro e 09 de Fevereiro de 2009, respectivamente.**.....
.....**2 - PÚBLICO - Período de intervenção.**
.....**3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**
.....**4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**.....
.....**4 .1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.**
.....**4 .2 – Discussão e deliberação sobre o Relatório de Gestão e Documento de Prestação de Contas relativos ao Ano Económico de 2008 e Proposta da Aplicação de Resultados.**
.....**4.3 – Tomada de conhecimento e discussão sobre o Relatório da Auditoria Externa às Contas do Município de Bragança – reportado a 31 de Dezembro de 2008.**
.....**4.4 – Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança.**
.....**4.4.1 – Terceira Modificação – Primeira Revisão ao Orçamento Municipal e Plano Plurianual de Investimentos para o ano económico de 2009;**
.....**4.4.2 – Regularização da aquisição do parque de máquinas de Vale D’Álvaro em Bragança (Antigo Estaleiro da JAE);**
.....**4.4.3 – Correções dos artigos 9.º e 16.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais;**
.....**4.4.4 – Cedência do Direito de Superfície, sobre um prédio rústico, sito na Quinta de Vale de Prados, Freguesia de Santa Maria, destinado à construção do Parque de Ciência e Tecnologia;**
.....**4.4.5 – Extinção da Comunidade Urbana de Trás-os-Montes, e a partilha do Património, nos termos do artigo 39.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto;**.....
.....**4.4.6 – Cedência de uma fracção independente de prédio em regime de propriedade horizontal, designada pela letra “A”, sita na Rua Abílio Beça, n.º 92, 1.º Andar, em Bragança, À ACISB – Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança.**
.....**4.5 – Eleição dos Membros da Assembleia Municipal para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes.**.....

QUORUM - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e trinta minutos e foram presentes:

MEMBROS SUBSTITUÍDOS:

PS: Luís Filipe Pires Fernandes

PSD : Júlio de Carvalho; Martina Isabel Veiga Dias; Vasco José Gonçalves Vaz e Nuno Álvares Pereira.

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: Sé – Paulo Xavier.

MEMBROS CONVOCADOS :

PS: Fernando Carlos da Silva Paula.

PSD: Maria Olinda Pereira; Manuel Ferreira Azevedo Maia; Maria Eugénia Cerqueira B. Afonso e Delminda Maria Costa Leite.

INSTALAÇÕES:

- **DELMINDA MARIA COSTA LEITE** – Eleita pela Lista do Partido Social Democrata, nascida em 02/09/1953, filha de Firmino da Costa Leite e de Rosa de Sousa Marinho, natural da Freguesia de Margaride (Santa Eulália), Município de Felgueiras, e residente na Freguesia da Sé, Município de Bragança, portador: Bilhete de Identidade nº. 3026400, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Bragança em 30/05/2001, Cartão de Eleitor nº.15 729, emitido pela Comissão Recenseadora da Freguesia da Sé e Cartão de Contribuinte nº. 118094530.

- **EMILIA CAROLINA FERNANDES CAMINHA (Substituta legal do Presidente da Junta de Freguesia da Rebordainhos)** - Eleita pela Lista do Partido Social Democrata, nascido em 27/10/1975, filha de Manuel António Caminha e de Maria de Lurdes Pereira Fernandes Caminha, residente na Freguesia de Rebordainhos, Município de Bragança, n.º de Identificação Civil nº. 10534062 6ZZ2, e n.º de Identificação Fiscal 220024430.

----- **Presidente da Mesa** – Senhores e Senhoras Membros da Assembleia, muito bom dia a todos, temos presenças suficientes para começar os trabalhos, a todos cumprimento, cumprimento também o Senhor Presidente da Câmara e vamos então dar início aos nossos trabalhos.

----- Antes de entrarmos na nossa agenda eu queria fazer aqui três ou quatro notas, a primeira diz respeito à Acta da Reunião de oito de Setembro de dois mil e oito que foi aqui aprovada, em que por lapso, nessa Acta está repetida uma Certidão, que é da constituição da Bragança EcoPark, quando devia estar essa num ponto e a certidão relativa à constituição da Associação para o Desenvolvimento da Regia Douro- ParK noutro ponto. Isto é um lapso, de facto, mas que se corrige e se corrigiu introduzindo a Certidão que faltava.

----- A segunda nota que queria fazer era também relativamente a uma Acta da Sessão de vinte e nove de Setembro de dois mil e oito, em que foi aqui discutida por iniciativa da CDU a Política Municipal para a Educação, na Acta respectiva eu constatei que havia uma incongruência óbvia quando foi transcrita uma intervenção relativamente à participação da DREN nos custos das refeições servidas ou que o Município pagou, e por haver essa incongruência, foi visto com o Senhor

Presidente da Câmara quais eram os números correctos e vamos introduzir na Acta da reunião de hoje, esses números correctos. Já foi distribuída uma cópia desta nota aos Senhores Líderes dos Grupos Municipais e também aos Senhor Membro da Assembleia José Castro que foi o promotor da discussão desse ponto e eu tenho aqui também uma cópia dessa correcção para entregar ao Senhor Membro, Manuel Pires e ao Senhor Presidente da Câmara que era quem discutia na altura esta matéria.

Introdução da parte da intervenção, com os números correctos:.....

“Indiquei um valor de custo para o Município, com as refeições, de 223 569€, números exactos do ano lectivo de 2007/2008, portanto a projecção de 2008/2009 há-de andar próximo do valor referido.

..... O valor de comparticipação do ano lectivo anterior, da parte da DREN foi de 67 967,64€, para a despesa atrás referida, estamos a falar de cerca de 30% do valor da despesa global. “.....

----- A terceira nota que queria fazer... ..

-----

----- **Presidente da Mesa** - Estou a dar agora, não, não, para si levou o Senhor Membro da Assembleia Luís Costa na última Reunião da Comissão Permanente um exemplar para lhe entregar, deve estar lembrado disso.

----- A outra nota que queria fazer é que eu vi algumas menções na comunicação social relativamente à disponibilização de elementos de Relatórios de Empresas Municipais aos Senhores Membros da Assembleia. Eu queria relembrar o seguinte, que a informação sobre a documentação que chega à Assembleia Municipal é distribuído ao Líderes dos Grupos Municipais periodicamente e foi comunicado pelo ofício de dezoito do quatro de dois mil e oito, foi comunicado aos Líderes dos Grupos Municipais que estavam na Assembleia Municipal os relatórios relativos ao exercício de dois mil e sete: do Mercado Municipal de Bragança; da Terra Fria Carnes; das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro; da Associação dos Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano; dos Resíduos do Nordeste EIM; da Fundação Os Nossos Livros e da Fundação Rei Afonso Henriques e posteriormente em nove do doze de dois mil e oito foi comunicado também que estava disponível o relatório do primeiro semestre de dois mil e oito, das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro.

----- Queria deixar esta precisão feita e aproveito para dizer que estão disponíveis, relativamente ao exercício de dois mil e oito, ainda não os relatórios assinados, formalmente assinados, mas o texto dos relatórios e contas das Empresas: Mercado Municipal de Bragança; Terra Fria Carnes; Águas de

Trás-os-Montes e Alto Douro; Resíduos do Nordeste EIM; Bragança POLIS; Fundação Os Nossos Livros e da Empresa Parque Eólico de Nogueira, fica esta informação feita.

----- A quarta nota que queria fazer relaciona-se com o último ponto da nossa Agenda para hoje, que diz respeito à eleição de Membros da Assembleia Municipal para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes. Esta eleição que faremos tem as seguintes características, nos termos legais: no universo eleitor são os Senhores Membros da Assembleia eleitos directamente, portanto são os cinquenta Membros da Assembleia eleitos directamente, o universo dos elegíveis são os cinquenta Membros da Assembleia eleitos directamente. A eleição será feita através de apresentação de listas, essas listas terão um máximo, repito, um máximo de cinco elementos efectivos e cinco suplentes, e o apuramento dos resultados será feito pela aplicação do método de Hondt. Para podermos proceder à eleição e preparar com antecedência os boletins, eu solicitava aos proponentes de listas, que as entreguem na Mesa até ao reinício dos trabalhos depois do intervalo para o almoço, ficava esta solicitação feita.....

----- Senhores Membros da Assembleia temos uma longa agenda e eu peço a vossa colaboração para podermos de ir tão longe quanto pudermos, na realização desta agenda.

----- O primeiro ponto da Ordem de Trabalhos é

.....PONTO 1 -ACTAS - Leitura, discussão e votação das actas da primeira sessão extraordinária e da primeira ordinária, realizadas em 23 de Janeiro e 09 de Fevereiro de 2009, respectivamente.....

..... Pergunto se há algum pedido de intervenção relativamente às Actas. Não sendo esse o caso, vamos votar:.....

- Acta da Assembleia Extraordinária realizada em vinte e três de Janeiro.

----- Não tendo havido discussão foi a mesma submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, duas abstenções e setenta e três votos a favor, estando momentaneamente setenta e cinco membros presentes.

- Acta da primeira sessão ordinária realizada em 9 de Fevereiro de 2009.....

----- Não tendo havido discussão foi a mesma submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, uma abstenção e setenta e quatro votos a favor, estando momentaneamente setenta e cinco membros presentes.

----- Entramos no

PONTO 2 – PÚBLICO – Período de Intervenção.

----- Pergunto se há algum elemento do público que queira intervir, não sendo o caso, vamos entrar no

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

----- Estamos a registar inscrições, daqui do meu lado direito, o Senhor Membro da Assembleia Paulo Hermenegildo inscreveu-se, o Senhor Membro da Assembleia, Carlos Cadavez também. Tem a palavra o Senhor Membro da Assembleia, Paulo Hermenegildo, faz favor, Presidente da Junta de Freguesia de Rabal, é nesta qualidade que vai intervir com certeza.....

----- **Paulo Hermenegildo** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Bragança e respectivos Membros, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, caros Colegas, Excelentíssimos Deputados, Comunicação Social e Público em geral, porque não está ninguém, antes de mais, muito bom dia a todos. Foi com algum desagrado, e tenho que o deixar aqui claro, que no nosso semanário, passo a publicidade, “Jornal Nordeste nº. 649 de 10 de Março”, li uma noticia veiculada por estes, anexa no fundo ao Senhor Deputado do Bloco de Esquerda.

----- Senhor Deputado, que fique clara uma coisa, Vossa Excelência não é a primeira vez que aqui vem a duvidar, a pôr em causa a competência dos Senhores Presidentes da Junta do nosso Concelho. Nós, Juntas de Freguesia, somos o Órgão que está mais perto das populações, que estamos mais directos, que sabemos aquilo que se passa diariamente. Vem aqui escrito que na óptica dos bloquistas, as Juntas de Freguesia e neste caso a Câmara Municipal, estão a fazer um mau negócio no que diz respeito às energias eólicas. Eu faço uma pergunta, querem o desenvolvimento da região ou não querem o desenvolvimento da região? Vamos continuar a viver de ratos cabrerias e mosquitos e etc., portanto, acho que isto que não é, é redutor do desenvolvimento do nosso Concelho. Os parques eólicos da nossa região só trarão mais valias em termos económicos. Nós, Juntas de Freguesia que assinámos esse acordo com a empresa em causa, ficaremos em termos económicos mais ricos, não estaremos tão dependentes da Câmara Municipal em termos económicos e assim tenho a certeza que haverá um desenvolvimento muito mais rápido e muito mais eficaz nas nossas Freguesias, que temos a noção efectivamente que faltam e nessa coisas como fala aqui, no saneamento básico, etc.. De facto em algumas Freguesias ainda faltam, não se pode fazer tudo num dia, tem que se caminhar caminhando e eu acho que é assim que as coisas tem que acontecer.

----- Também diz aqui uma coisa, acusando o nosso Presidente da Câmara Municipal de Bragança, se irá interceder junto do Governo para que este projecto possa avançar, da área protegida. Senhor Presidente, por o que cabe de mim, se for legal, interceda junto do Governo para que este projecto vá para a frente, é necessário, é necessário e é urgente; vamos aqui ao lado do nosso País, à Espanha onde de facto estão a cumprir as quotas que foram estabelecidas em termos de energias alternativas, nós Portugal, mais uma vez, por causa de alguns fundamentalismos de alguma gente, encaro isto como fundamentalismo, mais uma vez estamos sujeitos a que haja um impedimento à ultima da hora, uma providenciar cautelar, há estas coisas bonitas na Lei que são redutoras do nosso desenvolvimento. Isto não pode deixar, enfim, tem que acabar, nós todos temos que nos unir, Juntas de Freguesia, conjuntamente com a Câmara Municipal e em conjunto darmos, fazermos força, juntarmos sinergias para que estes projectos vão para a frente.....

----- Senhor deputado, faço-lhe um desafio, visto que Vossa Excelência não mora cá, até mora no Porto, não é? E de facto, apenas vem aqui às Assembleias, com certeza aos colóquios do Bloco de Esquerda, e às reuniões do Bloco de Esquerda, faça uma visita mais intensa e mais intensificada às nossas freguesias, eu faço-lhe um convite, telefone-me e tenho todo o gosto em lhe ir mostrar a minha freguesia a Lastra onde irão ser implantados os parques eólicos e talvez assim, como Vossa Excelência está mais no Porto, vem às Assembleias, assim ficará a conhecer melhor o potencial da nossa região, porque nós conhecemo-lo; Vossa Excelência acusa-nos aqui que nós não o conhecemos e que irá ser feito um mau negócio, mas nós conhecemos de facto aquilo que a nossa região tem, posso juntar tudo, posso juntar o turismo, posso juntar o desenvolvimento, posso juntar essas coisas todas. Tenho dito, muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. O Senhor Membro da Assembleia, Joaquim Salgueiro, tem a palavra, faz o favor.

----- **Joaquim Salgueiro** - Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, restante Membros desta Assembleia, muito bom dia.

----- É público e notório que nos últimos tempos temos vindo a assistir a um constante encerramento de serviços públicos, cuja extinção tem empobrecido e muito a nossa região. A desertificação tem sido um processo inalterável e com raízes profundas alimentadas invariavelmente pelos responsáveis dos diversos governos que ao longo de muitos anos nunca encararão o potencial desta região, como uma oportunidade e uma mais valia na ajuda ao desenvolvimento sustentado do nosso País.....

----- As nossas lamentações têm sido constantes, mas o certo é que serviço após serviço, eles vão encerrando sem que nada nem ninguém possa ou queira parar este processo. A falta, na região, de uma voz forte e audível, cujo objectivo seja a defesa e o bem-estar dos habitantes desta terra tornou-se e torna-se, à medida que o tempo passa, cada vez mais urgente. Que seria das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, sem a voz incómoda dos seus líderes? E esta voz que teima em não se ouvir, não tem encontrado eco nos nossos ilustres Deputados, eleitos por nós à Assembleia da República.

----- Tal cruzada torna-se especialmente penosa quando pertencem ao partido que suporta o Governo. Promessa após promessa, cerimónia após cerimónia, o certo é que, por estas terras não se constroem estradas, dando-se como justificação, a existência de um rato ou de uma qualquer lagartixa. Seremos assim tão ingénuos como nos julgam? Não somos. A solidariedade do País, para o nosso Distrito, teima em não chegar.

----- Mas a razão fundamental que me traz aqui é o facto de se perspectivar a saída do Distrito e em especial do Concelho de Bragança, de um número elevado de professores pertencentes aos Quadros de Zona Pedagógica, cujas escolas foram encerradas. Não quero deixar de alertar para as consequências dramáticas que esta situação vai seguramente trazer à nossa região. Este problema será quiçá, um problema transversal a quase todos os Membros desta Assembleia, pois porventura, terão familiares ou amigos a viverem este drama. Honestamente ainda não será possível quantificar o seu número, mas serão com certeza muitos dos professores, que no próximo verão, após vinte anos de serviço, ou mais, consumados nas nossa escolas, vão ter de fazer as malas e abandonar as suas famílias e as suas casas, levando consigo os seus filhos, sendo que alguns nunca mais voltarão. Avizinha-se mais um drama para inúmeras famílias. Uma vez mais as gentes transmontanas são obrigadas a ir rumo ao litoral, pois é lá que existe população. Sinceramente não me parece ser este um problema exclusivo dos professores que vão partir, mas sim de toda a comunidade, porque a saída de centenas de docentes vai contribuir para uma maior desertificação de todo o Nordeste.

----- Porque ainda estamos a alguma distância temporal do verão e porque ainda é possível inverter esta situação, queria deixar aqui uma reflexão para a solução deste problema. Esta solução passará por colocar estes professores em outras funções educativas, nomeadamente na prestação de apoio pedagógico individualizado aos alunos com maiores dificuldades de aprendizagem, na substituição dos seus colegas que faltam por motivo de doença e também noutras actividades tão necessárias ao bom funcionamento e à qualidade das nossas escolas. Se assim não acontecer, as nossas escolas vão ficar mais vazias, a alma das nossas crianças vai ficar triste.....

----- Porque o motivo da minha intervenção é apenas aquele para o qual fui eleito, gostaria de fazer um apelo aos responsáveis do Ministério da Educação, para que na medida do possível, mantenham os nossos professores connosco, porque eles são necessários aqui.

----- Também gostaria de fazer um apelo ao senhor Presidente da Câmara, que interceda, neste sentido, junto dos responsáveis do Ministério da Educação.

----- Termino citando o poeta Fernando Pessoa, “O melhor do mundo são as crianças”. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito Obrigado. Senhor Membro da Assembleia, José Castro, tem a palavra.

----- **José Castro** - Bom dia a todos, Senhor Presidente, Mesa, Executivo, meus companheiros da Assembleia Municipal. Em primeiro lugar dizer que me esqueci dos óculos e portanto pedir desculpa por alguma perda de performance na leitura.....

----- Há cerca de dois meses, aqui na nossa última sessão, discutíamos nós a ineficiência da resposta dos serviços de Protecção Civil para fazer face às Neves de Janeiro e Fevereiro. Na altura e mais uma vez, tanto o PSD como o PS, quiseram sacudir a neve do capote, jogando pingue-pongue das irresponsabilidades entre o Governo de Lisboa e o Executivo do nosso Município. Pelo meio ficaram as crianças das aldeias mais afastadas, paradas no caminho nevado que agora tem de percorrer diariamente à procura das tais prometidas escolas mais modernas e mais bem equipadas que a da sua aldeia, e que tardam em encontrar. Pelo caminho ficaram as suas aulas por recuperar, dias que perfazem semanas de vida que não parou nas restantes escolas, que não foram afectadas. Para trás ficaram ainda os idosos, a quem a solidariedade local valeu e que permitiu que não houvesse nenhum desfecho fatal.

----- Passado dois meses, volta o sobressalto ao nosso meio rural com outro dos elementos clássicos da natureza do nosso planeta, o fogo. Há dois meses seria difícil adivinhar que hoje, a seis de Abril, o Distrito já tivesse sido afectado por quase duzentos incêndios que consumiram mais de duzentos e cinquenta hectares de matos e floresta, os últimos dos quais, na sexta-feira e sábado passados, em Laviados e em Espinhosela. A continuar assim, é natural que rapidamente ultrapássemos os mil e oitocentos hectares ardidos no Distrito de Bragança no ano passado e que nos colocaram em segundo lugar em termos de área ardida a nível do País.....

----- Os meios de Protecção Civil, que tão bem se fazem notar pelas suas viaturas e indumentária reluzente passeando pela Praça da Sé, foram mais uma vez apanhados desprevenidos, tal como antes, estariam a pensar nos incêndios de verão, quando caiu a neve, provavelmente agora

estavam à espera de mais neve e vieram os incêndios. Elucidativo para um serviço que se pretende, funcione precisamente para as emergências e para os casos excepcionais, mas ao qual parece que até as previsões meteorológicas fazem confusão.

----- Por outro lado, a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, dessa comissão não sabemos se tem assegurada a obrigatória limpeza da faixa de largura mínima de cinquenta metros, à volta de todas as habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações.

----- Não sabemos quantas e quais foram as queimadas, licenciadas pela Câmara Municipal e se alguma delas esteve na origem desses incêndios.

----- Não sabemos da avaliação das sessões de informação e sensibilização, nas freguesias rurais.

----- O que é feito da medida estratégica da Agenda Local 21, para uma floresta ordenada e gerida de forma sustentável, que supostamente deveria ir já a meio do seu desenvolvimento, mas da qual só há notícia de alguma população prisional de Bragança e Izeda, utilizada em alguma limpeza de floresta? Esta vaga de incêndios antecipou-se umas poucas semanas à apresentação do novo sistema de emergência por GPS, e do Atlas de Riscos Naturais e Tecnológicos, que hoje recebemos, e portanto aguardemos pois pelos seus resultados.

----- No entanto é precisamente neste contexto, em que a floresta volta a ser consumida pelas chamas, que a Assembleia da República aprovou no passado dia vinte e sete de Março uma das Leis mais gravosas para a protecção da floresta e o desenvolvimento do sector florestal.

----- Trata-se da Lei que estabelece a transferência definitiva de atribuições para os Municípios, em matéria da constituição e funcionamento dos gabinetes técnicos florestais, bem como outras atribuições e aí está, no domínio da prevenção e defesa das florestas. Embora assegure o financiamento, como até agora, dos gabinetes técnicos florestais, a questão põe-se precisamente nessas outras atribuições, a saber, a partir de agora, são competências dos Municípios o acompanhamento das políticas de fomento florestal.

----- O acompanhamento e prestação da informação no âmbito dos instrumentos de apoio à floresta, e até a promoção das políticas de acções no âmbito do controle e erradicação dos agentes bióticos e defesa contra agentes abióticos. Ou seja, a partir de agora passaremos a contar também com os serviços da Câmara Municipal para, por exemplo no nosso caso, desenvolver as políticas necessárias ao combate à tinta do castanheiro, e até ao ????? do pinheiro se for caso disso, e tudo isto de graça, ou seja, sem ser assegurada qualquer participação adicional por parte do Estado para tal, o qual, desde já se desresponsabilizou disso. É assim que os Municípios, os que têm mais floresta e os que têm mais problemas com essa floresta, como é o nosso caso, ficarão com menos

dinheiro para todas as outras competências, para poder suportar a sua floresta, ou então, abandonarão a floresta, para acudir às restantes atribuições e competências Municipais, empobrecendo assim, ainda mais, a sua economia.

----- O Governo, esse, lava as suas mãos, como Pilatos, até não estivéssemos nós em tempo de Páscoa e Semana Santa. Perguntarão como foi isto possível, pois, como de costume, como nos vem habituando este Governo, sem ligar aos Parceiros Sociais da floresta, sem ouvir até o Conselho Consultivo Florestal, e fazendo vistas grossas ao documento sobre a matéria, produzido pela Associação Nacional de Municípios, pondo em causa, precisamente aquelas atribuições adicionais. ..

----- Pese embora o carácter lesivo para a maioria dos Municípios Portugueses, apenas as forças da CDU, na Assembleia da República, o PCP e os Verdes, se opuseram ao diploma em causa, que assim foi aprovado pelo PS, com a abstenção de toda a restante oposição parlamentar. Porque esta é mais uma Lei que vem prejudicar claramente a nossa região e o nosso Município, e porque é nas Assembleia Municipais que tem a voz privilegiada os representantes das freguesias, como agora foi reafirmado, mais afectadas, impõe-se então, que esta Assembleia tome uma posição firme na defesa da nossa floresta e das populações que dela dependem, assim, solicito à Excelentíssima Mesa, a aceitação para discussão e apreciação da seguinte Moção.

----- **Presidente da Mesa** – O seu tempo terminou, Senhor Membro da Assembleia, leio-a eu, que é para não levantar excepções, se fizer o favor; aliás já da outra vez lhe disse isso, os senhores são pessoas experientes e sabem gerir muito bem o vosso tempo e gastam-no inteiramente e depois agora como é Moção, vamos ler, pronto então, a Moção entregue pela CDU diz o seguinte:

----- “Considerando:.....

----- A importância da floresta e do sector florestal na economia do Concelho de Bragança;
O emprego directo e indirecto das actividades associadas ao espaço florestal do Concelho de Bragança;.....

----- A natureza supra municipal da promoção de políticas florestais, do acompanhamento dos seus instrumento de apoio, e sobretudo, das acções no âmbito do controle e erradicação de agentes bióticos e defesa contra agentes abióticos;.....

----- O carácter claramente lesivo e discriminatória que representa a transferência de competências nessas matérias para os Municípios;

----- A importância social e ambiental crescente da floresta na sociedade actual;

----- E finalmente, o valor patrimonial que a floresta representa para as gerações vindouras;

----- A Assembleia Municipal de Bragança, reunida a seis de Abril de dois mil e nove, delibera;

----- Repudiar a iniciativa do governo, aprovada na Assembleia da República no passado dia vinte e sete de Março de dois mil e nove e inscrita na Proposta Lei n.º 232/X (GOV), que estabelece a transferência de atribuições para os Municípios de outras atribuições no domínio da prevenção e defesa da floresta que não as constituição e funcionamento dos gabinetes técnicos florestais. .

----- Exigir do governo medidas efectivas e específicas de discriminação positiva dos Municípios cuja economia depende significativamente da sua floresta”.

----- O Grupo Municipal da CDU - José Castro e Luís Costa, são quem apresentam a Moção e pede-se que seja, se aprovada, enviada cópia ao Senhor Presidente da República, Primeiro Ministro, Presidente da Assembleia da República e todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República.....

----- Senhor Membros da Assembleia, inscrições para pedidos de esclarecimentos? Senhor Membro da Assembleia, Victor Prada, faça o favor.....

----- **Victor Prada** - Bom dia a todos, bom dia Excelentíssima Mesa, Executivo, Deputados, Comunicação Social. Eu queria, até porque nos apanhou aqui de surpresa, a muita gente, visto que a Lei é muito recente, eu gostaria que o elemento da CDU nos explicasse concretamente no que está contra, é contra porque? Quais são as atribuições que são dadas aos Municípios e às Assembleias Municipais, que a CDU está contra, e porquê é que está contra.

----- **Presidente da Mesa** – Não havendo mais inscrições para pedidos de esclarecimentos, Senhor Membro da Assembleia, Luís Afonso, faça o favor.

----- **Luís Afonso** – Bom dia Senhor Presidente da Assembleia, restantes elementos da Mesa, Senhor Presidente, Senhor Vereador, caros elementos da Assembleia Municipal de Bragança, bom dia a todos. A questão que eu queria formular de facto, ficámos surpreendidos também com esta discussão, quando se fala que neste Decreto-Lei que há transferência de atribuições para os Municípios - direitos de atribuições no domínio de prevenção e defesa da floresta - eu gostava também que houvesse esclarecimento, não temos conhecimento se há de facto, com a atribuição de novas competências para os Municípios, se há também uma correspondente transferências das necessárias despesas, das necessárias receitas, para que os Municípios possam levar a termo esta atribuição. Essa era a questão que eu deixava aqui, porque em princípio quando as decisões ficam mais próximas dos cidadãos, por via das Juntas de Freguesias ou Municípios, as decisões normalmente são sempre melhores, quando as decisões ficam bem mais longe, nas atribuições da

Administração Central. No entanto este aspecto das transferências financeiras para socorrerem os Municípios para desenvolverem actividade nesta área, era uma questão que eu deixava aqui. ..

----- **Presidente da Mesa** – O Senhor Membro da Assembleia, José Castro, tem a palavra para poder dar esclarecimentos. Como esgotou o seu tempo na exposição tem que se cingir aos três minutos regimentais.

----- **José Castro** – É verdade, houve realmente um esforço bruto da CDU para trazer aqui um assunto com toda a actualidade e foi realmente na última sexta-feira, vinte e sete de Março, que na Assembleia da República isto foi discutido. Eu tenho a proposta de Lei, ainda, que foi de facto, que é o que está disponível, no entanto é conhecida já a votação, e portanto para esclarecer dizer que no seu artigo segundo, que foi muito relativo para a Associação Nacional de Municípios, que foi exaustivamente contrariada pela Associação Nacional de Municípios, as primeiras diz, portanto, “ no âmbito, são transferidas para os Municípios as seguintes atribuições: alínea a) Acompanhamento das políticas de fomento florestal; alínea b) Acompanhamento e prestação de informação no âmbito dos instrumentos de apoio à floresta; alínea c) Promoção de políticas de acções no âmbito do controle e erradicação de agentes bióticos e defesa contra agentes abióticos”. Ora, o Executivo também poderá esclarecer se quiser.....

----- Neste momento, até hoje e ao longo dos últimos dez anos, as Câmaras Municipais têm tido os gabinetes técnicos florestais, que todos conhecemos, e que têm tido exclusivamente competências no âmbito do controle e da prevenção dos incêndios florestais. Isso começa a partir da alínea d) só não é? Com o apoio à Comissão Municipal de Defesa da Floresta, a elaboração dos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra incêndios a apresentar à Comissão Municipal da Floresta, portanto todas as outras competências que de facto têm tido até agora. Agora metem por debaixo da porta, digamos assim, escondidos, por trás, todas estas doudas competências, nomeadamente as relativas às doenças e pragas que realmente não me parece de todo que o Município tenha condições para as suportar. E depois diz-nos no artigo quinto que são transferidas para os Municípios as dotações inscritas no fundo florestal permanente, relativas aos gabinetes técnicos florestais e o montante das verbas a transferir anualmente para o pagamento das despesas a que se refere a presente lei é actualizado nos termos equivalentes à actualização. Portanto, não vão transferir mais dinheiro do que aquele que têm vindo a transferir até agora, e sobre tudo, e sobretudo condiciona a existência do fundo florestal permanente, que uma pessoa não sabe no futuro o que é que irá acontecer.

----- E sobretudo dizer que realmente aquando da discussão na Assembleia da República, eu gostava que os outros Grupos Parlamentares, sobre tudo que têm mais responsabilidades, tanto a nível da politica municipal, como da politica Nacional, tivessem actualizados relativamente a isso, quando questionado sobre esta matéria, o Ministro disse que ia assinar uns protocolos com os Executivos. Agora, com que critérios, quando, não é? Isso não se sabe, e portanto esta é uma Lei que está mal feita e é importantíssimo que nós aqui nesta Assembleia Municipal, um Concelho tão florestal como é o nosso, que de facto fosse daqui já uma voz dirigida ao Governo no sentido de acautelar um sector tão importante para a nossa economia do nosso Município, como é este e dizer que estamos atentos a isso.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Senhor Presidente da Câmara, eu perguntava-lhe se tem algum comentário a fazer sobre esta matéria, já que o senhor é a entidade envolvida. Não tem.

----- Senhoras e Senhores Membros da Assembleia registamos inscrições para intervenções sobre esta Moção. Senhor Membro das Assembleia, Luís Pires, tem desde já a palavra.

----- **Luís Pires** - Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Vereador, distinta Assembleia, muito bom dia a todos. A tese de que face seja o que for, em princípio, estou contra, connosco não vinga. Pelo que eu pude depreender da intervenção de José Castro, ele viu de relance também o Decreto-Lei ou Proposta de Lei, não sabe exactamente o que essa Proposta de Lei vai trazer, no entanto há uma coisa que me parece óbvia e natural, é que tal como em muitos outros assuntos o Governo achou que a forma como estavam a ser conduzidas as coisas não era a forma mais ágil e mais adequada, no sentido de precaver ou no sentido de que as florestas sejam melhores geridas e o que fez foi uma coisa que se faz claramente, que é por patamares, criou uma Lei, Lei essa que irá ser depois agilizada ao nível mais detalhado. Nesta momento, a proposta de Lei trás um conjunto de premissas que vão permitir a quem está mais próximo dessas florestas, digamos assim, emanar directrizes que sejam mais condizentes com a necessidade que essa florestas tem, aliás é um tema que se vocês se lembrarem, há pouco tempo nós estivemos aqui a falar do Parque Natural de Montezinho, e andávamos aqui “ aqui del’ Rei que o Parque deve ser gerido pelas populações” e agora vamos aqui dizer precisamente o contrário, quer dizer nós temos de ser coerentes e não poder ser assim.

----- A natureza supra municipal de promoção de politicas florestais, como dizia o José Castro e tem aqui na Moção, está contemplada na Lei, e depois existe um patamar mais detalhado que vai ser gerido ao nível das autarquias. Claramente e como é óbvio, há-de haver dotação orçamental para

que essas políticas sejam implementadas. Portanto é uma medida que me parece correctíssima e como tal não me parece esta Moção tenha muito sentido.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado. Senhor Membro da Assembleia, Luís Afonso, tem a palavra.

----- **Luís Afonso** - Relativamente à questão que foi colocada por nós e relativamente à dotação orçamental, ela parece-me que está contemplada na Lei, não sei se a interpretação feita pelo Deputado José Castro foi correcta, de qualquer forma, este é um assunto muito recente, o PSD na Assembleia da República, absteve-se nesta matéria e portanto nós aqui, mediante a informação escassa que temos sobre esta matéria, vamos tomar uma atitude semelhante à que foi tomada a nível Nacional na Assembleia da República, o PSD nesta matéria deverá abster-se nesta Moção.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

-----

----- **Presidente da Mesa** - Querem intervir sobre esta Moção? Fazem favor, é só inscreverem-se, sem me dizerem é que eu não posso.

----- **Victor Pereira** – Bom, eu queria reforçar aqui alguns aspectos que, efectivamente o que o Luís disse e que me parece de toda a oportunidade tornar a referir. Se efectivamente as pessoas fazem Leis em que mais as Leis se aproximam dos cidadãos, mais se aproximam de quem efectivamente gere, como neste caso a floresta, os Gabinetes Florestais, é quase que dizer, é por ter cão e por ter cão e por não ter cão, quer dizer, faz-se uma lei em que se passa para os Serviços Técnicos, para as Assembleias Municipais, para as Comissões de Defesa da Floresta, a grande responsabilidade de gerir exactamente a floresta nos Municípios, e quer dizer, vem-se criticar, vem-se criticar uma Lei que efectivamente põe e dá voz àqueles que mais de perto trabalham nesse sector e portanto, parece-me que é inoportuno a CDU vir fazer uma proposta destas, numa altura destas e que efectivamente como o Luís Afonso disse e muito bem, nós não temos grandes conhecimentos da Lei, porque a Lei foi aprovada há muito pouco tempo, e portanto nós também só poderemos votar contra esta proposta, porque nos parece um bocado desadequada no tempo, no tempo e no conteúdo também.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Vamos então votar a Moção.

----- **Após análise e discussão foi a mesma Moção submetida a votação, tendo sido rejeitada, com quinze votos contra, setenta e uma abstenções e quatro votos a favor, estando momentaneamente noventa membros presentes.....**

----- **Presidente da Mesa** - Declarações de voto? Não havendo declarações de voto vamos prosseguir nas inscrições para o Período Antes da Ordem do Dia. O Senhor Membro da Assembleia, Carlos Cadavez, tem a palavra.

----- **Carlos Cadavez** - Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Secretários, Senhor Presidente da Câmara e Vereador, caros colegas Deputados e Presidentes de Junta, muito bom dia a todos. Gostava de falar, hoje, sobre a eficiência do Ministério das Finanças. Ainda hoje foi anunciado nos telejornais que vai haver cruzamento de dados nos depósitos bancários, tanto em Portugal como na União Europeia, para todos pagarmos ao fisco aquilo que nos compete, estou extremamente de acordo com que isto se faça, isto vem a progredir de há uns anos a esta parte, a máquina fiscal cada vez está a apertar mais, e é difícil, aqueles que eram os prevaricadores, fugirem. No entanto, e até temos computadores, para no dia tal às tantas horas se o cidadão não vai às Finanças, além de pagar os juros de mora, também paga multa. Na minha opinião, estamos aqui nalguns excessos. E quando se contrata um Director-Geral das Finanças, por um montante não visto na função pública e que já saiu, e que é substituído por outro também muito eficaz e que todos os anos diz para os seus funcionários, cumprimos em 100% os nossos objectivos, isto é a máquina que está a funcionar.

----- Eu penso que nesta altura, também os políticos têm que pensar que Estado é que estamos a construir. E há coisas com que eu não posso concordar. Por exemplo, dia 31 de Dezembro para 1 de Janeiro, quando alguém passa de um deficits de 1 euro, aliás quando alguém passa a dever 1 euro às Finanças, o que é que lhe acontece? É um prevaricador e são cancelados os benefícios fiscais. Que cancelem os benefícios fiscais dos nossos filhos, temos benefícios quando os matriculamos, a nível superior, no ensino secundário, sobre livros, vá lá, também hoje em dia a nossa natalidade é muito grande e o nosso grau de ensino também é muito grande, que os filhos, que a gente não tem a capacidade financeira para os pôr a estudar, bem, isso a cada um lhes diz respeito.

----- Que cancelem os PPR's, as pessoas que têm lá o dinheiro também não o perdem, mas aí também e tecnicamente, entra-se noutra contradição, os governos incentivam os PPR's das pessoas, mas cancelam os benefícios fiscais, mas isso tecnicamente diz respeito aos Governos. A minha opinião, eu já não concordo com que um beneficio fiscal, que nos era dado quando nós financiámos de uma maneira ou de outras as instituições de solidariedade social, isto é o Estado Social, eu aí não concordo, quando nós financiamos as IPSS, quando financiamos por assim dizer os mais pobres, eu não concordo com que estas dídivas sejam cancelados os benefícios fiscais. Mas mais gritante, e também não concordo, é com que o Estado dá a um cidadão uma invalidez ou uma incapacidade de 60% ou mais, tem a infelicidade esse cidadão de ter tido uma doença, eu não concordo com que haja

uma norma que cancele os benefícios que o Estado há muito anos concedeu a esses cidadãos, já têm esse tipo de infelicidade, este é o meu protesto político, contra o Governo que de há três anos a esta parte, fez esta norma.

----- E gostava de acabar com uma frase dum ex- Presidente da República, e que dizia, "Também há vida além dos orçamentos". Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Senhor Membro da Assembleia, Luís Vale, tem a palavra.

----- **Luís Vale** - Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vereador, Membros da Assembleia, Presidente de Junta, publico, comunicação social, bom dia a todos. Antes de mais, aquilo que me trás hoje aqui é referir-me em relação ao Aeródromo Municipal.

----- “ No passado mês de Março foi pródigo em notícias acerca do nosso aeródromo e nem por isso nos sentimos informados acerca da evolução deste projecto regional. O Senhor Presidente da Câmara ao longo do tempo, foi-nos informando das ideias e da ambição do seu Executivo relativamente a esta infra-estrutura. Mas aquilo que pudemos saber através da comunicação social foi muito mais do que alguma vez se soube nesta Assembleia.

----- O Bloco de Esquerda aceita, acredita e defende que a infra-estrutura existente deve ser melhorada e a ambição da sua transformação em Aeroporto Regional é bem mais do que legítima. Contudo, não compreendemos como é que, a pretexto da agenda pessoal e política do Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, o nosso Presidente de Câmara venha a ponto de defender esses outros interesses cujos benefícios próprios não são conhecidos.

----- Senhor Presidente, aquilo que aconteceu aqui nesta mesma sala, no passado dia 19 de Março, não foi mais do que um momento do plano de afirmação política de Rui Rio, para aparecer como grande defensor da Região Norte. É verdade que este assunto, o da gestão do Aeroporto Francisco Sá Carneiro diz respeito não só ao Porto, mas a toda a Região Norte, inclusive Bragança e por isso devemos estar atentos, mas isso não poderá ser confundido com o engano promovido por esta Petição, que o próprio Rui Rio, a Associação Comercial do Porto e a Federação Académica do Porto encabeçam.

----- Senhor Presidente, o Bloco de Esquerda é totalmente contra a privatização da ANA, principalmente como moeda de troca pela construção do novo Aeroporto de Lisboa. Defendemos uma gestão pública para o Aeroporto Francisco Sá Carneiro, onde deverá estar a Junta Metropolitana do Porto e até, eventualmente, uma estrutura representativa das restantes Autarquias da Região

Norte. O caminho apontado pela Petição, é defender uma gestão autónoma. Mas o que é uma gestão autónoma!?... é a afirmação de um estudo da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, e da Deloitte que defende que uma parceria pública/privada é a única solução que não traz desvantagens e duplica a criação de emprego!?...O que é uma gestão autónoma!?... Uma gestão privada de empresas como a Soares da Costa e a Sonae também é autónoma, mas seria um desastre como os exemplos num passado recente pela Europa: de Clermont- Ferrand ou do Estrasburgo, ou de Charleroi, *podem comprovar*. Mesmo que fossem empresas de turismo e hotelaria a dirigir o Aeroporto, as low-cost, tomariam rapidamente conta do Aeroporto, expulsando as companhias convencionais. É preciso manter uma utilização diversificada das infra-estruturas aeroportuárias.

----- Assim Senhor Presidente, gostaríamos de saber qual é o projecto de gestão do nosso futuro Aeroporto Regional, pois não me recordo de alguma vez ter aqui dito que o projecto passaria pela privatização da sua exploração. O Aeroporto, ou aeródromo são Municipais, pertencem-nos. Porque raio, depois de um esforço enorme do seu Executivo, em tempo, em meios e em investimentos, se haveria de entregar os lucros para um qualquer privado!?... Não queremos, não aceitamos esse caminho”.....

----- Senhor Presidente, agradecemos alguns esclarecimentos, relativamente a esta situação.

----- Também gostaria de me referir à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Rabal, ele não está na sala, mas de qualquer forma, dizer-vos que a sua intervenção foi repleta de enganos. Primeiro porque eu não critiquei os Presidentes de Junta nem a Autarquia, eu questionei a Autarquia e questionei os Presidentes de Junta na minha intervenção de Fevereiro, acerca do projecto das eólicas. E as Juntas de Freguesia não sabem do potencial eólico e o que eu questionei, nessa altura, foi se elas sabiam, se a Câmara sabia o potencial eólico que existe no nosso Concelho. E aquilo que reafirmo hoje é que me parece que as Juntas de Freguesia e o Senhor Presidente, não sabem, não conhecem esse potencial eólico.

----- Depois quanto à referencia ao facto de eu não residir no Concelho, quanto sei, não sou o único nesta Assembleia que não reside no Concelho e nem por isso, isso significa que esses que não residem cá, não possam fazer o melhor que sabem e o melhor que podem pelo Concelho e pelas suas populações. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Senhor Membro da Assembleia, Luís Pires, tem a palavra.

----- **Luís Pires** - Apenas uma intervenção muito breve para comentar um pouco as palavras do Senhor Deputado que há pouco aqui veio falar da questão dos professores que podem sair da nossa

região, uma preocupação que o Partido Socialista já demonstrou publicamente o que é uma preocupação dele também, mas também como é hábito, aquilo que nós fazemos é além de manifestar e mais importante que manifestar essa preocupação publicamente é através dos canais próprios tentar resolver as coisas, já foi feito no passado, noutros temas e está-se a tentar fazer também neste tema. Já agora, é mais ou menos opinião nossa que isto irá ficar como há três anos atrás, os professores irão ficar em quadro de zona pedagógica ou numa determinada bolsa e irão acabar por ficar na nossa região, portanto na mesma, acho que irá convergir na mesma para esse factor.

----- Já agora há uma coisa que eu gostava, já falei aqui várias vezes sobre isso e gostava que fosse utilizada, que é assim, esse assunto realmente merece-nos muito respeito e é um assunto importante, agora, fazer uma redacçãozinha daquela tipo “querido pai natal” em que se introduz aquela parte inicial de sem eu não há estradas, não há não sei quê, não há não sei que mais, quando se sabe que isso não é verdade, saíram estes serviços e nem se dizem quais é que são, porque não há, as estradas estão haver neste momento, quer dizer, vai desvirtuar a intervenção, vai descredibilizá-la, eu acho que no sentido de vir uma intervenção aqui em condições, devia-se falar das coisas sérias e não por esse ruído de fundo, que acaba por deixar as coisas um pouco embaciadas, digamos assim, acho que devemos ser um pouco mais pragmáticos nas nossas intervenções.

----- Relativamente à intervenção do Dr. Carlos Cadavez, eu realmente não consegui perceber muito bem sobre o que é que ele queria falar. Perdoem-me que vos diga, mas eu passei a tarde de domingo a fazer as declarações de IRS, minhas e da família, que acabei por meter ainda ontem, tenho um familiar directo com 60% de invalidez e coloquei-a lá sem problema nenhum, portanto não estou a ver em que ponto é que aquilo que ele referiu está a ser afectado por estas medidas, até agora não vejo alteração absolutamente nenhuma. É só, obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Terminamos o Período Antes da Ordem do Dia, o próximo ponto diz respeito à apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara, sobre o Estado e Vida do Município, já dentro do Período da Ordem do Dia.

PONTO 4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

PONTO 4.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE O ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO.

ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO

Conforme alínea e) do nº.1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das actividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 9 de Fevereiro de 2009, até à presente data, envolvendo processos agendados para reunião de Assembleia Municipal e outros assuntos, de que se faz uma síntese das principais matérias.

1 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO GERAL E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

1.1- Divisão Financeira

1.1.1 - Secção de Taxas, Licenças, Contra-Ordenações, Execuções Fiscais e Metrologia

As actividades no âmbito da secção decorreram com regularidade ao nível da arrecadação da receita. Neste período o total da receita arrecadada, foi de 163.563,00 €.

1.1.2 - Secção de Contabilidade

Com reporte ao período acumulado de 2 de Janeiro de 2009 até 28 de Fevereiro de 2009 a execução líquida do Orçamento da receita é de 12,9% (i.e. no montante de 5.527.003,92€), para um Orçamento da despesa paga de 12,78% (i.e. no valor de 5.390.931,01€) em relação às previsões e dotações corrigidas do orçamento municipal de 2009 no valor global de 42.178.400,00€. Foi deliberado atribuir os seguintes apoios:

- **Transferências para as Juntas de Freguesia:** no período em avaliação, foram decididas transferências no valor de **279.515,00€**,
- **Subsídios e Comparticipações:** no período em avaliação, foram decididas transferências no valor de **44.287,79€**.

1.1.3 – Tesouraria

O processo de recebimentos e pagamentos decorreu com regularidade, tendo sido feitos os procedimentos de auditoria interna previstos no Regulamento Interno.

1.1.4 - Secção de património, Notariado e Aprovisionamento

Foram abertos os procedimentos referentes a aquisição de bens e serviços, necessários ao funcionamento dos Serviços, tendo sido emitidas 721 notas de encomenda, correspondendo a uma despesa de capital de 143.860,44€ e a uma despesa corrente no montante de 277.052,46€. Foram

celebrados o Contrato administrativo de concessão do domínio público à ASMAB – Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança

1.2 - Divisão Administrativa

No âmbito desta Divisão, destacam-se para além da actividade diária de preparação de agendas para Reunião de Câmara e Assembleia Municipal: produção de certidões; registo e classificação de documentos, neste capítulo de referir a entrada cerca de 2.530 documentos; foram emitidos neste mês e meio, 7 certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia.

Na **Secção de Recursos Humanos**, decorrem/ os processos relativos a concurso; aposentação/pensão de sobrevivência; estágios profissionais e estágios curriculares e de formação nos temas: “O Novo Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações na Administração Local”, “O Novo CCP e os Contratos de Aquisição de Bens Móveis e de Serviços na Administração Pública”, “O Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas” e curso de formação para chefes de divisão.

Na **Secção de Cadastro e Remunerações**, são realizadas as tarefas de processamento de salários, e informação de controlo de despesa com pessoal estando a ser adaptadas as carreiras face ao novo regime de vinculação, de carreiras e remunerações e posicionamento nos índices remuneratórios.

No **Sector de Arquivo**, no arquivo intermédio, foi assegurado apoio externo em processos de investigação, feitas incorporações (102,5 ml de massa documental) e eliminações (41 ml de documentos), devidamente acompanhadas dos procedimentos e autorizações. No arquivo histórico, está a ser feito um bom trabalho, necessário á organização e informatização do arquivo para preservação da documentação relevante e criação de condições de consulta e de divulgação.

1.3 - Divisão de Informática e Sistemas

Destacam-se como actividades mais relevantes: Implementação de “**novos projectos**”: reestruturação do site da CMB; construção de novos sites (Teatro, Centro de Arte, Museu da Máscara, Biblioteca) - prevê-se que os novos sites estejam concluídos e possam ser lançados até final do mês de Abril; informatização da biblioteca - foi iniciado processo de aquisição de equipamentos e software; contratação pública VortalGOV; SIG online e a assistência técnica às escolas (pré-escolar e 1ºCiclo).

2 - DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL

2.1 – Sector de Educação – acompanhamento dos processos relativos ao relacionamento com os agrupamentos, nas áreas das Actividades de Enriquecimento Curricular, transportes, alimentação, apoios sociais e planificação e calendarização das actividades da Escola municipal de Trânsito.

2.2 - Área Cultural

Centro de Arte Contemporânea Graça Morais – Nas sete salas de exposição destinadas à pintora Graça Morais, encontra-se patente a exposição “Segredos”. Inaugurada, a exposição, no dia 14 de Março, vai estar patente até ao dia 25 de Junho. No mesmo dia, foi também inaugurada, no núcleo de exposições temporárias a exposição – “Apontamentos de Arte Contemporânea” colectiva de Pintura, Desenho, Escultura e Vídeo, com obras de Francisco Vidal, Gabriel Abrantes, João Francisco, Martinho Costa, João Leonardo, Pedro Gomes e Samuel Rama.

Durante os meses de Janeiro e Fevereiro 981 pessoas visitaram o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, 310 no mês de Janeiro e 671 em Fevereiro; na sua maioria portugueses.

Museu Ibérico da Máscara e do Traje - Durante os meses de Janeiro e Fevereiro, 1282 pessoas visitaram o Museu, destes a maioria são de nacionalidade portuguesa.

Durante estes dois meses foram realizadas 19 visitas guiadas, a sua maioria a escolas. No dia 24 de Fevereiro, o Museu Ibérico da Máscara e do Traje comemorou o seu segundo aniversário, tendo decorrido a apresentação do Estudo Antropológico – “Máscaras da Província de Zamora, do Nordeste Transmontano e Douro.

Teatro Municipal - Nos meses de Janeiro e Fevereiro, o total de espectáculos realizados foi de, com uma lotação global de 2.248 espectadores. Durante o mês de Janeiro, decorreu a terceira edição do FAN – Festival de Ano Novo, um festival de música Clássica na Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, em parceria com Vila Real e Chaves e que se constitui também como roteiro turístico.

Biblioteca - Durante o mês de Janeiro, tivemos 2859 utilizadores em todos os serviços existentes na biblioteca e em Fevereiro 2740. No dia 16 de Janeiro, recebeu-se parte do acervo da Biblioteca Adriano Moreira e desde essa data que se está a proceder ao tratamento documental.

***Exposições** - Desde o dia 12 de Fevereiro a 13 de Março, na sala 2, do Centro Cultural, que está patente a exposição “Contribuição Militar Transmontana 1878 – 1968”, elaborada a partir do espólio existente no Arquivo Municipal de Bragança e no Museu Militar de Bragança.*

Durante o mesmo período, a sala 1, acolhe a exposição “Laboratório de Imagens – A Ciência em Fotografia”, uma parceria entre a Câmara Municipal e o IGC.

Eventos - no dia 21 de Fevereiro, realizou-se o segundo Desfile de Caretos na Cidade de Bragança. Integraram o desfile, diversas Associações Culturais e Etnográficas, Juntas de Freguesia, Escolas e outras entidades de Trás-os-Montes e Província de Zamora, no total 33 (17 grupos + 16 escolas) representações contando com a presença de 820 participantes e muitos cidadãos a assistir ao desfile. A realização do desfile insere-se na estratégia do Município de promoção externa tendo como referência as tradições associadas às Festas de Inverno e de carnaval do Nordeste Transmontano.

2.3 - Área do Desporto - De salientar como actividades mais representativas: gestão das infra-estruturas desportivas, apoio à realização de actividades desportivas (torneios e competições); apoio à realização de caminhadas na área rural, com crescente participação (superior a 100 pessoas por iniciativa); organização do Campeonato Regional de Infantis/ cadetes de Natação, com a participação de centenas de participantes de vários municípios. No âmbito utilização dos equipamentos desportivos, de salientar que nos meses de Janeiro e Fevereiro, a piscina teve 14.074 utentes e os pavilhões 6.764 utentes.

2.4 - Área de Habitação e Acção Social - Atendimento social; realização de visitas domiciliárias nas freguesias rurais e urbanas. Foram concentrados esforços, no âmbito da Acção Social Escolar, em processos relativos à CPCJ de Bragança, e colaboração em processos do Rendimento Social de Inserção (RSI). Gestão, acompanhamento e classificação dos processos de redução ou isenção no preço dos passes escolares, relativos ao ano lectivo 2008/2009.

No Sector da Habitação Social, destaque para Sinalização e acompanhamento de casos de pedidos de habitação urgentes. Estudo técnico específico de casos prioritários para realojamentos a realiza a 13 de Fevereiro de 2009. Assinatura de contratos de 4 realojamentos de emergência e 1 transferências interna e intervenção na recuperação de casas vagas destinadas para o plano de realojamentos em 2009. De referir também, a aprovação de 3 apoios económicos para a freguesia de Salsas para intervenções prioritárias no domínio habitacional.

Acção Social – Banco de Voluntariado – Destacam-se a acção de Formação “Inventariação de Bens Museológicos e Patrimoniais”, realizada no dia 17 de Fevereiro, no Centro de Arte Contemporânea e a participação no Seminário “Gestão Cultural e Desenvolvimento”, realizada no Teatro de Vila Real, no dia 3 de Março, promovido pela UTAD.

2.5 - Área do Turismo - Durante os meses de Janeiro e Fevereiro, no Posto de Turismo e Posto de Venda, na Cidadela, foram atendidos 1372 turistas. No mês de Janeiro 105 portugueses e 258 estrangeiros, no mês Fevereiro 341 portugueses e 1009 estrangeiros. Os Espanhóis foram os Estrangeiros que mais procuraram o Posto de Turismo.

A Câmara Municipal de Bragança candidatou-se à 4ª Edição dos Prémios de *Turismo de Portugal 2008*, com o projecto do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, na Categoria *Requalificação Projecto Público*, tendo-lhe sido atribuída a Menção Honrosa (de entre as 26 candidaturas nesta categoria), que reconhece o contributo do projecto para a qualificação do turismo nacional e para a notoriedade da cidade de Bragança como destino turístico de excelência.

No dia 20 de Fevereiro, no **Dia das Comemorações dos 545 anos de Cidade**, a Câmara Municipal de Bragança apresentou várias publicações, entre as quais o Guia “Vive e Descobre Bragança”. Neste guia reuniu-se a informação turística mais relevante sobre o Concelho. Neste momento o guia já está à venda em todos os equipamentos do Município, nas unidades hoteleiras e livrarias.

3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - Divisão de Urbanismo

Muito embora o número de solicitações (entrada de requerimentos) à Divisão de Urbanismo se mantenha estável, verifica-se a tendência de decréscimo na construção privada, reflectindo a crise generalizada no sector da construção civil relativamente aos últimos três anos. O Plano de Urbanização foi publicado em D.R., está em vigor, estando a ser preparados procedimentos de forma a colocar a informação SIG, on-line.

3.2 – Divisão de Obras

Concursos - Foram neste período abertos 12 concursos de onde se pode destacar dois concursos para Repavimentação de Bairros na cidade (Bairros da Estação e arruamentos envolventes) 11 ruas; Vale de Álvaro; Alto do sapato; Santa Isabel; s. João de Brito e outras ruas, num total de 19 ruas, abertos dois concursos para Repavimentação de Vias Municipais, (estradas de Sortes/Viduedo/Lanção; Sendas /Fermentãos; Mós e Castanheira /Nogueira), a elaboração dos projectos para o Complexo Desportivo do Trinta (pavilhão multiusos e campo de futebol), projecto para instalação definitiva da feira e projecto de alargamento da Casa da Seda.

Foram aprovados os seguintes assuntos: restauro das paredes do hall de entrada, do edifício do antigo Banco de Portugal, pintura em escariola, pelo valor de 3.828,00€+IVA; fornecimento e colocação de caixilharias na Escola Primária de Samil, pelo valor de 3.875,84€+IVA; aquisição de fornecimento e colocação de mobiliário para a sede da Fundação Rei Afonso Henriques, pelo valor de 38.923,20€; reserva de lote de terreno na Zona Industrial das Cantarias para a Empresa Mecatérmica, Sociedade Mecânica Térmica, Lda., pelo valor de 33.162,75€; execução de muros de suporte em pedra no caminho de N.ª Senhora da Piedade e na Rua da Encosta do Castelo, pelo valor de 9.780,00€+IVA; iluminação do elemento escultórico dos Caretos, aprovado ajuste directo, valor de 3.068,66€, conclusão da rede de saneamento básico na localidade de Calvelhe, estimando-se, nesta última empreitada em 92.500,00€+IVA o valor dos trabalhos a executar.

Foram iniciados os trabalhos da Av. General Humberto Delgado, os trabalhos dos Centros Escolares decorrem a bom ritmo, assim como os trabalhos de calcetamentos na área rural, distribuídos em três empreitadas e os trabalhos de construção dos centros de convívio de Izeda, Deilão, Vale de Lamas e Grijó de Parada.

3.3 - Divisão de Equipamento

Equipa de conservação de vias urbanas/conservação de edifícios - 21 intervenções com destaque para a reparação de fogos no Bairro Social da Mãe d'Água.

Parque de equipamento - apoio corrente às Juntas de Freguesia, trabalhos de limpezas e manutenções da rede viária municipal, enchimento de caminhos rurais e outros.

Armazém – a gestão e controlo estão centralizadas, as instalações físicas adequadamente organizadas, e os recursos humanos rentabilizados.

4- DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

4.1 - Divisão de Saneamento Básico

Procedeu, para além dos trabalhos correntes de manutenção das redes, aos trabalhos associados à gestão corrente de contratos. **Outros trabalhos relevantes** – Em execução dos seguintes trabalhos e empreitadas: Sortes e Valverde - conclusão da ligação de furos novos e reservatórios; Parada - alteração da rede de abastecimento de água; Rebordainhos - arranque do sistema de bombagem de água na parte alta da aldeia e Frieira - limpeza do reservatório e rede de abastecimento de água à aldeia; renovação do sistema de adução de água em alta nas aldeias da Réfega e Alimonde.

No âmbito da **Secção de Saneamento**, realizaram-se os seguintes trabalhos: manutenção da rede situações de substituição de tampas e grelhas; execução de ramais domiciliários; desobstrução de colectores (60) e limpeza de fossas (30) na área rural do Concelho.

Izeda – execução de um colector novo de saneamento no Largo da Feira; abertura de concurso de ampliação e conclusão da rede de saneamento básico nas aldeias de Parada e Calvelhe, respectivamente.

***Transferência de Verbas** - Tendo em vista a compensação financeira das Juntas de Freguesia, devido a trabalhos vários referentes a obras de beneficiação e reparação das Redes de Saneamento Básico existentes, que as mesmas levaram a cabo nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2008, procedeu-se à transferência das verbas no montante global de 52.165,00€.*

4.1- Divisão de Defesa do Ambiente

Espaços Verdes – De referir a plantação de 1087 arbustos, 760 árvores e 13720 flores anuais; podas de redução de copa em árvores de grande porte, num total de 33 árvores, nos espaços do Castelo, Jardim da Gulbenkian, Av. João da Cruz, Praça Cavaleiro de Ferreira, Jardim António José de Almeida, Rotunda Flor da Ponte e Eixo Atlântico; início da plantação de árvores no Cemitério Jardim e Izeda - Jardim Dr. Alves da Veiga.

Actividade Veterinária - Captura e abate sanitário de 18 canídeos errantes.

Rebaixamento de Passeios - 22 passeiras no Loteamento da Rica Fé, totalizando 229 rebaixamentos.

Sinalização Vertical - colocação de 20 novos sinais e manutenção de 21. Refira-se neste âmbito, que a maioria das situações resultou de actos de puro vandalismo.

Mobiliário Urbano - reposicionamento de 3 mecos e 2 bolas delimitadoras de via. Foram, ainda, colocados 4 bancos de granito, no Jardim António José de Almeida e junto à Igreja de São Bento.

Espaços de Jogo e Recreio - 13 acções de manutenção de equipamentos municipais, envolvendo a reposição de equipamento vandalizado.

Cemitérios Municipais - Toural: Inumações – 16; Transladações – 1; Construção sepulturas – 2. **Sto.**

Condestável: Inumações – 7; Transladações – 2; Construção sepulturas – 2; Construção de capelas – 1

Gabinete Técnico Florestal - actividades mais representativas: realização de duas queimadas, promovidas pela CMDFCI, na Freguesia de Deilão, numa área de cerca de 20 ha; foram efectuadas pela EDP, as faixas de gestão de combustível previstas, para as freguesias de França, Rabal, Carragosa, Espinhosela, Parâmio, Rio de Onor, Deilão e Pombares. Pela EP, foram efectuadas as faixas de gestão

de combustível nas seguintes estradas: EN 103-7; EN 308; EN 103-7 e EN 206; foi preparado e apresentado à Autoridade Florestal Nacional o documento de candidatura do Jardim da Gulbenkian a Árvores de interesse público.

4.2 - Divisão de Transportes e Energia - No âmbito desta Divisão, destaca-se alguns indicadores apurados, relativos ao ano de 2008: produção de energia 574.929,62€; comunicações 104.769,74€; energia eléctrica 1.061.531,84€; gás natural 206.007€; com os dois autocarros de transportes de turismo, no apoio ao movimento

associativo, foram realizadas 133 viagens para o exterior, transportados 4174 passageiros, percorridos 16368 Km e durante os dias de semana, apoiaram as actividades escolares, percorrendo 13305 Km. Com a reestruturação das linhas rurais, no final do 1.º trimestre de 2008, os STUB, melhorou-se o serviço, fazendo menos Km e transportando mais passageiros. Foram percorridos 493808 Km e transportados 605000 passageiros; o transporte escolar contratado (pré-primário e 1.º Ciclo), envolvendo 28 circuitos e 293 crianças transportadas deverá custar 388.500,00€, o transporte escolar em carreiras públicas (1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico), deverá custar cerca de 200.000,00€. Na infra-estrutura aeroportuária, ocorreram evoluções, que incluem o serviço de informação aeronáutica (VOR/DME, em operação) e a aprovação do estudo prévio de Revisão do Plano Director e viabilidade do Aeroporto Regional pelo INAC. Nos parques de estacionamento subterrâneo estacionaram 273263 veículos. Foi aprovado o projecto de Regulamento de Funcionamento e Exploração do Aeródromo Municipal.

5 - Protocolos - Aprovados os seguintes protocolos: Contrato de Comodato pelo qual é cedido à Câmara Municipal o património referente ao edifício sede da Cooperativa da Terra Fria, sito no bairro da estação; Contrato de Cedência do Direito de Superfície, à Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark, por um período de 50 anos, sobre um prédio rústico, sito na Quinta de Vale de Prados, Freguesia de Santa Maria, destinado à construção do Parque de Ciência e Tecnologia; acordo prévio de Cedência do Direito de Exploração Cinegética, estabelecido entre o Município de Bragança e a Associação Recreativa, Ambientalista de Caça e Pesca de Alfaião – ARACPA; Contrato Administrativo de Concessão do Domínio Municipal da parcela A, com a área de 2.295 m², sita no Loteamento 'Rainha Santa', Formarigos, Freguesia da Sé, em Bragança, à Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança, IPSS, a título gratuito, pelo prazo de trinta anos, destinada à construção de um equipamento com a valência de apoio à vítima; Protocolo de Colaboração entre o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, IP, - IGESPAR, I.P. e o Município de Bragança, com o objectivo da partilha de informação correspondente ao património classificado do Concelho de

Bragança; protocolo de Colaboração entre o Município de Bragança e a Associação “Clube de Caçadores da Freguesia de Nogueira”, tendo em vista a cedência, título precário, das instalações onde funcionou a Escola EB1 de Nogueira.

Protocolo de Cooperação entre o Município de Bragança, os Agrupamentos de Escolas, Escolas Secundárias, Escola Superior de Educação e o Teatro de Estudantes de Bragança, como o objectivo de assegurar e dinamizar a cooperação entre o Município, as Escolas envolvidas e o Teatro de Estudantes de Bragança, no sentido de fomentar o interesse cultural dos alunos pelas diferentes artes do espectáculo, nomeadamente Teatro e Música através da participação na “Mostra de Teatro Escolar” e na “Gala das Escolas”.

Protocolo de Cooperação entre o Município de Bragança e a Tõna Tuna – Tuna Feminina Académica do Instituto Politécnico de Bragança, objectivo da organização do IV Capote – Festival de Tunas Femininas de Bragança.

Protocolo de Cooperação entre a Rede de Bibliotecas Escolares e o Município de Bragança, com o objectivo de proporcionar apoio técnico especializado e recursos de informação às Bibliotecas Escolares do Concelho.

Proposta de Parceria com o CLAS de Macedo de Cavaleiros (Rede Social), no âmbito da candidatura “Desenvolvimento de Projectos Municipais para a Promoção da Interculturalidade” (ACIDI), que tem como finalidade favorecer a implementação de acções e actividades dirigidas à população imigrante, facilitando a sua integração social nas várias dimensões da sociedade.

6 - Foram ainda aprovados os seguintes assuntos:

Extinção da Comunidade Urbana de Trás-os-Montes, e a partilha do Património, nos termos do Artigo 39.º da Lei N.º 45/2008, de 27 de Agosto, na forma de dissolução e liquidação simultâneas, com partilha imediata do património. Mais foi deliberado, aprovar a repartição do património da ComUrTM, no valor de 398.746€; que a Câmara Municipal, integrante da CIM-TM, transfira o valor referente ao Município para a CIM-TM, como crédito das futuras participações do município.

Por solicitação do Conselho Estratégico do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P., foi indicado o nome do Senhor Vereador Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, como representante da Câmara Municipal, no Conselho Estratégico do Parque Natural de Montesinho.

Tomado conhecimento da realização da 1.ª Reunião da Associação Autovia Leon – Bragança no dia 5 de Março, no Município da Puebla da Sanábria, na qual foi decidido, mandar elaborar um estudo com o objectivo de sustentar a fundamentação económica e territorial desta via, considerada estratégica

nas ligações entre o Norte de Portugal e a Zona ocidental de Castela e Léon e Astúrias. Analisada a proposta apresentada pela empresa Airtricity, Energias Renováveis, S.A., de contrapartidas e participação do Município nos projectos de aproveitamento de energia eólica a desenvolver na área do Parque Natural de Montesinho, em resposta à proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a proposta da empresa sido considerada insuficiente.

7 - Informação relativa a Empresas Municipais e Associações mais relevantes:

Associação do Cybercentro de Bragança – Relatório de Contas de 2008 - O exercício de apresenta um resultado líquido negativo de 10.602,10€. Para este resultado contribui fortemente o decréscimo do volume de prestação de serviços, cifrando-se o volume de negócios em 51.025,23€, o que significou uma redução de cerca de 13% em relação ao ano anterior. As razões para esta diminuição estão no aumento da oferta gratuita de acesso à Internet na cidade, nomeadamente a Biblioteca Municipal, o Centro Ciência Viva e o Inatel e ainda as políticas do Governo de distribuição de portáteis com acesso à Internet pelos alunos nas diversas etapas de Formação. Sendo a taxa de utilização dos computadores e acesso à Internet a principal fonte de receitas do Cybercentro é expectável que nos próximos anos estes proveitos continuem a baixar pelo que a diversificação de serviços e procura de novas fontes de receita são fundamentais para a continuidade desta Associação.

Em termos de orçamento, os proveitos previsionais são de 70.776,21€ e os custos previsionais serão de 69.162,05€, maioritariamente relacionados com os recursos humanos afectos ao Cybercentro (55%) e rendas e electricidade (20%), excluindo as amortizações, pelo que se poderá admitir que o exercício de 2009 atinja o resultado previsional positivo de 1.614,16€.

Associação Centro Ciência Viva de Bragança - A Associação Centro Ciência Viva de Bragança, é uma Associação científica e técnica, sem fins lucrativos, que integra a Rede Nacional de Centros Ciência Viva.

O Centro Ciência Viva de Bragança tem impulsionado o interesse de um público diversificado pela ciência e tecnologia, em particular nas áreas do ambiente e das energias alternativas, promovendo conferências científicas, moldando um espaço de lazer ao conhecimento. Desta forma, a Associação promove actividades com interesse científico, estimulando o espírito crítico e a curiosidade pelas diversas áreas científicas.

De 2007 para 2008, ocorreu uma diminuição de 213.487,25€ no endividamento desta Associação, no entanto o Resultado Líquido do Exercício (RLE) apresenta valor negativo de 90.963,75€.

Em comparação a 2007, ano de início de actividade, este resultado diminuiu de 144.883,87€ negativos (2007) para os 90.963,75€ negativos (2008). O Valor das Amortizações apresenta o montante de 169.935,49€.

A bilheteira e actividades diversas como ATL's, Oficinas de Verão, Serviços de Aniversário ou Vendas à Consignação ("Oficina da Ciência, Lda.") geram uma receita mínima, que em 2008 atingiu o valor de 14.028,71€.

Mercado Municipal de Bragança, E.M. – Pela estrutura do Balanço, pode observar-se que, de 2007 para 2008, ocorreu uma diminuição no endividamento de 139.802,60€, embora apresente um resultado líquido negativo no montante de 107.143,30€, valor que tem vindo a diminuir desde o início da actividade, e que o valor das amortizações e juros atinge o valor de 192.571,57€.

No decurso do exercício de 2008, a empresa manteve o número de postos de trabalho relativamente aos anos de 2006 e 2007, investiu 2.717,40€ e revelou-se auto-suficiente para suprir as necessidades de tesouraria. No período em análise, verificou-se um aumento de capital de 165.000,00€, integralmente subscrito pela Câmara Municipal de Bragança. Os resultados financeiros apresentam em 2008 uma

variação desfavorável de 7.998,43€ em relação ao ano anterior, em resultado dos encargos financeiros que a empresa suporta pelo endividamento bancário. Pelo segundo ano consecutivo existe um cash-flow positivo.

No Mercado Municipal, nas várias actividades desenvolvidas existem cerca de 200 postos de trabalho, e destes, 7 são trabalhadores da empresa, número que se mantém desde a abertura.

Terra Fria – Carnes, Lda. - No exercício de 2008 em relação ao exercício de anterior, verificou-se ao nível do pessoal, a diminuição de um trabalhador. Relativamente aos Custos Operacionais e como consequência do esforço da Gestão na diminuição das despesas correntes, verifica-se uma redução nos Fornecimentos e Serviços Externos (-3,08%) e no Pessoal (-3,49%) sendo que na globalidade se registaram custos operacionais de 380.552,93€ comparados com os 427.098,79€ verificados no ano de 2007, ou seja houve uma redução de 10,9%.

Ao nível dos Proveitos Operacionais, verificou-se uma diminuição no valor de 79.563,32€, correspondendo a 26,31%. A variação global é justificada pela diminuição das Vendas em 47.600,23€

(45,01%). Esta redução deve-se ao decréscimo do serviço de abate (13,22%) e à descida permanente do preço das peles.

A empresa apresentou um Resultado Líquido, negativo, no valor de 116.174,03€. Atendendo a que as amortizações assumiram um valor de 106.106,79€, o valor do Cash-Flow foi de -10.067,24€, que descontados os encargos financeiros (23.900,03€) permitiria um Cash-Flow positivo de 13.832,79€.

Da análise da actividade da empresa, ao nível dos abates registou-se uma diminuição nos abates de bovinos e pequenos ruminantes e um aumento significativo no abate de suínos (80,42%). O decréscimo de abates de bovino (14,7%) deve-se essencialmente à crise económico-financeira sentida pelas famílias, afectando, em primeiro lugar, o consumo da carne de bovino dado ser a mais cara. A empresa é ainda afectada pelo “efeito fronteira”, devido, à entrada no mercado local, de carcaças provenientes de Espanha, a preços mais competitivos. Este facto está a ser também prejudicial para os criadores pecuários do concelho.

Apesar das dificuldades do sector, a empresa Terra Fria Carnes, Lda., tem vindo a desempenhar um papel fundamental no apoio à actividade pecuária do concelho, aos agricultores, aos empresários do sector da restauração e salsicharia e também aos consumidores do concelho.

Na sequência da proposta apresentada pela Câmara em Assembleia Municipal, tendo em vista uma possível alienação da empresa ao sector privado, o Conselho de Gestão contratou os serviços de um Revisor Oficial de Contas no sentido de ser avaliada a empresa, bem como a modalidade de eventual privatização. Neste sentido e da avaliação efectuada conclui-se existirem alguns condicionalismos que aconselham a não se proceder à mudança do titular da empresa (quer por venda ou por concessão) sob pena de serem verificados incumprimentos relacionados com o financiamento pelo Ministério da Agricultura - IFAP, implicando a devolução de dinheiro publico concedido. Assim, e atendendo a estes factos o ROC aconselha a não proceder à alienação ou concessão da empresa, pelo menos enquanto vigorarem as obrigações com o IFAP, decorrentes do financiamento público, ou seja, até 03/07/2010.

Fundação “Os Nossos Livros” - tem como missão principal, conforme vontade do seu fundador, “contribuir para o enriquecimento cultural da região de Bragança, mantendo uma biblioteca de consulta pública”. Tem sob sua responsabilidade, por acordo com a Câmara Municipal, a gestão administrativa pedagógica e financeira do Conservatório de Música, frequentado por cerca de centena e meia de alunos.

O ano lectivo de 2008/2009, foi pela Direcção considerado de transição, no sentido de iniciar o processo de consolidação do corpo docente e da Direcção Administrativa e Pedagógica, no sentido de assegurar o reforço do projecto educativo.

O projecto, apesar de estarem a ser asseguradas aulas de música aos alunos ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular, superou as perspectivas iniciais de frequência de alunos.

Durante o ano de 2008, foi realizada por iniciativa da Direcção, auditoria externa às contas da Fundação, envolvendo os três anos anteriores. A Fundação, tem estado a investir na beneficiação do seu património e actualização de inventário, tendo colocado à guarda da Câmara Municipal, alguns bens patrimoniais. A Fundação tem a seu cargo a Biblioteca e o Conservatório de Música. Teve de receitas globais 251.589,55€, de despesa 208.045,96€. As receitas são provenientes, por ordem decrescente: Câmara Municipal; propinas de alunos; DREN e receitas de património próprio. Tem ao seu serviço 19 colaboradores, 2 na Biblioteca e 17 no Conservatório de Música, sendo 15 professores.

BRAGANÇAPOLIS, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Bragança, S.A. –

Foi aprovado em reunião de Câmara Municipal, o projecto de partilha de activos e passivos apresentado pelo Liquidatário da empresa, a submeter a reunião da Assembleia Geral. O Balanço à data de 31.12.2008 regista, em termos de activo: as existências totalizavam 24.037.808,82€; as dívidas de terceiros de curto prazo ascendiam a 12.359,35€; os depósitos bancários no montante de 312.150,49€. O total do activo era de 24.362.390,66€, ou seja, registam um aumento de 0,21%, comparativamente ao período homólogo. O Capital Próprio tem o valor de 3.947.961,42€. Em termos de passivo: as dívidas a terceiros – médio e longo prazo totalizaram 886.011,60€; as dívidas a terceiros – curto prazo ascenderam

a 1.041.640,83€; e os acréscimos e diferimentos fixaram-se em 18.486.776,81€. O total do Capital Próprio e Passivo foi de 24.362.390,66€.

A Demonstração de Resultados, em resumo e para o mesmo período, regista: Resultados Operacionais: (68 511,41€); Resultados Financeiros: 6 031,45€; Resultados Correntes: (62 479,96€); Resultados antes de Impostos: (62 748,46€); Resultado Líquido do Exercício: (62 748,46€).

Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro – O Relatório e Contas da empresa, foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária realizada a 27 de Março, tendo a votação da Câmara Municipal sido de

abstenção. A ADP, dispõe de 70,54% do capital, e os municípios o restante. Bragança subscreveu 3,82%, tendo realizado a parte correspondente ao serviço de saneamento correspondente a 20,9%, tendo informado a empresa que a parte restante só seria realizada após o início efectivo da construção da barragem de Veiguinhas, condição essencial para se manter no Sistema Multimunicipal. Solicitamos recentemente mais uma vez, e por escrito a clarificação do calendário de concretização dos compromissos assumidos de modo que não restem dúvidas relativamente à nossa exigência de concretização do projecto.

A empresa emprega 184 trabalhadores. A situação patrimonial e financeira, indica um activo total de 490.504.820,97€, volume de negócios de 14.643.162,94€ e um resultado líquido do exercício de (6.232.253,36€).

PENOG, Parque Eólico da Nogueira, S.A. - A empresa, aprovou as contas em assembleia Geral de 24 de Março de 2009, tendo o resultado líquido do exercício sido de (27.665,02€), e um Activo líquido de 49.792,85€. A actividade da empresa resume-se ao pagamento de rendas e à elaboração de estudos. A empresa tem garantido os compromissos assumidos com as Juntas de freguesia e Conselhos Directivos de Baldios. Apresentou proposta no mês de Julho, ao “procedimento concursal para atribuição de capacidade de injeção de potência na rede electiva de serviço público e ponto de recepção associado para energia eléctrica produzida em Central Eólica, lote 4 (atribuição de 25 MVA, concelhos de Valpaços, Macedo de Cavaleiros e Mirandela). O concurso foi atribuído para instalação de parque eólico, entre Mirandela e Valpaços.

A empresa necessitava que a DGE, abrisse a possibilidade de no concurso ser aumentada a potência de entrega para um mínimo de 100 MW. A Câmara Municipal, tendo em conta que os trabalhos de construção da linha de MAT, entre Macedo de Cavaleiros e Mogadouro estavam em construção, assim como a Estação dos Olmos, solicitou a 20.05.2008, ao senhor Primeiro Ministro; Presidente da REN; DGE e Ministro da Economia e Inovação, que, a potência de entrega em Macedo, fosse alterada para 150 MW, viabilizando assim o projecto da Serra da Nogueira e mais tarde Montesinho, o que não aconteceu. Manteve-se a potência de 25 MW no ponto de entrega (mesmo em condições desfavoráveis, Penog, apresentou-se ao concurso, obrigando-se a construir a linha de MT, entre o parque eólico e o ponto de entrega - Macedo de Cavaleiros) e adjudicado o parque a empresa que apresentou proposta de tarifário mais baixa, mas sem actividade no sector e para instalação de parque entre Mirandela e Valpaços.

Até final de 2009, início de 2010, a linha de muito alta tensão entre Mogadouro e Valpaços, poderá estar concluída, e assim construída a auto-estrada da energia que desencrava a parte Norte do Distrito de Bragança. A Penog, S.A., tem todos os estudos concretizados e apresentar-se-á a concurso logo que nova oportunidade surja, sendo que se impõe que o Governo retire o “bloqueio” a esta que é um dos espaços com maior potencial eólico na Região Norte.

Município de Bragança, 27 de Março de 2009

O Presidente da Câmara Municipal

António Jorge Nunes, Eng.º Civil

Tomado Conhecimento.....

..... **Presidente da Mesa** - Senhor Presidente da Câmara, tem a tribuna à sua disposição para fazer a sua intervenção de apresentação.

----- **Presidente da Câmara** - Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, restantes Membros da Mesa, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, caro Vereador.

----- Foi distribuída aos Senhores Deputados a intervenção sobre o Estado e Vida do Município e irei fazer um comentário ou outro breve nesta matéria e portanto vou evitar ler a intervenção e irei focalizar parte do tempo disponível noutra área de informação que não está contida de forma exhaustiva no Estado e Vida do Município.

----- Assim faz-se uma informação relativa aos aspectos da evolução da situação financeira, dos vários serviços do Departamento, da regularidade associada, do Departamento Sócio Cultural, da programação dos respectivos equipamentos: Centro de Arte Contemporânea; Museu Ibérico da Mascara, número de visitantes; Teatro Municipal; Biblioteca, exposições e eventos, uma síntese das actividades mais relevantes que decorreram no período em apreciação.....

----- Na área do desporto, a informação habitual, do número de utentes dos principais equipamentos desportivos e as principais actividades. Também na área de Acção Social, na área do Turismo, alguns números, que são sempre importantes. As comemorações dos 545 anos. Na parte de Urbanismo a informação relativa à evolução da actividade. Ao nível da Divisão de Obras a informação dos Concursos de Obras abertos, situação que voltarei a abordar de seguida na projecção, aproveitando para informar que está a decorrer um concurso para a elaboração de um complexo

desportivo na zona do trinta, envolvendo um pavilhão multiusos, um campo de futebol, reestruturando aquela área. No Departamento de Serviços Municipais alguma informação relevante na Divisão de Saneamento, respectivamente na parte de águas, saneamento e esgotos. A Divisão de Defesa do Ambiente, as principais actividades realizadas nos espaços verdes, na actividade veterinária na manutenção urbana e também a matéria relacionada com a prevenção e protecção da floresta.

----- Por notificação feita pelo Município, respectivamente à EDP e às Estradas de Portugal, ali foi realizada a limpeza das faixas dos corredores de transporte das linhas de média tensão, no Concelho, estão citadas na informação, assim como as bermas de algumas estradas. Portanto há uma notificação no âmbito do Plano Municipal de Defesa da Floresta, essas entidades procederam à realização dos trabalhos que lhes competia realizar, o Gabinete Técnico Florestal acompanhou, fizeram-se algumas queimadas controladas, também a limpeza de alguns perímetros florestais de maior risco para as povoações, sito por exemplo Rio de Onor, onde se fez uma limpeza extensiva, utilizando os reclusos, para o efeito.

----- Saliento a elaboração do Atlas de Riscos Naturais e Tecnológicos, foi distribuída aos Senhores Deputados, um projecto elaborado conjuntamente entre os Municípios de Bragança, Macedo e Mirandela, tendo por base uma parceria transfronteiriça com a Junta de Castela e Léon e também com mais um quinto parceiro Português, a Universidade de Letras do Porto.

----- Está em fase, também no âmbito de um programa de cooperação transfronteiriça, ficará em fase de testes, portanto em fase experimental, mas operacional durante a próxima época de incêndios, um sistema de gestão de meios de emergência, um sistema piloto, extremamente avançado e que permitirá agilizar os meios no terreno, adequa-los às necessidades de risco, avaliar o risco, identificá-lo em tempo real para o sistema de comando, identificar situações de viaturas ou bombeiros isolados, portanto um sistema bastante avançado. O Conjunto deste dois instrumentos de planeamento e acção no âmbito da Protecção Civil Municipal, serão integrados no Plano Municipal de Protecção Civil e de Emergência que está elaborado no ano de 2004, revisto no ano 2006 e está agora em fase de revisão para adequar e integrar estes novos instrumentos e esta nova informação, projecto que está a ser elaborado através da Associação de Municípios da Terra Fria, utilizámos esta forma de contratação de serviços de modo a garantir que outros Municípios associados que não dispunham de Plano Municipal de Protecção Civil e Emergência pudessem vir a usufruir do conhecimento de uma equipe capaz de disponibilizar instrumentos para esta área do território. Ou seja, nesta área contrariamente àquilo que, digamos ao quadro fatalista e negro que o Deputado da

CDU apresentou, o Município trabalha, age e achamos que faz bem, de forma clara e até com inovação associada, nalguns dos instrumentos.

----- É dada a informação também aos Senhores Deputados de principais Protocolos realizados, outros assuntos aprovados e informação de síntese relativa às Associações, Empresas e Fundações participadas pelo Município. A generalidade dos relatórios entregues na Assembleia estão assinados pelos respectivos Conselhos de Administração, excepto dois dos documentos, que ainda não tinham sido recolhidas assinaturas, mas que serão enviados para substituir aquele que agora foi enviado, que trás só a assinatura do Presidente da Câmara, há-de vir com as restantes assinaturas de seguida e uma ou outra Associação em que não foram ainda cumpridas todas as formalidades de aprovação por parte do Órgão que Tutela a respectiva actividade e de seguida será enviado para a Assembleia Municipal, como tem ocorrido todos os anos. O Senhor Presidente da Assembleia, digamos, quis salientar que também relativamente a 2007 o Município cumpriu enviando a informação necessária para Assembleia Municipal, para que os Senhores Deputados a pudessem consultar e portanto, não estivessem com, enfim, na própria Assembleia argumentar que a Câmara não fornece a informação. Não é razoável, não é justo, agradeço ao Senhor Presidente da Assembleia ter feito essa referência, relativamente ao ano anterior.

----- Não há nenhuma informação relativamente à Airtricity que não há nenhuma parceria formalizada com a Airtricity, queria deixar esta nota porque na última reunião também houve uma referencia, na última Assembleia não foi possível responder. O Município tem apoiado o processo da presença da Airtricity na região, particularmente com as Juntas de Freguesia e Comissões de Baldios e as condições de eventual participação do Município numa parceria publico/privada nesta iniciativa ou no conjunto de iniciativas que poderão vir a ocorrer no Parque Natural de Montezinho no âmbito do aproveitamento de energia eólica, constando de uma deliberação da Câmara que é de treze de Agosto de dois mil e sete, são as condições de eventual participação na empresa promotora do Parque Eólicos na Serra de Montezinho e renda a pagar ao Município. Não houve acordo sobre esta matéria, quando existir, quando considerar-mos que estão reunidas condições que do ponto de vista do Executivo Municipal satisfarão o interesse do Município, inevitavelmente elas têm que vir para aprovação do respectivo órgão deliberativo.

----- Queria de seguida dar alguma informação adicional relacionada essencialmente com o processo de candidaturas a Fundos Comunitários e aprovações, matéria que certamente preocupa os Senhores Deputados, e bem, mas também dar nota do grande empenho e esforço que o Município tem feito neste âmbito e certamente daí resultará um bom benefício para o Município.

----- No âmbito do POCTEP, que é o Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal, a dotação para a Cooperação Norte de Portugal Castela e León, para a parte Portuguesa é de 4,6 milhões de euros, ou seja, trata-se de verbas muito baixas, comparativamente àquilo que existia no quadro anterior que já por si não eram verbas expressivas, são mesmo verbas muito baixas. O Município apresentou um número muito significativo de candidaturas, temos, até ao momento, aprovadas, está na coluna do lado esquerdo, temos elegível, portanto cerca de seiscentos mil euros, portanto para o conjunto das potenciais entidades elegíveis neste processo, eu acho que não estamos mal, pelo contrário.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

Projectos no âmbito do POCTEP – Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal

POCTEP – Projectos aprovados

Designação	Componentes	Elegível (€)	FEDER (€)	Comp. Local (€)
VIAE	• Constr. do Ponto Internacional da Peliçueira • Reparação da EN 218 entre Ourense e Fronteira • Reparação da EN 218 - Peliçueira	194.622,22	1.459.000,00	42.822,22
DETRABE	• Criação de pontos de encontro e microcrédito de empresas transfronteiriças	128.000,00	102.000,00	24.000,00
PROBOER	• Promoção de, pelo menos, 6 actividades de certificação energética em edifícios públicos • Avaliação da possibilidade de implementação de instalações energéticas de pequena potência no Município de Bragança • Implementação de instalações locais de sustentabilidade urbana: - Criação de gab. transfronteiriço de Bio-construção em Bragança; - Org. 1ª Feira Ecológica Transfr. de Sustentab. Urbana em Bragança	288.468,88	200.000,00	88.468,88
TOTAL		597.153,33	1.661.000,00	155.293,33

FONTE: CMS ASSEMBLEIA MUNICIPAL * ABRIL 2009

----- Os projectos que tínhamos aprovados, são respectivamente, é um projecto que designa-se Projecto Vias, temos um pequeno incentivo para a construção da Ponte Internacional, de um Pontão na Petisqueira, é a continuação da Estrada que se fez do lado Português para o lado Espanhol, também do lado Espanhol foi feito na INTEREG a pavimentação da ligação. A repavimentação da Nacional 218, entre Guadramil e a fronteira, é repavimentação, portanto a verba é muito baixa e a repavimentação da Nacional 218 Petisqueira/Guadramil/Fronteira, é um pequeno troço que existe, vai dar a Rio Mazanas, portanto vamos melhorar a acessibilidade transfronteiriça nessa parte do Concelho. Temos outro projecto com a designação DISTRANS, que envolve a criação de polígonos industriais e micro viveiros de empresas transfronteiriças;

----- Projecto PROBIONER, promoção de pelo menos seis actividades de certificação energética em edifícios públicos;

----- Avaliação da possibilidade de implementação de instalações energéticas de média potência no Município de Bragança, estamos já a instalar três micro - centrais foto voltaicas:.....

----- A implementação de transferências de sustentabilidade urbana transfronteiriça.

----- Criação de gabinete transfronteiriço de Eco-construção em Bragança; e

----- Organização da 1ª Feira Ibérica Transfronteiriça de Sustentabilidade Urbana em Bragança.

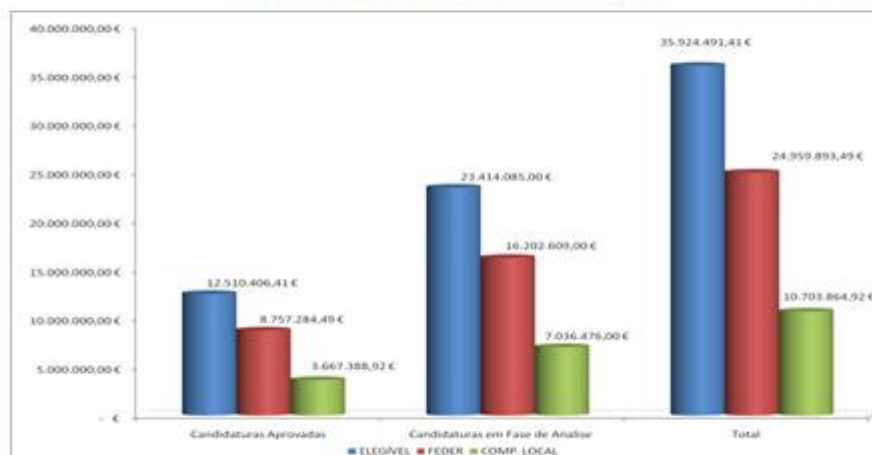
----- São estes os projectos que estão para já aprovados no âmbito do POCTEP.

----- Temos de seguida, no âmbito do PONorte, aprovados os Centros Escolares, a requalificação e a reintegração da Zona da Mãe D'Água com as principais acções estão, devidamente listadas, respectivamente o reperfilamento da Avenida General Humberto Delgado, obra que está em execução, a requalificação do espaço público dos Bairros da Mãe D'Água, também parte já foi realizado este trabalho, requalificação do espaço público da zona do Campelo, repavimentação foi feita, é necessário fazer marcações horizontais, verticais a parte de que se segue, temos a requalificação do espaço público dos Bairros da Mãe D'Água, Estação, portanto Bairro da Estação, Bairro do Pisco, Bairro Social da Mãe D'Água, portanto serão objecto também de intervenção.....



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

PO Norte-Centro – Ponto da Situação



FONTE OMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL * ABRIL 2009



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

PO Norte – Candidaturas em fase de análise



Designação	Componentes	Elegível (€)	FEDER (€)	Comp. Local (€)
Rede ecoCITRAS (*)	• EcoPark – Centro de Competência na Área de Energia e Ambiente (FEDER 65%) Componente Material	3.600.000,00	2.275.000,00	1.060.000,00
Bragança EcoPark	• Criação do Bragança EcoPark	8.260.886,00	6.475.255,00	2.776.110,00
Incubadora Bragança EcoPark	• Criação da Incubadora do Bragança EcoPark	3.040.026,00	2.123.017,50	812.007,60
Bragança Activa	• Requalificação e Dinamização do Centro Histórico FEDER (70%)	7.188.886,00	5.018.036,50	2.160.803,60
TOTAL		22.959.085,00	15.896.359,00	6.537.726,00

(*) – Valor Global da Candidatura – 15.000.000,00€

FONTE OMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL * ABRIL 2009



----- Temos um outro projecto em avaliação, Bragança Activa, requalificação, dinamização do Centro Histórico, portanto é dentro desta candidatura que temos envolvido umas das acções com vista à requalificação de edifícios no Centro Histórico de Bragança;

----- Temos o Parque Verde da Coxa, trabalho que estamos a fazer no Loreto, envolvendo os Formarigos, escola de Dança, portanto, está aqui incluído também se for aprovada a reabilitação da Escola do 1º Ciclo do Loreto, para Escola de Dança, temos o Parque Desportivo de Santa Apolónia, que é parceiro o Instituto Politécnico, temos outros parceiros mas o Instituto o Politécnico sendo parceiro nesta candidatura fará investimentos na área da requalificação desportiva de acordo com os projectos que têm de desenvolvimento nesse âmbito, é uma oportunidade para o Instituto poder avançar com alguns trabalhos e por isso havendo essa possibilidade o Município chamou alguns parceiros que pudessem beneficiar deste projecto.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

PO Norte – Rede ecoCitrás (Rede de Cidades Ecológicas e Inovadoras de Trás-os-Montes) - POLÍTICA DE CIDADES POLIS XXI



Designação do Projecto	Ação	Municípios Parceiros	Investimento Engratado
Agência de Desenvolvimento da Trás-os-Montes	Agência das Instituições	Município de Bragança/ Macedo de Cavaleiro	9.000.000,00 €
	Observatório Socioeconómico		
	Agência de Marketing Territorial		
	Centro de Promoção das Competências Fórum da Cooperação		
Ecopolis - Centro de Competências na Área de Energia e Ambiente		Município de Bragança	9.500.000,00 €
Agua, Centro de Competências em Turismo, Termalismo, Saúde e Bem-Estar		Município de Chaves	9.500.000,00 €
Plataforma de Desenvolvimento do Buro e Sumarinho		Município de Miranda do Douro	9.500.000,00 €
Casa do Vinho		Município de Valpaços	9.500.000,00 €
		Val do Rio Aguiar	95.000.000,00 €
		TOTAL	9.750.000,00 €

Chefe de Fila - Município de Bragança

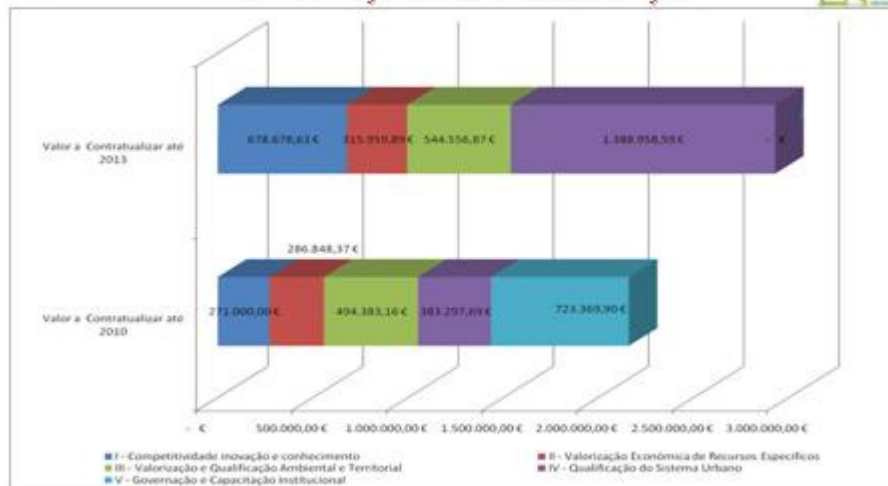
FONTE CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL ^ ABRIL 2009



[illegible]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL ^ ABRIL 2009



ASSEMBLEIA MUNICIPAL ^ ABRIL 2009



Assembleia Municipal de Bragança/Acta da Segunda Sessão Ordinária/6 de Abril de 2009

Valpaços, Chaves e Miranda do Douro, os projectos que estão, no caso concreto, o conjunto dos seis Municípios identificaram um conjunto de projectos ancora, neste caso o projecto ancora para Bragança será, se aprovado, a criação de um Centro de Competências na área de energia e ambiente, portanto, um Centro de Competências de âmbito Nacional, é essa a perspectiva, ou regional, nessa área. --



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

PROVERE- Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos



Nome do Projeto	Procedimento	Orçamento	Valor	Área	Valor do Projeto	Valor do Projeto	Valor do Projeto	Valor do Projeto	Valor do Projeto	Valor do Projeto	Valor do Projeto	Valor do Projeto
Projeto de Valorização Económica de Recursos Endógenos	PROVERE	2007	2007	1. Valorização Económica de Recursos Endógenos	Procedimento	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Projeto de Valorização Económica de Recursos Endógenos	PROVERE	2007	2007	1. Valorização Económica de Recursos Endógenos	Procedimento	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Projeto de Valorização Económica de Recursos Endógenos	PROVERE	2007	2007	1. Valorização Económica de Recursos Endógenos	Procedimento	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Projeto de Valorização Económica de Recursos Endógenos	PROVERE	2007	2007	1. Valorização Económica de Recursos Endógenos	Procedimento	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Projeto de Valorização Económica de Recursos Endógenos	PROVERE	2007	2007	1. Valorização Económica de Recursos Endógenos	Procedimento	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Projeto de Valorização Económica de Recursos Endógenos	PROVERE	2007	2007	1. Valorização Económica de Recursos Endógenos	Procedimento	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Projeto de Valorização Económica de Recursos Endógenos	PROVERE	2007	2007	1. Valorização Económica de Recursos Endógenos	Procedimento	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Projeto de Valorização Económica de Recursos Endógenos	PROVERE	2007	2007	1. Valorização Económica de Recursos Endógenos	Procedimento	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Projeto de Valorização Económica de Recursos Endógenos	PROVERE	2007	2007	1. Valorização Económica de Recursos Endógenos	Procedimento	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Projeto de Valorização Económica de Recursos Endógenos	PROVERE	2007	2007	1. Valorização Económica de Recursos Endógenos	Procedimento	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor

Chefe de fila - AMTF

(Continua)

FONTECMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL * ABRIL 2009





MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

PROVERE- Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos



Procedimento	Conceito	Pragmática	Âmbito	Forma de Financiamento	Tipo de Projeto	Objetivo do Projeto	Tipo de parceria	Valor estimado do investimento (€)	Part. Público	Part. Privado
Requalificação do Centro Histórico (Urbanização, saneamento, etc.)	Projetos	Estado	1.1. Requalificação do centro histórico, saneamento e recuperação do património da cidade de Bragança	Forma direta	Complementar	Requalificação do centro histórico	Forma direta	2.000.000,00 €	100%	0%
Requalificação do Centro Histórico (Urbanização, saneamento, etc.)	Projetos	Forma direta	1.1. Requalificação do centro histórico, saneamento e recuperação do património da cidade de Bragança	Forma direta	Complementar	Requalificação do centro histórico	Forma direta	2.000.000,00 €	100%	0%
Requalificação do Centro Histórico (Urbanização, saneamento, etc.)	Projetos	Forma direta	1.1. Requalificação do centro histórico, saneamento e recuperação do património da cidade de Bragança	Forma direta	Complementar	Requalificação do centro histórico	Forma direta	2.000.000,00 €	100%	0%
Requalificação do Centro Histórico (Urbanização, saneamento, etc.)	Projetos	Forma direta	1.1. Requalificação do centro histórico, saneamento e recuperação do património da cidade de Bragança	Forma direta	Complementar	Requalificação do centro histórico	Forma direta	2.000.000,00 €	100%	0%
Requalificação do Centro Histórico (Urbanização, saneamento, etc.)	Projetos	Forma direta	1.1. Requalificação do centro histórico, saneamento e recuperação do património da cidade de Bragança	Forma direta	Complementar	Requalificação do centro histórico	Forma direta	2.000.000,00 €	100%	0%
Requalificação do Centro Histórico (Urbanização, saneamento, etc.)	Projetos	Forma direta	1.1. Requalificação do centro histórico, saneamento e recuperação do património da cidade de Bragança	Forma direta	Complementar	Requalificação do centro histórico	Forma direta	2.000.000,00 €	100%	0%
Requalificação do Centro Histórico (Urbanização, saneamento, etc.)	Projetos	Forma direta	1.1. Requalificação do centro histórico, saneamento e recuperação do património da cidade de Bragança	Forma direta	Complementar	Requalificação do centro histórico	Forma direta	2.000.000,00 €	100%	0%
Requalificação do Centro Histórico (Urbanização, saneamento, etc.)	Projetos	Forma direta	1.1. Requalificação do centro histórico, saneamento e recuperação do património da cidade de Bragança	Forma direta	Complementar	Requalificação do centro histórico	Forma direta	2.000.000,00 €	100%	0%
Requalificação do Centro Histórico (Urbanização, saneamento, etc.)	Projetos	Forma direta	1.1. Requalificação do centro histórico, saneamento e recuperação do património da cidade de Bragança	Forma direta	Complementar	Requalificação do centro histórico	Forma direta	2.000.000,00 €	100%	0%
Requalificação do Centro Histórico (Urbanização, saneamento, etc.)	Projetos	Forma direta	1.1. Requalificação do centro histórico, saneamento e recuperação do património da cidade de Bragança	Forma direta	Complementar	Requalificação do centro histórico	Forma direta	2.000.000,00 €	100%	0%

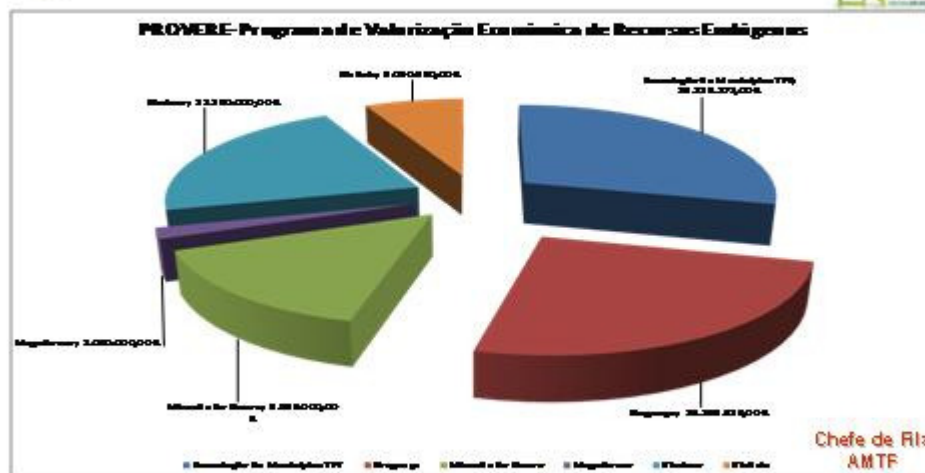
Chefe de Fila - AMTF

FONTE CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL * ABRIL 2005



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA



FONTE CMB

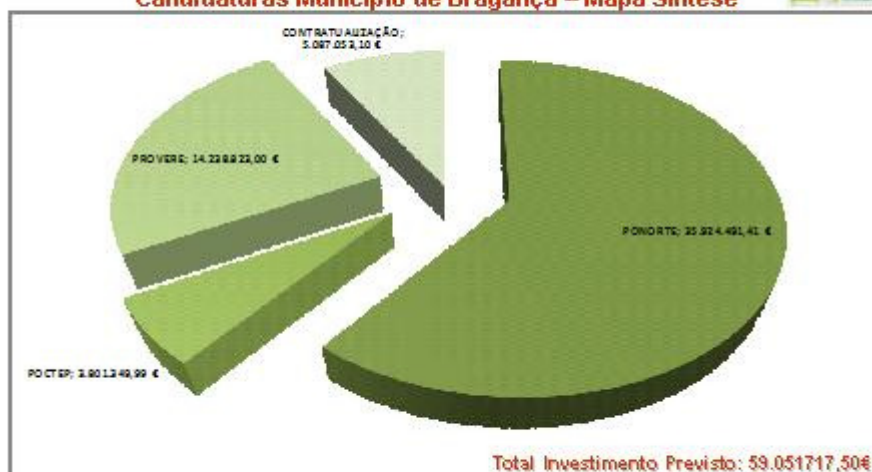
ASSEMBLEIA MUNICIPAL * ABRIL 2005





MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

Candidaturas Município de Bragança – Mapa Síntese

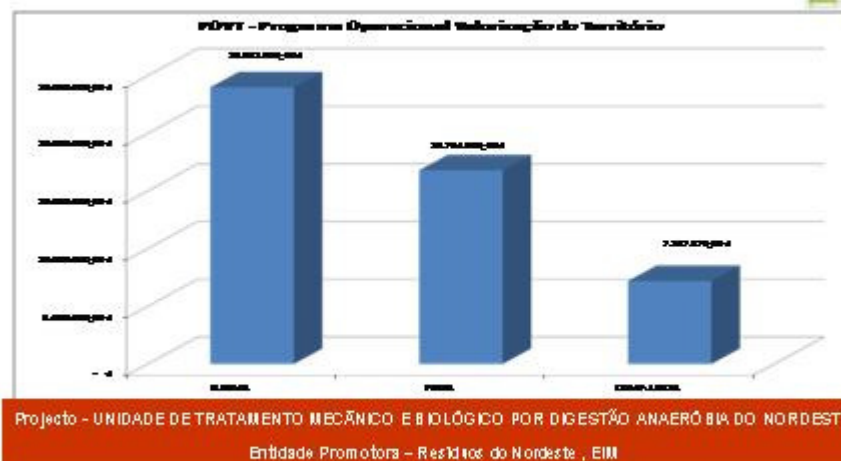


FONTE CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL * ABRIL 2005



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA



FONTE CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL * ABRIL 2005



----- Temos um outro projecto em fase também de apreciação, temos aquele conjunto de projectos, temos a incubadora da Brigantia EcoPark, temos o Brigantia EcoPark, portanto num total de 35,9 milhões de euros.

----- Temos assim, neste momento aprovadas candidaturas no valor de 12,5 milhões de euros, em fase de aprovação, 23,4 milhões de euros e dentro destas candidaturas há também, digamos PONorte Centro, porque somos parceiros numa candidatura de parceria para a regeneração urbana com o Município do Entroncamento e como zona nacional ferroviária tendo em vista o investimento na criação da secção museológica de Bragança, portanto temos o projecto de execução feito, se a candidatura for aprovada, torna-se mais fácil para o Município avançar com esse investimento.

----- Aqui vem de uma forma mais detalhada, enfim, podemos prosseguir, esta informação detalha de quais são os projectos que estão envolvidos em cada uma das candidaturas.

----- Depois temos outra área de candidatura, Apoios Comunitários, que é a contratualização no âmbito da NUTIII, NUT de Trás-os-Montes, portanto foi feito um plano de acção, um plano estratégico de acção, identificada uma estratégia para este Território, validada entre os parceiros e a CCDRN, assim como um envelope financeiro para contratualização. As verbas estão indicadas neste quadro, parte correspondente ao Município de Bragança, que serão objecto de contratualização logo que assim esteja dotada de condições técnicas e políticas capazes de proceder a essa contratualização.....

----- Há uma outra candidatura no âmbito do PROVERE, que é o Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos, portanto mais orientada para o espaço rural, candidatura que a Associação de Municípios da Terra Fria fez pré-candidatura, foi aceite, a partir daí desenvolveu o procedimento de apresentação de candidaturas, está em fase de análise e aqui encaixa-se um conjunto de investimentos públicos e privados.

----- A esta a identificação do PROVERE, a repartição prevista, estamos a falar de uma candidatura e perspectiva de investimentos, estes valores estão a ser trabalhados por parte da Comissão que analisa as várias candidaturas, já foi feita uma iteração para baixar o valor, provavelmente este valor ainda, digamos, voltará a descer, mesmo assim não foram muitos os promotores que se apresentaram no âmbito deste programa, é um número restrito de promotores, são programas exigentes, mas eu penso que a Associação de Municípios da Terra Fria vai ter condições para garantir a aprovação em valores aceitáveis.

----- Agora uma informação do estado das principais obras. Centro Escolar de Santa Maria, portanto já bastante avançado; Centro Escolar da Sé, neste caso há outro piso já em cima, desde a altura em que se tirou esta imagem; Centro Escolar de Quintanilha e Rebordãos, também é uma obra que está em execução; a duplicação da Avenida General Humberto Delgado, portanto estão obras já no terreno em várias frentes, a perspectiva de desvio do trânsito da Avenida General Humberto

Delgado para a nova Rua por detrás da PSP, da Escola Paulo Quintela e do futuro Centro Escolar, e entre o estaleiro da Câmara, essa rua estará pronta em princípio, no final de Maio, transitável para poder ser feito o desvio, os trabalhos estão em execução.....

----- Também alguns trabalhos de requalificação envolvendo o Depósito de Água no Loreto, estão em fase, praticamente final de conclusão, aqui iremos deixar alguma informação de carácter histórico relacionado com a importância dos lavadouros na vida e na economia das pessoas, o sistema de abastecimento público de água.

----- A informação relacionada com o processo de alargamento da estrada de S. Pedro a Alfaião, neste momento está praticamente terminada, há um rebentamentos de rocha a fazer, entretanto já os equipamentos foram para Coelhoso fazer rectificação de outro caminho, proximamente iremos proceder ao alargamento da estrada que serve Laviados, portanto é uma estrada muito estreita aquela que temos em piores condições, portanto a administração directa do Município, transitará para essa estrada, neste momento estão na Freguesia de Rebordainhos e Pombares, estão a fazer uma ligação entre as duas Freguesias.

----- Informação de trabalhos em Coelhoso. O Centro de Convívio de Grijó de Parada, primeira fase está concluída está a decorrer o concurso para a fase de acabamentos, também do lado está uma Fonte de Mergulho, um excelente trabalho da Junta de Freguesia. A Casa do Povo de Izeda, portanto um trabalho já avançado, com bom ritmo de execução.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

Centro Escolar de Santa Maria



IMAGEM: CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL * ABRIL 2009





MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

Centro Escolar da Sé



ASSEMBLEIA MUNICIPAL * ABRIL 2009



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

CENTROS ESCOLARES DE QUINTANILHA E REBORDÃOS



Valor da adjudicação das empreitadas – 291.442,80 + IVA

IMAGEM: CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL * ABRIL 2009





MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

Duplicação da Av. General Humberto Delgado



IMAGEM: CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL * ABRIL 2005



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

Requalificação da Mãe D' Água do Loreto e envolvente da Igreja do Sr. dos Aflitos



IMAGEM: CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL * ABRIL 2005





MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

OBRAS NA ESTRADA DE LIGAÇÃO DE S. PEDRO A ALFAIÃO



IMAGEM: CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL * ABRIL 2005



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

OBRAS NA ESTRADA DE LIGAÇÃO DE COELHOSELO A ARGOSELO



IMAGEM: CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL * ABRIL 2005





MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

FREGUESIA DE GRIJÓ DE PARADA



Casa do Povo / Centro de Convívio de Grijó de Parada Fonte de Mergulho

IMAGEM: CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL * ABRIL 2005



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

FREGUESIA DE IZEDA



Beneficiação da Casa do Povo de Izeda

IMAGEM: CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL * ABRIL 2005



----- Trabalhos diversos de manutenção que se vão fazendo, resultantes de invernias, muros que caem que se derrubam, o Município vai respondendo conforme é necessário e conforme as possibilidades.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

EXECUÇÃO DE MUROS DE SUPORTE DE PEDRA



Caminho do Nossa Senhora da Piedade e Encosta do Castelo

Valor da adjudicação - 9.780,00 + IVA

IMAGEM: CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL * ABRIL 2009



----- Na parte rural temos algumas empreitadas em curso, respectivamente Grupo A, calcetamentos, portanto é uma imagem da evolução.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

PAVIMENTAÇÕES A CUBOS DE GRANITO EM VÁRIAS ALDEIAS



GRUPO A – Salsas, Vale de Nogueira, Fermentãos, Vila Franca, S. C. Rossas, Pinela, Calvelhe, Frieira e Serapicos - 289.950,00€+IVA

IMAGEM: CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL * ABRIL 2009





MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

PAVIMENTAÇÕES A CUBOS DE GRANITO EM VÁRIAS ALDEIAS



GRUPO B – Deilão, Caravela, Réfega, Veigas de Quintanilha, Paradinha de Outeiro, Paço de Rio Frio, Rio Frio, Gimonde e Vale de Lamas – **217.120,00€+IVA**

IMAGEM: CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL * ABRIL 2005



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM EXECUÇÃO

PAVIMENTAÇÕES A CUBOS DE GRANITO EM VÁRIAS ALDEIAS



GRUPO C – Alfaião, Bairro do Couto, Castanheira, Formil, Fontes Barrosas, Carrazedo, Concelas, Carragosa, Oleirinhos, Soutelo, Vilarinho e Fontes de Transbaceiro – **210.862,50€+IVA**

IMAGEM: CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL * ABRIL 2005



----- No Grupo C a mesma coisa. Temos agora obras em fase de concurso, temos respectivamente, a repavimentação dos Bairros na Cidade, a requalificação de espaço público no Bairro da Zona da Mãe D'Água, são dezanove ruas, envolve assim como referi o Bairro da Estação, Bairro do Pisco, marcação horizontal, vertical, sinalização de todo o Bairro da Mãe D'Água,

passadeiras. Temos outra empreitada que envolve arruamento em Vale D'Álvaro, Alto do Sapato, Santa Isabel e mais outras ruas num total de onze, portanto estão mais de trinta ruas em repavimentação. Também está em fase de concurso a fase de repavimentação da Via Municipal 1050 de Sortes a Viduedo Lanção, temos a realização do projecto tendo em vista a construção de um pavilhão multiusos e um campo de futebol no trinta, reestruturando aquela área. A pavimentação do Caminho Municipal 1042, Nogueira / Castanheira, o acesso a Mós e o Caminho Municipal de Sendas/Fermentãos, está a decorrer esse concurso também. A conclusão da rede de saneamento básico de Calvelhe, também foi adjudicada. Estão em fase final de instalação três Centrais Eléctricas Foto voltaicas e Sistemas Solares Térmicos, a ampliação da rede de saneamento e Parada foi adjudicada, a iluminação do elemento escultórico na Avenida das Forças Armadas e a ampliação da Casa da Seda, adquiriu-se o edificio ao lado da Casa da Seda, está agora a ser elaborado o projecto para ampliar digamos o espaço da Casa da Seda.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

OBRAS EM CONCURSO

Nome da Obra	Valor (+ IVA)
Repavimentação Bairros da Cidade, Requalificação do Espaço Público do Bairro da Zona da Mós e Águas - 19 ruas	249.960,00
Repavimentação dos Bairros da cidade, Vale d'Álvaro, Alto do Sapato, Santa Isabel e outras ruas - 11 ruas	239.110,00
Repavimentação da Via Municipal C.M. 1050, de Sortes a Lanção	270.000,00
Projecto de construção de pavilhão e campo de futebol no Trinta	100.000,00
Paviment. C.M. 1042 - Nogueira/Castanheira, acesso ao cemitério de Mós e C.M. - Sendas/Fermentãos	348.612,50
Conclusão da rede de saneamento básico de Calvelhe	92.500,00
Centrais Eléctricas fotovoltaicas e sistemas solares térmicos	85.000,00
Ampliação da rede de saneamento básico na localidade de Parada	17.000,00
Iluminação do Monumento Arquitectónico na Av. das Forças Armadas	22.000,00
Ampliação da Casa da Seda - Elaboração do Projecto	24.500,00
TOTAL	1.508.682,50

FONTE OMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL - ABRIL 2009



----- Uma informação relacionada com trabalhos de energia, fez-se a iluminação da rua que separa o equipamento do Centro Hospitalar do Nordeste, uma área que estava sem condições de segurança.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

DIVISÃO DE TRANSPORTES E ENERGIA



Reforço de Iluminação na Av. Eng.º Adelino Amaro da Costa

IMAGEM: CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL * ABRIL 2009



----- Outros trabalhos de manutenção e na parte de Defesa do Ambiente, manutenção urbana, este ano fez-se uma operação que foi a poda de árvores, contratamos uma empresa especializada para esse efeito, portanto seria para além das plantações de árvores.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

DIVISÃO DE TRANSPORTES E ENERGIA



Reforço de Iluminação na Zona do Polis

IMAGEM: CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL * ABRIL 2009





MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

DIVISÃO DE DEFESA DO AMBIENTE

ACTIVIDADE NA ÁREA URBANA



Actividades de manutenção; plantações; podas; limpezas; rebaixamento de passeios

IMAGEM: CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL * ABRIL 2005



----- Senhor Presidente, tenho a minha apresentação feita. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Vamos então registar inscrições para pedidos de esclarecimentos. O Senhor Membro da Assembleia, Luís Costa, tem desde já a palavra, é para pedidos de esclarecimentos, quer-se inscrever? Para intervenção? Só um segundo. Senhor Membro da Assembleia, Luís Costa, tem a palavra. Não sei se houve mais inscrições para pedidos de esclarecimentos. Não houve. Faça o favor.

----- **Luís Costa** - Bom dia, meus Senhores e minhas Senhoras, muito rapidamente queríamos perguntar ao senhor Presidente da Câmara se foi o preço das fotocópias na Biblioteca Municipal, tenho aqui um exemplar, custam sessenta e cinco cêntimos, cada fotocópia na Biblioteca Municipal, que serviu para financiar o falso Boletim, ou o Boletim que foi distribuído, que custou vinte e cinco mil euros, de preparação, portanto pensamos nós, para a campanha eleitoral que está para vir. Portanto qual é a razão de custar sessenta e cinco cêntimos a fotocópia na Biblioteca Municipal, portanto muito mais caro do que até utilizando serviços privados, cá fora.

----- Queríamos perguntar também qual o papel que assume ou pensa assumir na destruição, na continuação da destruição dos serviços públicos, por exemplo, da saúde, com a reorganização que neste momento está a ser feita, em que se perde todo o poder de decisão a nível local e passa o poder de decisão para o Porto, em que, portanto é nomeada a Directora, neste momento, que não manda absolutamente nada e é criada uma figura, agora até são os chamados interlocutores a nível

local, com o poder central, quer dizer, há aqui dualidades de critérios para nós incompreensíveis, se por um lado vocês acabaram de votar, não aprovar uma Moção porque acharam que devemos ter os serviços mais perto do cidadão, serviços que não devem ser atribuídos às Câmaras Municipais porque faz parte de um todo do Ordenamento Geral do Território e devem ser coordenados a nível central e aqui vemos o mutismo completo em relação a levar e a centralizar os serviços, portanto no Porto e em Lisboa, portanto vemos aqui de facto umas grandes contradições, em todo o caso fica a pergunta, qual o papel que pensa o Município vir a ter nesta reorganização.....

----- Daqui advém outra também que é a questão da pedreira de Nuez, Quintanilha, também não vimos no Estado e Vida do Município porque é que já a questões das eólicas, quando foram implantadas ao pé do Parque Natural de Montezinho, à margem das Leis Internacionais, nada foi feito e neste momento temos a repetição precisamente do mesmo caso, a construção e a utilização de pedreiras na nossa fronteira, junto da nossa fronteira, sem se ter perguntado ao lado Português, sem se ter comunicado o que quer que seja. Sabemos que o Senhor Presidente já questionou o lado Espanhol, queríamos saber como é que está a questão, se ligaram, se ligaram de volta, se lhe deram alguma justificação e que posicionamentos tenciona ter, se vamos continuar a deixar que alguém, mesmo a atropelo não só das Leis Nacionais mas Internacionais, continue a fazer o que quer no nosso território, ter interferência na nossa vida, na vida do Município, na vida de todos nós e sem darem cavaco.

----- O Secretário de Estado diz que vai haver dinheiro para a construção da Estrada do Parâmio. Perguntamos, se não se lembraram também como é que fica a estrada do Penacal, se a estrada do Penacal não conta. Perguntamos também como é que vão ser acauteladas as entradas e saídas das Escolas Augusto Moreno e Abade de Baçal, com a reestruturação da Avenida Humberto Delgado. Felicitamos também, pelo que acabou de apresentar aí, ter havido depois muita insistência da CDU, já ter sido posta a iluminação na Rua do Centro Hospitalar. E fica um alerta e uma última pergunta, o que é que se passa com a Ribeira de Alfaião, que está um nojo, apresenta um aspecto de poluição, donde virá essa poluição, o porque do aspecto que apresenta nesse momento a Ribeira de Alfaião,? Por agora é tudo.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Eu pedia ao senhor Secretário da Mesa, para dar aquela informação que é habitual, quem é que se esqueceu de assinar à entrada, faça o favor, já é um bocado tarde, mas enfim, para não fugir ao hábito.

----- **Primeiro Secretário** – Muito bom dia a todos, na Bancada do Partido Social Democrata há dois que não assinaram, Martinho Eduardo do Nascimento e Nuno Filipe Machado Reis; na bancada

do Partido Socialista, Armando Pinto Bento, não assinou, e os Senhores Presidentes de Junta, não assinaram: Carrazedo, Coelhos, Paradinha Nova, Pombares, Sortes.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia, Victor Pereira, tem a palavra para o seu pedido de esclarecimentos.

..... **Victor Pereira** - Dois pedidos muitos rápidos. Primeiro - queria perguntar ao Senhor Presidente se se esqueceram, se foi esquecimento, porque é que o logótipo da União Europeia, não aparece nos Outdoors gigantes que aparecem por essa cidade, porque é que não está lá o logótipo da União Europeia? Gostava de saber realmente, porque é de Lei, como sabe, é lei, tem que se fazer isso.

----- Segunda pergunta - Senhor Presidente, queria saber porque é que os alunos das AEC's os alunos, aliás os professores, tanto se falou aqui de professores, não recebem desde Janeiro, esses preocupam-me mais, também me preocupa os outros, mas este preocupam-me muito. Se é a Câmara que não paga à empresa, ou se é a empresa que não paga aos professores.

----- Senhor Presidente, outro comentário também em relação ao POCTEP, parece-me que em relação a outros Municípios que nós temos conhecimento, parece-me que foram muitas poucas as candidaturas aprovadas, eu não sei se é da qualidade das candidaturas, o que é certo é que foi muito, muito, muito pouco as candidaturas aprovadas e que também nos preocupa isso, também nos preocupa o facto de serem muito poucas as candidaturas aprovadas, não sabemos se realmente se deve à falta de qualidade das candidaturas, e nós também estamos habituados, as candidaturas e os projectos que são feitas nesta cidade, são feitos fora daqui, e parece-me que também que os técnicos da Câmara estão desaproveitados, muitos técnicos, e por isso mesmo eu gostava que me respondesse, se efectivamente se deve à qualidade ou que é que se passou aqui para as candidaturas serem em número muito reduzido de aprovações. E para já é só.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Senhor Membro da Assembleia, Bruno Veloso, tem a palavra, para um pedido de esclarecimentos. Eu perguntava à senhora Presidente de Junta de Freguesia de Izeda, inscreveu-se para um pedido de esclarecimento ou para uma intervenção? Muito obrigado.

----- **Bruno Veloso** - Muito bom dia Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Membros da Assembleia Municipal. Duas notas apenas, uma primeira, fazendo eco daquilo que tem sido a minha questão sempre sem resposta, nesta Assembleia, perguntar ao Senhor Presidente de Câmara quais são os passos que já tem dado no sentido da criação dos Conselhos Municipais de Juventude.

----- Também dando eco àquilo que foi uma pergunta, também que ficou sem resposta, feita pelo meu camarada Luís Pires, tem a ver relativamente à taxa de disponibilidade cobrada pela Autarquia aos utilizadores da água do nosso Concelho, saber qual é esse nome de taxa de disponibilidade, encapotado no aluguer do contador ou se de facto existe outra justificação para essa cobrança.....

----- E uma terceira nota, de facto continuando a manifestar o desagrado relativamente ao projecto da Avenida General Humberto Delgado e mais uma vez questionar, porque como disse quando da apresentação inicial desse projecto, a algum tempo atrás, continua a existir uma lógica de arquitectura quando são feitos os edifícios públicos, de uma entrada, e portanto, de uma entrada principal, e de facto continuo sem compreender como é que subverte essa lógica, especialmente em duas escolas, quando no projecto está a entrada principal e toda a lógica e toda a orgânica do edifício, virada para um sentido e agora fruto destas obras, vão efectivamente as duas escolas C+S, ficar com toda a sua orgânica e com toda a sua estrutura virada para trás.

----- Depois também dizer, mais uma vez, que de facto as situações e não posso deixar de estar de acordo, desta vez, com o PCP, quando de facto critica o Boletim propagandístico, que eu não diria que é do PSD, peço desculpa, acho que é mais um Boletim propagandístico do Senhor Presidente de Câmara, porque de facto é de facto uma ode que nem na Coreia se faz uma coisa destas, com uma ??? livre. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Presidente de Câmara, tem três minutos de tempo, não sei se os quer usar agora, se no período das intervenções. Utiliza a seguir? Senhor Presidente da Câmara, por melhor elucidação, mas já que querem que gaste o tempo agora, fazem o favor, ficam os intervenientes sem ter resposta, não há problema nenhum quanto a isso, faça o favor.

----- **Presidente da Câmara** - Muito obrigado, Senhor Presidente.

----- Os logótipos da União Europeia estão em todas as obras que o Município faz e que são co-financiadas, veja-se o exemplo da Circular, em que inclusive o logótipo definitivo já está instalado no gradeamento, quanto mais os provisórios, percorre as obras do Teatro Municipal, todas, e todas elas têm, o Centro de Arte Contemporânea, etc., todas têm o logótipo, sem excepção, de financiamento Comunitário, e portanto os Centros Escolares têm também, fora desse placar, em placar próprio, digamos, com a dimensão adequada e conforme a regulamentação, a respectiva informação.

----- Quanto à parte dos professores, Senhor Deputado, devo-lhe dizer assim, não há processamento financeiro nenhum, o primeiro processamento financeiro obriga a anexar a fotografia digamos da identificação do financiamento comunitário, na obra, portanto, isso nem é uma discussão que se deva ter.....

----- Professores - O Município paga, religiosamente, todos os meses, as facturas aos prestadores de serviços na área da AESC's, mas vou verificar se há alguma situação, não da parte da Câmara, mas das empresas.

----- Candidaturas POCTEP - Eu íntegro, por designação da Associação Nacional de Municípios Portugueses, faço a representação dos Municípios no Comité Territorial, digamos entre os dois Países, portanto há um Autarca do lado Português, há um Autarca do lado Espanhol, portanto eu tenho essa responsabilidade de fazer essa representação e por isso participar na reunião que antecede a aprovação e homologação final das candidaturas, e se por acaso existe um Município que tem mais candidaturas, menos, eu conheço-as todas, porque tenho a obrigação e decido, digamos voto a aprovação ou a rejeição das candidaturas. Saliento-lhe, no Quadro Comunitário anterior, veja-se o financiamento que nós tivemos no INTEREG, por exemplo para o Centro de Arte Contemporânea e outros, há que haver alguma distribuição na medida do possível, além de que no actual Quadro Comunitário de Apoio, há Municípios vizinhos que não têm possibilidade nenhuma de aceder a determinadas áreas de Apoios Comunitários e o Município de Bragança tem, portanto, eu acho que esta resposta é suficiente e elucidativa relativamente às preocupações.

----- Conselho Municipal de Juventude - Há-de ser instalado nos prazos regulamentares, criado o respectivo regulamento e trazido à Assembleia Municipal para aprovação.

----- A questão do estacionamento, não há nenhuma subversão no acesso à Escola Preparatório Paulo Quintela, a reestruturação da própria escola já foi feita com o projecto a prever a transferência da portaria da entrada para a parte posterior com a construção do novo arruamento, foi assim que foi concebido, toda a instalação tecnológica está preparada já para uma nova portaria que está incluída na empreita, o mesmo é dizer que quando abrir o arruamento atrás, estará feito uma nova portaria com toda a infra-estrutura tecnológica necessária para o bom funcionamento da escola, além de que é um problema também de segurança, de segurança para os miúdos, segurança para os pais, segurança para os professores e capacidade de estacionamento. Tem que haver racionalidade na apreciação das coisas e esta parece-nos ser e está conforme, é uma solução preparada conjuntamente com a DREN e com o Conselho Executivo das Escolas, portanto nem sequer é uma solução imposta pela Câmara, é uma solução partilha, e bem, nesse âmbito. A Augusto Moreno é tratada, o acesso

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado... ..

----- **Presidente da Câmara** – Falta-me responder a um dos Senhores Deputados, eu comecei do fim para o princípio, na próxima eu respondo, muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Não tem próxima, mas se é muito rápido, é que não tem próxima, faça o favor.

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente.

----- Pedreira de Nuez - O Município envolveu-se de forma suficiente nesta matéria, a informação que existe do lado das autoridades responsáveis ao nível da Junta de Castela e Léon, seja na área do turismo seja do património, é de rejeição liminar do processo de instalação da pedreira, de resto a zona onde está previsto a instalação está classificado no Plano de Ordenamento da Junta de Castela e Léon como um bem de interesse cultural, portanto, não vejo sustentabilidade nenhuma na evolução de um processo desses, a Câmara desde início manifestou preocupação, acompanhou o processo e continua a fazê-lo.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Vamos registar inscrições para intervenções. Está inscrito, já estava, aliás, a Senhora Presidente de Junta de Freguesia de Izeda, Senhor Membro da Assembleia, Victor Pereira, o Senhor Membro da Assembleia, José Castro, e o Senhor Membro da Assembleia, Luís Afonso. Vou passar a condução da Assembleia para o Senhor Primeiro Secretário, porque eu quero-me inscrever também para intervir neste ponto, e portanto tenho que mudar de lugar. -

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Então chamava para intervir, a Senhora Presidente de Junta de Freguesia de Izeda.

----- **Rosa Pires** - Bom dia a todos, cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal e restantes Membros desta Assembleia.

----- A Assembleia de Freguesia de Izeda, em Reunião de 23 de Março de 2009, aprovou sobre proposta de um dos seus Membros, no sentido apresentar à Assembleia Municipal proposta de votação favorável à criação de uma Equipa de Intervenção Permanente, nos Bombeiros Voluntários de Izeda, sob competência da Secretaria de Estado da Protecção Civil, nos termos do despacho 15619/2008, de 5 de Junho.

----- Assim, considerando que a Câmara Municipal, através de ofício nº. 8796, de 3 de Setembro de 2008, informou o Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Izeda de que não via inconveniente na criação de uma EIP-Equipe de Intervenção Permanente.

----- Considerando que os argumentos invocados na proposta aprovada pela Assembleia de Freguesia, que se relacionam com a importância da criação de cinco postos de trabalho, um claro benefício para a Vila de Izeda, apresenta a seguinte Moção:

----- 1 - Que a Assembleia Municipal considere como sendo conveniente a criação de postos de trabalho com vista ao reforço dos meios de Protecção Civil Municipal, com a criação de uma Equipa de Intervenção Permanente – EIP- nos Bombeiros Voluntários de Izeda.

----- 2 - Que a Moção seja enviada à Secretaria de Estado da Protecção Civil, com o conhecimento à Câmara Municipal e CDOS - Comando Distrital de Operações e Socorro, anexando-lhe a Moção aprovada em Assembleia de Freguesia.” Disse.....

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Senhora Presidente da Junta, deixe-me aqui a Moção se faz o favor. Senhores membros da Assembleia, se pretendem fazer pedidos de esclarecimento façam o favor de se inscrever. Não há pedidos de esclarecimentos. Intervenções, algum dos Senhores se quer inscrever para intervenção? Tem a palavra, Victor Pereira.

----- **Victor Pereira** - Bom dia a todos. Aquilo que percebemos da Moção da Senhora Presidente de Junta de freguesia de Izeda é que efectivamente o Governo deu, salvo erro, salvo erro e por isso é que eu digo salvo o erro, e friso, dois grupos de intervenção para o Concelho, certo? Pelos vistos, em Assembleia Municipal ficou decidido, foi aquilo que eu percebi, que um era para Izeda, certo? Foi aquilo que eu entendi na sua Moção. Á! na Assembleia de Freguesia! Bom, mas em todo o caso são dois grupos de intervenção, eu acho que é da mais elementar justiça um ir para Izeda, e se efectivamente isso não aconteceu é porque algo se passou, não sabemos porque, o Senhor Presidente de Câmara o dirá, porque é que, pelos vistos são duas equipas para a Cidade de Bragança, para os Bombeiros Voluntários de Bragança e não é nenhuma para Izeda. Nós temos que dignificar os Bombeiros, quer sejam os de Bragança quer sejam os de Izeda, os de Izeda têm os mesmo direito, na minha opinião, de terem acesso a meios que os de Bragança têm e como tal, eu parece-me que não há discussão possível, quer dizer, aquilo que a Senhora Presidente de Junta vem dizer aqui, nós apoiamos quase que de cruz, como se costuma dizer, é da mais elementar justiça, e como tal, eu penso, que esta Assembleia Municipal só se pode pronunciar a favor, e não há discussão possível, quer dizer, se temos um corpo de bombeiros num meio rural, onde efectivamente eles são precisos, um corpo de intervenção, os tais cinco elementos, acho que tem que ser, penso eu, é minha opinião, e o Partido Socialista vai votar a favor desta Moção.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado. Pergunto ao Senhor Presidente da Junta de Paradinha se pretende intervir.

----- **Domingos Seca** - Senhor Secretário da Mesa em exercício, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caríssimos Colegas, Presidentes de Junta, principalmente aos da zona sul, os que mais perto estão daquela Corporação de Bombeiros. Aquela Corporação de Bombeiros,

enquanto chegam os de Bragança a Paradinha, Parada, Coelhoos ou Izeda ou Calvelhe, o incêndio pode estar extinto, aquela Corporação de Bombeiros precisa efectivamente desse homens activos, porque eu vi, porque sofri na pele, no verão passado, quando as outras corporações de bombeiros ,aqueles homens já estavam no fundo da ladeira do Sabor a apagar o incêndios e sem esse grupo de homens não é possível, com a dimensão que têm os Bombeiros de Izeda e com as condições que têm não é possível. Eu não estou a dizer que seja a Câmara a pagar, seja quem seja a pagar, sei que a Câmara terá que pagar alguma coisa, e os Senhores Presidentes de Junta daquela zona, também se fizessem um forçazinha, ou até um contributozinho por eles, para terem ali aquela equipa permanente, durante o período de incêndios, não lhe ficaria mal, é isso que eu tenho a dizer.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Deputado. Luís Afonso, faz o favor.

----- **Luís Afonso** - Muito obrigado, Senhor Secretário. Eu acho que era relevante sobre esta matéria que o Senhor Presidente de Câmara pudesse expressar a sua opinião e se permite, Senhor Secretário, porque de facto, poderia ser enriquecedor para a discussão, aquilo que o Senhor Presidente de Câmara pudesse dizer, eu antes e se me permitisse, eu prosseguia com a minha discussão depois, se o Senhor Presidente de Câmara quiser fazer alguma referencia sobre esta matéria, eu faria a minha intervenção seguidamente, porque há aqui muitos dados que são importantes conhecer sobre esta matéria, dado que a Câmara é chamada a participar neste processo e é relevante, é relevante que o Senhor Presidente possa ...,.....

-----

----- **Luís Afonso** - Bom, mas, por acaso, acontece que nesta matéria me parece que é relevante, acho que o contributo da informação que o Senhor Presidente podia prestar, era seguramente muito benéfico para ajuizar-mos de forma cabal e coerente sobre esta matéria. Se me permitisse eu gostaria que fosse colocada essa questão ao Senhor Presidente, para de seguida continuar a minha intervenção.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara, pretende dar aqui algum esclarecimento? Faz o favor, pode responder às questões colocadas. Não é a primeira vez que acontece depois dos pedidos de esclarecimentos ou depois das intervenções. Senhor Presidente da Câmara pode intervir, faz o favor.

----- **Presidente de Câmara** – Muito obrigado, Senhor Presidente em Exercício. Eu acho que é razoável e é sensato que o Presidente da Câmara se pronuncie nesta matéria, para melhor esclarecimento e para

-----

----- **Presidente da Câmara** - Eu não adivinhava que havia moções neste âmbito, Senhor Deputado, ... bom eu preferia utilizar o tempo para contribuir para a decisão que vão tomar e fazê-lo de forma positiva, é mais do que legítimo, enfim, a Moção que está em discussão e portanto, parece-me bem, no entanto vou fazer o enquadramento, digamos, deste processo para que independentemente da votação e seguramente que ninguém, estou a ver que o os Senhores Deputados nem vão recusar esse apoio, mas para que se perceba o quadro de decisão e se entenda que há decisões que têm um enquadramento que extravasa de forma inequívoca, interesses também locais, sendo que os locais são legítimos, neste caso este interesse local é legítimo, mas, e há decisões, pela sua importância, também deveriam exigir que o aspecto fundamental e essencial da decisão fosse colocado, e nem sempre assim acontece, no entanto eu vou ler um documento, uma síntese que preparei para este efeito, “o Decreto-Lei

-----

----- **Presidente da Câmara** - Eu peço desculpa aos Senhores Deputados, preparei por uma razão, peço desculpa, tinha que preparar porque a Câmara já se pronunciou... ..

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Eu agradecia que levantassem menos confusão e que ouvissem as palavras do senhor Presidente da Câmara.

----- **Presidente da Câmara** – Tive que preparar porque a Câmara se pronunciou, por escrito, neste âmbito, nesta matéria, por solicitação da Associação de Bombeiros, conforme foi referido na Moção - o Decreto-Lei 247/2007 em 7 de Junho, fixou o regime jurídico aplicável a constituição, organização, funcionamento e extinção dos Corpos dos Bombeiros no Território Continental. O Artº.17º deste diploma, estabelece a possibilidade de os Corpos de Bombeiros voluntários ou mistos detidos pelas Associações Humanitárias de Bombeiros poderem dispor de Equipas de Intervenção Permanente (EIP) os Municípios de maior risco.

----- A Portaria nº1358/2007 de 15 de Outubro, estabeleceu a composição e modo de funcionamento das EIP, regras e procedimentos a observar na sua criação.

----- A decisão inicial está orientada para a criação de uma EIP por município, ainda que nele houvesse vários Corpos de Bombeiros e que só perante o interesse muito relevante, relacionado com a execução de missões, no âmbito do Sistema de Protecção Civil, poderia ser aceite a criação de mais do que uma EIP por município, *esta orientação é orientação Nacional*. As candidaturas poderiam ser apresentadas, até 31 de Outubro de 2008.

----- A constituição de uma EIP em cada município está dependente de parecer vinculativo da Autoridade Nacional de Protecção Civil, fundamentada em potencial risco natural e tecnológico, tudo conforme Despacho nº. 1519/2008 de 20 de Maio, do Secretário de Estado da Protecção Civil. .

----- A Autoridade Nacional de Protecção Civil, oficiou a 27 de Agosto de 2008, às Associações de Bombeiros Voluntários, no sentido do interesse de se candidataram à criação uma EIP e respectiva fundamentação.

----- A Associação dos Bombeiros Voluntários de Izeda, solicitou à Câmara Municipal que avaliasse o interesse em criar uma EIP, em Izeda.

----- A Câmara Municipal respondeu não ver inconveniente na criação de uma EIP, informando não ser possível assegurar financiamento adicional ao actualmente concedido à Associação.

----- Salientando-se que o apoio mensal que o Município concede à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Izeda é já superior ao que resultaria da responsabilidade da criação de uma EIP, *com uma vantagem, como uma EIP teria um financiamento de 50%, da Administração Central e 50% do Município, ou seja, o Município já coloca recursos financeiros muito superiores aquilo que seria essa exigência de manutenção de uma Equipe de Intervenção Permanente.* Também, o apoio concedido aos bombeiros de Izeda é proporcionalmente superior ao concedido à Associação dos Bombeiros Voluntários de Bragança.

----- Sendo a orientação Nacional a de criar uma EIP por município, desde que se justifique a necessidade operacional face ao risco, a Câmara Municipal optou por viabilizar o reforço operacional dos Bombeiros Voluntários de Bragança conforme a necessidade de prevenção e socorro e não numa lógica de criação de emprego(suportado com verbas do orçamento público).

----- Não inviabilizado a iniciativa dos Bombeiros Voluntários de Izeda, a Câmara Municipal *fez de facto* uma opção, mas sem inviabilizar a iniciativa dos Bombeiros Voluntários de Izeda. A resposta da Câmara não era impeditiva da apresentação da respectiva candidatura. Salientar que no Distrito só foram apresentadas 7 candidaturas (informação do CDOS – Comando Distrital de Operações e Socorro), ou seja, no Distrito não há sequer uma candidatura por município e ainda não foi nenhuma aprovada.

Aos bombeiros, enfim, para que a Assembleia entenda o esforço que o Município tem vindo a fazer também com esta Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, sabendo que eles são também um braço direito da Protecção Civil Municipal, em todo o Município, fora do Município, particularmente no sul do Município.....

----- A Câmara apoia anualmente transferindo mensalmente um determinado montante, até ao valor de 42 630 euros, antes de assumirmos a Presidência da Câmara, nem a Associação de Bragança nem Izeda tinham qualquer protocolo de apoio financeiro. Ajuda, esta transferência, a despesas correntes mas também a pagar salários de bombeiros que estão em regime de permanência na Associação, ou seja, na central telefónica, por exemplo, paga as despesas com pessoal, paga todo o pessoal voluntário ou não, paga as despesas de toda a frota. Este ano fez a pavimentação do acesso às novas instalações, no valor de 80000 euros para a comemoração do aniversário dos 25 anos, financiou a aquisição dos fardamentos de gala para o aniversário, a medalha comemorativa, etc.. De facto nós temos nos Bombeiros de Izeda, um bom apoio ao nível da Protecção Civil, mas os Bombeiros de Izeda têm tido nesta Câmara um parceiro indispensável para se estruturarem e se modernizarem. Também este apoio é um imediato, recente, apoio para compra de equipamentos, etc. ou seja a Câmara Municipal, não se opôs à criação, em síntese, de uma EIP para os Bombeiros Voluntários de Izeda, a responsabilidade da decisão da criação ou não é inquestionavelmente da Secretaria de Estado.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado Senhor Presidente. Eu prestava apenas um esclarecimento só para dizer o seguinte, é que ninguém se inscreveu para pedidos de esclarecimento, apenas se inscreveram para intervenções e pareceu-me oportuno, nesta matéria, dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos. Dou a palavra ao Senhor Deputado, Victor Prada. Peço desculpa, Luís Afonso estava inscrito também, sim senhor

----- **Luís Afonso** - Os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente foram muito importantes, relevantes, é que de facto, podia ficar a noção para quem está aqui a ouvir esta discussão, se as competências nesta matéria cabiam na decisão do Município, fica mais claro para todos, que de facto a decisão da criação destas Equipes de Intervenção Permanente, compete à Secretaria de Estado da Protecção Civil, e não ao Município de Bragança, a questão dos Municípios, a participação releva-se pelo apoio financeiro na divisão de 50% das despesas.

----- Também é verdade, que foi decidido pela Secretaria de Estado que nesta Portaria, que apenas uma seria criada por município. De qualquer forma o esclarecimento do Senhor Presidente é importante pelo seguinte, não nós opomos nós, nem de perto nem de longe, dentro do PSD, na votação desta Moção, a não dar o apoio naturalmente à pretensão manifestada pela Assembleia de Freguesia, pelo contrário, nós naturalmente votaremos favoravelmente esta Moção, não podíamos fazer de forma diferente, mas era importante relevar aqui, o apoio, a decisão, a de quem compete a decisão da criação das equipas locais de intervenção permanente, essa matéria tem de ficar bem

clara que depende da Administração Central, não dos Municípios, podia ficar mal interpretada esta situação, também fica relevante aqui na expressão

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Senhor Deputado, desculpe interromper, eu agradecia que terminasse.

----- **Luís Afonso** – Muito bem, eu termino dizendo só que foi relevante também o Senhor Presidente manifestar aqui o apoio financeiro que a Câmara Municipal de Bragança dá todos os anos para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Izeda, que era inexistente até 1997, é importante que se refira isso. O PSD vai apoiar naturalmente esta Moção.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Deputado Vitor Prada, agora sim.

----- **Victor Prada** - Bom, acho que não vale a pena criarmos polémica, que assuntos que não deviam ter, porque o assunto de Protecção Civil é um assunto que a todos nós diz respeito e todos nós devemos apoiar e todos nós, acima de tudo, devemos ter a noção que todos nós podemos precisar a qualquer momento, portanto não podemos andar aqui com trocos, dizendo que antes de 97 não havia apoios, não havia protocolo, mas claro que não havia protocolos, mas toda a gente apoiava os bombeiros, como toda a gente fez sempre, todos os Municípios fizeram isto, agora se estava escrito, se não estava escrito, isso é um proforme que me parece-me de somenos importância o que interessa é que toda a gente apoiou sempre os bombeiros.....

----- E também é importante dizer aqui, que efectivamente que a Secretaria de Estado da Administração Interna permite uma candidatura a cada Corporação e portanto não estejamos aqui com hipotéticas, eu não queria chamar demagogia não queria entrar por aí, dizer que é da responsabilidade da Administração Interna, não é nada! é da responsabilidade da Associação candidatar-se e o Município diz apenas se apoio ou não apoio com a parte que lhe diz respeito, tão simples como isto, porque é que havemos de estar aqui a fazer demagogia, com coisas tão importantes como isto, vocês até já disseram que iam apoiar, até estiveram à espera da resposta do Senhor Presidente da Câmara para apoiar, vão apoiar muito bem, Senhora Presidente, levou aqui um grupo de intervenção importantíssimo, isso é o que nos interessa. Não tenho mais nada a dizer.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado. Senhor Deputado, José Castro, tem a palavra,

-----

----- **Primeiro Secretário da Mesa** - Ainda não, estamos na discussão deste ponto, a Moção ainda não foi votada, mas estávamos na discussão do ponto realmente

-----

----- **Primeiro secretário da Mesa** - Diga, sim, então eu estava a deixar a Moção para o fim realmente. Vamos votar a Moção e depois continuamos a intervenção, pois exactamente, era isso que eu estava a fazer, para o ponto, exactamente. Então, Luís Pires.

----- **Luís Pires** - Bom, muito bom dia a todos novamente, é óbvio que o tema que foi levantado nesta Assembleia é importantíssimo e como disse o Victor Pereira, nós só queremos apoiar, no entanto, eu tinha que realçar aqui duas ou três pormenores de ordem formal, deste ponto, quer dizer, esta coincidência de solicitação de esclarecimentos, por parte de Luís Afonso e esta coincidência de uma redacção preparada para um ponto que apanhou o Senhor Presidente de surpresa, e o tempo que lhe foi disponibilizado para ele falar, realmente é interessante, eu espero que com isto não se vá abrir um precedente para situações futuras, porque quando acontecerem o tratamento tem que ser igual, não podemos andar aqui com este tipo de... isto, note-se ainda que delével é um protesto, que não pode ser, a Mesa não pode servir como veículo para criar aqui um facto político, este é um assunto sério de uma população que merece todo o nosso respeito e como tal devemos mais uma vez, como eu tenho dito sempre desde o início nesta Assembleia, tratado com respeito e com seriedade, não vamos criar factos políticos, quando não os há.

----- A questão que o Senhor Presidente aqui falou, de que a Câmara de Bragança já dá mais dinheiro do que aquele que seria os 50% que lhe corresponderia para essa nova candidatura, não é importante, é menos uma rotunda com água, não há problema nenhum dê-se, dê-se, o importante são as populações, as coisas sérias, e é só.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado. Para discutir sobre a Moção não há mais inscrições. Eu queria dizer, antes de por à votação, ao Senhor Deputado Luís Pires, que não pretendi e a Mesa neste momento assumo eu, naturalmente, não pretendi criar aqui facto político nenhum, apenas quero dizer, tratando-se de um assunto importante como me parece que é, e quanto mais esclarecido tanto melhor, eu achei por bem que naquela altura e não tendo havido pedidos de esclarecimentos, achei por bem que o senhor Presidente da Câmara desse também a sua opinião, só por isso, não pretendo com isto criar factos políticos da situação, criei, se calhar, na opinião de algumas pessoas, noutras não, provavelmente não. Bom, então vamos passar à votação.

----- **Após análise e discussão, foi a mesma Moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, uma abstenção e setenta e nove votos a favor, estando momentaneamente oitenta membros presentes.....**

----- **Declarações de voto?** Senhor deputado Orlando, faz favor.

----- **Orlando Pontes** - Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vereador, minhas senhoras e meus senhores. Naturalmente o Partido Socialista teria que votar favoravelmente esta proposta até porque é uma proposta para o Concelho e para todos, dado que temos duas corporações de bombeiros no Concelho, a de Izeda é tão corporação de bombeiros como a de Bragança, naturalmente tem os mesmos direitos, como tem os mesmos deveres. Pessoalmente teria, nem que toda a gente estivesse contra, eu tinha que estar a favor, além de ser sócio fundador dessa associação, além de ter sido 14 anos membro efectivo dos quadros dessa corporação e membro do comando e do corpo activo, naturalmente que continuo a ser como um pai um bocadinho babado por essa corporação e por essa associação, que deve merecer o apoio de todos nós e não é com protocolos, embora eu reconheça o trabalho feita pela Câmara que é pequeno, é pouco para o que devia ser, e continuo a dizer, porque desculpem-me porque eu pedi mais, mas antes, e o Dr. Luís Afonso até sabe disso, sempre tivemos o apoio da Câmara mas não temos que lhe o agradecer, é uma obrigação, como a criação de este Grupo de Intervenção, são duas corporação, duas associações humanitárias no Concelho, devem ser criados em cada um o seu. Até porque ainda há bocadinho estávamos a falar que a corporação de Izeda, se calhar chega mais depressa a Montezinho, do que a de Bragança, passando por Bragança, isto entre aspas, mas é verdade, nós somos uma associação e corporação do Concelho de Bragança. Obrigado.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito Obrigado. Senhor Deputado, Guedes de Almeida, para uma declaração de voto.....

----- **Guedes de Almeida** - Muito bom dia, cumprimento a Mesa da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vereador, e demais Membros aqui presentes. Eu votei favoravelmente porque eu entendi no texto da Moção da Senhora Presidente de Junta de Freguesia que o que ela pretendia, o pedido específico porque trouxe a Moção a esta Assembleia foi no sentido de ser financiada nos 50%, porque a aprovação resulta da própria lei, quer dizer, é da responsabilidade dos Bombeiros Voluntários de Izeda candidatar-se, o que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Izeda, terá, digamos assim, dificuldade em pagar os 50% que lhe compete à corporação e nesse sentido a aprovação, pelo menos pelo que eu entendi, e por isso, além, sem qualquer discussão, relativamente ao texto da Moção e ao conteúdo da Moção e aos objectivos da Moção, é que efectivamente o que esta Moção aprovou, foi a comparticipação do Município no financiamento dos 50% para, digamos assim, pagar à equipa de intervenção permanente.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado. Eu pergunto ao Victor Prada se se inscreveu para fazer uma declaração de voto. Está certo. Então damos por encerrado este ponto e chamo o Deputado, José Castro, agora sim, para uma intervenção.

----- **José Castro** - Ora bem, previamente eu não quis gastar tempo com a declaração de voto relativamente a esta Moção, porque o tempo é sempre escasso para a CDU, mas dizer que de facto é inquestionável a CDU associar-se às reivindicações de Izeda, tomáramos nós que o exemplo de Izeda ,enquanto Assembleia de Freguesia, fosse repetido por outras freguesias, vir aqui. A CDU considera como reiteradamente têm dito que a Vila de Izeda é Vila apenas de nome, que atendendo ao estado em que está a Estrada do Penacal e que a Protecção Civil de facto põe em evidência a dificuldade quase o gueto a que está remetido o sul do Concelho, o que gostávamos é que a Assembleia de Freguesia viesse aqui com mais propostas ainda, nomeadamente proposta como as que a CDU propõe, no sentido de descentralização efectiva dos Serviços Municipais ou Departamento Sócio Económico, Departamento de Urbanismo, Planeamento, para que de facto essa Freguesia, essa Vila seja tratada como que merece de facto, e que seja um pólo de desenvolvimento para o Concelho, termo o sul do Concelho desenvolvido.....

----- Posto isso, dizer que de facto sobre o Boletim Municipal, tudo já foi dito, naturalmente com a excepção do mutismo a que se remeteu o PSD e o Executivo Municipal, sobre o escândalo que foi a utilização e o chamar Boletim ao lançamento da campanha eleitoral pelo PSD, mas queria acrescentar e trazia aqui então uma deliberação da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, a directiva 1/2008 que esclarece bem que de facto aquilo nunca poderia ter sido um Boletim, porque um Boletim, nomeadamente como diz esta Directiva, tratando-se de publicação de titularidade pública e sujeita ao respeito pelo princípio do pluralismo, encontra-se obrigada a veicular a expressão das diferentes forças e sensibilidades políticas que integram os Órgãos Autárquicos. E já era tempo de facto, que este Executivo, comesasse a trabalhar como Executivo Municipal e que atendesse às obrigações que tem. Esta Directiva de 1/2008, revoga precisamente a Directiva sobre Boletins Autárquicos da Alta Autoridade para a Comunicação Social de 17 de Março de 1999, portanto vou deixar aqui na Mesa, vou deixar ao Executivo, como recomendação, para que não é preciso votar esta Assembleia, está decido já pela Entidade Reguladora da Comunicação Social, que a CDU terá que ter voz activa, nomeadamente a sua página no próximo Boletim Municipal da Câmara Municipal de Bragança, senão, provavelmente, teremos que remeter novamente para a Entidade Reguladora da Comunicação Social, precisamente esse passo.

----- Posto isto, e este esclarecimento, dizer o seguinte, eu desde o principio estava a estranhar, desde o principio desta Assembleia, alguns desconforto, entre aspas, chamemos-lhe assim, relativamente a um pedido que a CDU fez a uns tempos atrás sobre as contas, as contas que são devidas por Lei das Empresas que são comparticipadas pelo Município, estarem depositadas na Assembleia Municipal de Bragança, e portanto eu venho aqui para repor a verdade, de facto em algum dia do ano passado, que eu não sei precisar, porque não vinha prevenido para isto, o Grupo Municipal da CDU pediu a esta Assembleia as contas relativas aos Exercícios anteriores das Empresas que são participadas pelo Executivo Municipal, portanto pelo Município. E como resposta tivemos apenas dois Planos de Actividades, relativos a duas empresas que nem eram as que correspondiam às que a gente pedia, a gente pedia para as Águas de Trás-os-Montes e para o Matadouro, e chegou-nos um Plano de Actividades, nada de constas, um Plano de Actividades para o Matadouro e para outra empresa, o Mercado Municipal e que diga se não foi assim, mas eu julgo que foi exactamente isto, foi exactamente isto e foi o que nós recebemos, até hoje, até hoje e portanto já foi dada nota aqui previamente ao inicio da Assembleia que estavam essas contas disponíveis, foi o Presidente do Município veio aqui dizer que de facto essas contas sempre existiram, e numa deslocação aos serviços de apoio a esta Assembleia, acabo de verificar que está lá realmente cópia dessas contas, mas não estavam, não estavam, e há resposta, não, mas há uma resposta da Assembleia Municipal a dizer, relativamente à matéria que pede, o que nós temos é isto, e está lá, está lá, não é? E portanto se o Senhor Presidente faz questão, eu na próxima Assembleia trarei aqui exactamente toda a correspondência que foi trocada e tudo o que foi recebido, para de uma maneira esclarecer, de facto saudamos imenso e foi pena que tenha demorado tanto tempo de facto a essas contas chegarem, porque é competência da Assembleia Municipal, de facto ter as contas das empresas participadas, demorou, mas valeu a pena e nada temos senão a saudar exactamente essa atitude em prol da transparência deste Município, agora dizer o seguinte, de facto, quando nós pedimos as contas, elas não apareceram e apareceram Planos de Actividades feitos à pressa e datados com a data da véspera, precisamente da resposta ao pedido da CDU, foi isso, e isso está escrito e está documentado, é só.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado. Em nome da Mesa, eu quero relembrar-lhe que no dia 8 de Abril de 2008, foram enviados ao Lideres das Bancadas desta Assembleia Municipal, os seguintes relatórios, já foi dito e vou repetir, Mercado Municipal de Bragança, Terra Fria Carnes Lda., Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, Associações de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano, Resíduos do Nordeste, Fundação os Nossos Livros e Fundação Rei D.Afonso

Henriques, apresentaram requerimentos a solicitar informações sobre a Biblioteca de Bragança, etc. etc. etc., portanto que estavam cá os relatórios.

----- Continuando dou a palavra ao Senhor Deputado, Luís Afonso. Prescinde? Então dou a palavra ao Senhor Deputado, Luís Manuel Machado Rodrigues.

----- **Luís Machado Rodrigues** - Muito obrigado. Hoje dirijo-me a vós noutra qualidade e para uma matéria que estamos habituados a ouvir falar todos os dias e que por isso, e para simplificar eu venho aqui, interrompendo o longo silencio enquanto interveniente desta Assembleia o que fiz durante vários anos, mas venho aqui hoje só para trocar umas impressões convosco e dizer-vos duas palavras sobre a crise, e as consequências e as repercussões da crise no nosso Concelho, sem nenhuma pretensões mas para efectivamente partilhar alguma ideia a este respeito.

----- Nós temos assistido, semana após semana, a anúncios de graves problemas, de fecho de empresas, despedimentos, por esse País fora. Também ditado pelos condicionamentos do nosso Concelho, esses grandes títulos ainda não nos afectaram, porque efectivamente também não é nem somos uma zona em que grandes concentrações industriais ou empresariais existam, mas não nos iludamos, não nos iludamos que as consequências da crise vão chegar cá e vão sentir-se também cá.

----- Não foi por acaso, que no inicio deste ano, o Presidente da República pediu aos Portugueses para se preparem para situações de emergência social, e isso indicava bem aquilo com que haveria de contar e é um apelo à sociedade para que se preparasse, se organizasse, mental e materialmente.

----- Também com certeza não foi bem por acaso que, ainda recentemente, na Assembleia da República foi feita uma proposta para que fosse criado um fundo de emergência social. Essa proposta não foi aceite, espero que não tenha sido aceite por razões conceptuais, é sempre legitimo que haja diferentes maneiras de abordar os problemas, e quando digo que tenha sido por razões conceptuais, a imposição a que não tenha sido por razões dos ciclos eleitorais e das vantagens e desvantagens de dispor para a gestão mais directa desse tipo de meios que virão a ser necessários. E é isso, esses meios, é o que efectivamente me parece que é matéria importante a ter em consideração. Há uma certa sensação de que na sociedade portuguesa existe alguma organização suficiente em termos de instituições de solidariedade, em termos de capacidade de mobilização das pessoas, mas existe certamente alguma preocupação, sobre na hora em que seja preciso, como se vão mobilizar os meios materiais necessários.

----- Ao olhar para os documentos que hoje vão ser aqui discutidos nesta Assembleia, relativamente à Conta de Gerência e compaginando-os com as previsões orçamentais e estou-me a referir agora ao Município, para o ano de 2009, verifica-se que não houve, daquilo que foram as

despesas em 2008 e para o orçamento de 2009, uma evolução muito sensível nas chamadas despesas sociais; ou seja, embora tivesse havido reforços em despesas do tipo habitação social e despesas do tipo rede escolar, e essas são despesas sociais, na Acção Social, stricto sensu, a evolução dos fundos previstos e nem era natural que fosse, porque havemos de ter presente que o Orçamento da Câmara para 2009 foi feito no fim do ano de 2008, no mês de Dezembro de 2008, depois de aprovado o Orçamento Geral do Estado para 2009, Orçamento Geral do Estado que esse sim é o que define o enquadramento em que o País vai viver, e todos estaremos também recordados que na época em que o Orçamento Geral do Estado foi feito e que definiu as linhas de força a que deviam obedecer os Orçamentos Municipais, estávamos ainda na época de que a crise não chegaria cá, de que nos tínhamos preparado a tempo para resistir à crise e de que tudo iria correr bem. Não vale a pena gastar-mos tempo com isso, mas isto só para justificar que efectivamente na época em que estas previsões foram feitas em termos Municipais, tiveram que se enquadrar naquilo que são, digamos, aquilo que se chamam os elementos determinantes macro-económicos para a evolução do País, neste ano.

----- Mas isto tudo vem, Senhor Presidente da Câmara, para chegar ao ponto final daquilo que eu queria aqui sugerir e pedir, e vou-lhe pedir a si, uma coisa que é difícil, e que só lho peço a si porque sei que o Senhor tem capacidade para enfrentar as dificuldades, e o que é que eu lhe venho pedir? Eu venho-lhe pedir que, na medida do possível, na gestão da Câmara para este anos 2009 e o ano 2010 em que ainda estaremos sob as mesmas condições, com certeza que as coisas já se passaram de maneira diferente, a Câmara crie uma reserva de emergência, é isso que eu venho pedir. Oxalá não seja necessária, mas acho que vai ser, e ao fazer-lhe este pedido, eu tenho consciência de que lhe estou a pedir uma coisa muito mais difícil e ainda mais difícil num ano eleitoral, que é dar ao programa dos investimentos, que eu sei que estão programados e que com a sua gestão as coisas estão programadas e calendarizadas, mas conseguir introduzir-lhe um grau de flexibilidade que permita se necessário e se não houver outras fontes, contemos que haja, por exemplo, alguma flexibilidade no endividamento, mas se não houver, poder através das receitas correntes da Câmara e da parte sobrança das receitas correntes da Câmara, naquilo que é o saldo entre essas receitas e as despesas correntes, que é um saldo previsto positivo, podermos efectivamente acorrer ao suporte às instituições de solidariedade social, criando-se os meios para procurar ser minorado aquilo que a todos nós preocupa e que efectivamente e infelizmente vai afectar a nossa sociedade.

----- E ao mesmo tempo que faço esta sugestão e solicitação à Câmara, faço igualmente aos nossos concidadãos para que também, na medida em que possamos, individualmente nos

preparemos para ser solidários e apoiantes àqueles dos nossos conterrâneos que virão a ter necessidade. Muito obrigado.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Não havendo mais ninguém inscrito para intervir sobre este ponto, do Estado e Vida do Município, as inscrições estão aqui, são estas, e não há aqui mais ninguém inscrito, o último inscrito era exactamente Senhor Deputado Machado Rodrigues, mas sobre a Vida e Estado Município não tenho aqui mais ninguém. A Bancada tem tempo, faça favor, pode intervir, mas não tem aqui inscrição.....

----- **Victor Pereira** – Bom, muito rapidamente, dois ou três comentários que se me oferecem fazer sobre algumas coisas que foram aqui ditas, nem o Senhor Presidente. Eu ainda não vi, eu ainda não vi, em qualquer Centro Escolar o Logótipo da União Europeia, e aquele Outdoor que está junto aos Bombeiros, aquele Outdoor que está junto aos Bombeiros, não tem o símbolo da União Europeia, tenha paciência, eu sei que estamos em período de campanha pré-eleitoral, o Senhor Presidente se calhar já está em campanha, mas há normas que têm que ser respeitadas, eu não estou a dizer se é candidato, deixa de ser candidato, estou a dizer que há normas que têm que ser respeitadas e portanto os Bragançanos têm a obrigação de saber, quem é que financia aquela obra e qual é a comparticipação da Câmara Municipal, têm todo o direito a saber e não podemos meter gato por lebre às pessoas, porque as pessoas, aliás, eu só vim cá dizer isto, porque houve pessoas que me disseram, mas afinal é a Câmara que paga a obra? O Centro Escolar é da Câmara? E eu tive que esclarecer, não, não é a Câmara, a Câmara comparticipa com alguma coisa, mas não é a Câmara, aquilo foi uma candidatura, aquilo tem a ver com a DREN, foi aprovada e como tal os procedimentos têm que ser correctos.

----- Outro ponto que eu quero aqui chamar, as AEC'S, Senhor Presidente da Câmara, eu não quero saber se a Câmara faz ou não faz a tempo e horas as transferências para a dita empresa, aliás o Senhor Presidente da Câmara sabe que eu sou contra, já manifestei isso no local próprio, contra este tipo de empreendimentos de adjudicar este tipo de serviços a uma empresa, porque nenhum Concelho no nosso Distrito faz este tipo de negócio. Porque que é que leva a isto? Eu já falei aqui uma vez nisso, os Senhores deputados sabem que há professores a ganhar oito euros e pouco por hora... ..

-----

----- **Victor Pereira** - Menos? Ái! está-me a dizer menos! Enganei-me eu. Muito bem! Muito bem! Nós sabemos que o Estado Português dá cerca de quinze euros à Câmara Municipal, por cada hora destes senhores professores, portanto a empresa, não faço ideia nem quero saber, o Senhor

Presidente pode-nos esclarecer isso, e depois o Senhor Presidente até agradecia que lhe desse tempo para esclarecer isto. A Câmara não sei quanto é que dá à dita empresa, o que eu sei, é que os jovens, jovens professores, esses sim, em condições difíceis, esses sim em condições difíceis, esses jovens professores estão a ser explorados, é o termo, explorados e assumo aqui o que digo, estão a ser explorados, e isso deve-se à má gestão e aqui a responsabilidade política, tenho que o dizer, da Câmara Municipal. A Câmara Municipal podia perfeitamente, podia perfeitamente chamar a si a orientação deste processo das AEC's à semelhança de outros Municípios do nosso Distrito e deste País, e como não está a fazer, e como não está a fazer, eu responsabilizo mais uma vez a Câmara Municipal, por o que está a acontecer aos jovens professores e foi-me dito ontem, que desde Janeiro que não recebem um tostão, isto, as AEC's, eu sei, há os de inglês, há os de música e há os de educação física, eu sei tudo isso, eu sei, agora o que me preocupa a mim é que eles não recebem, seja um só, um único, isso preocupa-me, à semelhança do discurso que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal veio aqui fazer, também isto nos preocupa, isto preocupa-nos e acho muito bem, acho muito bem que a Câmara crie o tal fundo, o tal fundo de emergência para acorrer a determinadas situações, acho muito bem, concordamos inteiramente, agora não podemos é também descuidar-nos daquilo que efectivamente, a Câmara, a Câmara anda a fazer e que anda a criar situações de, de tal maneira, de, não sei como é que hei-de dizer, problemas sociais graves, que estão a acontecer com esses jovens, que eu sei que estão a acontecer e que efectivamente a Câmara não quer assumir as responsabilidades e não assume, porque não quer, por isso, é tão simples como isso, o Departamento Cultural da Câmara tem condições mais que suficientes para assumir isto. E se tem condições que o assuma, não podemos estar, ainda por cima, ainda por cima, o mais grave disto tudo e eu não queria agora aqui entrar neste tipo de conversa, porque, o que é certo é que a empresa nem é do Distrito de Bragança, quer dizer não vale a pena, quer dizer, eu não queria entrar por aqui, mas quer dizer há coisas que a nós nos custam e portanto a Câmara, a Câmara acho muito bem que olhe para isto e que tome medidas adequadas, aliás eu já fiz uma proposta ao Senhor Presidente da Câmara, pró ano lectivo que vem aí, pró ano lectivo que vem aí, que a Câmara assuma estas responsabilidades e que se deixe de empresas que assuma as responsabilidades, já lhe fiz esta proposta, e como tal eu espero bem que esta minha pregação entre aspas que colha... ..

-----

----- **Victor Pereira** - Ministério? Estou a falar de AEC's, por amor de Deus. Tenho dito.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Evitem o diálogo, meus senhores, evitem o diálogo. Não há mais inscrições neste momento, então eu dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

----- **Presidente da Câmara** - Muito obrigado. Queria falar sobre o Aeródromo Municipal, Aeroporto Regional, já foi apresentado o projecto ou ideia de projecto ou aquilo que é essencial a nível do Plano Director, o Aeroporto Regional foi apresentado mais que uma vez aqui na Assembleia, foi aprovado pela Autoridade de Aeronáutica Nacional, o projecto de Execução está em apreciação no INAC, o Estudo de Impacto Ambiental está em fase de finalização para entrar em fase de discussão pública. O modelo de gestão, não há nenhum modelo de gestão definido, o modelo de gestão têm de que ser pensado, equacionado, publico, publico/privado, para já temos uma certeza, é publico, porque a infra-estrutura é Municipal e assim continuará a ser, e aquilo que fugir deste quadro de referencia só mediante uma deliberação da Assembleia Municipal.....

----- Estradas do Parâmio, Penacal, saídas de escolas - Antes de passar a esta matéria, porque o Município está atento e agradecemos, agradeço em nome do Executivo, a preocupação e a profundidade da reflexão do senhor Presidente da Assembleia Municipal e a ajuda que dá, enfim, ao Município, ajudando a Câmara a reflectir nesse âmbito.

----- Antes de falarmos nessa matéria, queria referir-me à parte de sinalização e identificação de Apoios Comunitários dos dois Centros Escolares. Estão duas placas, uma em cada Centro Escolar a identificar o Apoio Comunitário, para quê andar com esta brincadeira, assim, vão lá verificam, agora sim, podemos, claro que não, tem que compreender assim, o Município precisa de fazer a obra, precisa de receber a comparticipação financeira Comunitária e sem que esteja comprovada a presença de identificação do apoio não recebe nada, só se nos fossemos, desculpem-me a expressão, tontos é que nós podíamos correr um risco desses, todas as obras, sem excepção, do Município, têm a sinalética adequada correspondente aos Fundos Comunitários, ponto final. A placa no Centro Escolar da Sé e de Santa Maria estão ao lado, com as medidas regulamentares deferidas para essa matéria, não estão definidas, nós podemos fazer um Outdoor com as medidas que quisermos, as placas de identificação dos Apoios Comunitários têm regras de execução, que são regras gerais extensíveis a todos os Países da União Europeia, não são inventadas pela Câmara.....

----- Depois queria falar sobre as AEC's, eu acho uma lástima, uma lástima esta situação de criação das AEC's, não é a primeira vez que o digo nesta Assembleia Municipal, é uma lástima e é uma tristeza para os jovens terem que trabalhar em condições deste nível, não é de vontade da Câmara que isso aconteça, é uma politica errada do Ministério de Educação que devia integrar e flexibilizar, peço desculpa, ouvi atentamente, deveria integrar no curriculum normal, as actividades correspondente às AEC's, ou seja o respectivo inglês, educação física e musica, para, para que estas actividades integrassem a calendarização normal das aulas durante o dia, para que pudesse viabilizar

horários completos aos senhores professores e que não estivessem a ser explorados com este processo, ter que dar e particularmente em áreas de baixa densidade e terem de se deslocar muitas vezes, a remuneração qualquer que seja não lhes paga sequer a gasolina que gastam no seu automóvel, é uma pena, é uma política errada do Ministério da Educação que devia obrigatoriamente ter estas actividades de enriquecimento curricular, integradas nos planos normais de formação, ponto número um. Ponto número dois, deveria aproveitar recursos humanos existentes com qualificação suficiente, ou capaz, para poderem dar aulas também neste âmbito, e as necessidades adicionais de recursos humanos fazer uma contratação normal para os quadros do ministério. Esta é que é a política séria e correcta, aquela que podia proteger os jovens e podia digamos também, orientar e ??? melhor a utilização dos recursos públicos, o Município não pode nesta âmbito, num quadro de incerteza, fazer aquilo que o Senhor Deputado diz, porque se tomasse esta orientação, à semelhança doutras orientações, com facilidade as finanças do Município ficariam de rastos. E ficariam porquê? Atrás de uma medida, vinha outra, se o Município não pode integrar professores, não deve, do meu ponto de vista, integrar esse tipo de situações, digamos, num mapa de pessoal da Câmara, a tendência e aquilo que é exigido e que é devido, é que, e temo-lo referido na Associação Nacional de Municípios, temos referido muitas conversas, é assim, o que era razoável era que as actividades estivessem integradas no esquema normal de programação de aulas, porque como não estão, as AEC's são dadas quando há disponibilidade, fora dos horários programados dentro das escolas. O que é que isso quer dizer? Quer dizer que os jovens portugueses podem ter um horário de quatro, cinco horas por semana, excepcionalmente um consegue um número mais elevado, mas isso tudo, resumido, não é nada, é uma pena para um jovem que acaba de se licenciar ter que passar por uma situação destas. Não é da vontade do Município que isto aconteça, o desejável era de facto que o Ministério da Educação integrasse as AEC's num sistema normal de curricularização das actividades escolares.

-----

----- **Presidente da Câmara** - Falta-me a resposta? Peço desculpa, a mais importante de todas.

----- As questões sociais preocupam o Executivo Municipal. Aprovámos, por unanimidade, algumas medidas que tencionamos implementar proximamente.

----- Aprovámos uma medida que tem a ver com as tarifas do Município, ainda não divulgámos essa medida publicamente, tencionamos divulgá-la só no momento em que for possível no âmbito do sistema informático do Município aplicar essa medida, temos uma empresa a trabalhar nesse sentido, e a medida envolve a redução de 20% na factura de água resíduos sólidos e esgotos, às

famílias com rendimento per capita inferior à pensão social. Envolve também o pagamento faseado das respectivas facturas. Esta medida é aquela que tem mais impacto, em termos, digamos de receitas do Município, naquilo que pode corresponder a medidas de apoio social e que mais benefícios têm para as famílias. A parte das rendas sociais, estamos a trata-la também no sentido de fasear os pagamentos, coimas a mesma coisa, há um dado especial nesse âmbito. E é importante esta medida sabendo que o tarifário, tanto na parte de águas como esgotos como de saneamento é deficitário, ou seja, a receita gerada com a prestação de serviços é inferior ao custo, o nosso sistema de água é deficitário em 30%, o sistema de saneamento é deficitário em 41%, o sistema de resíduos sólidos urbanos é deficitário em 43%, portanto não tomámos esta medida de apoio social de uma forma imponderada, ponderamos de facto qual era o tipo de medida que mais poderia ir ao encontro das necessidades das famílias mais carenciadas, e sentimos, por aquilo que estava a acontecer nos serviços, que esta era uma medida importante.

----- Na área dos transportes urbanos, em que o serviço é deficitário em 78%. E porque neste montante? Porque muitos cidadãos, jovens, jovens de famílias carenciadas, cidadãos reformados ou mesmo sem estar em nenhum dos grupos etários de jovens ou reformados, que tenham carência, viajam, os processos são avaliados, analisados e viajam gratuitamente ou com redução nos STUB's. Estão envolvidos neste universo, 1 759 utentes dos transportes urbanos.

----- Parque dos equipamentos culturais e desportivos - Nenhum cidadão, nenhum jovem, qualquer que seja a sua idade, tem o acesso impedido, seja às piscinas, seja aos equipamentos culturais. Se estiver numa situação de carência, os serviços analisam vários processos de forma continuada para responder a essas situações. O Conservatório de Musica, por exemplo, a nenhum jovem, do nosso Município, está vedado o acesso ao Conservatório de Musica se não tiver recursos financeiros para pagar as respectivas propinas ou a inscrição. São avaliados os processos, podendo ter redução de 50 ou 100% nas respectivas prestações.

----- Também no domínio da Acção Social, neste momento, estamos a apoiar, já, estamos a apoiar, enfim, quando digo já, estamos a apoiar em termos correntes, seja a nível de suplemento alimentar, seja a nível de refeições, 484 alunos, digamos que não pagam refeição, digamos no âmbito das medidas de apoio social, com os processos devidamente analisados dentro dos serviços. Este conjunto de medidas com outras que virão a ser reflectidas face à sugestão do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, se criar uma reserva de emergência, reserva de emergência que pode, que pode paralisar investimentos. Estou inteiramente de acordo com o Senhor Engenheiro Machado Rodrigues, há investimentos que, se necessário, têm que ser adiados ou não realizados. Esta é a

nossa perspectiva, temos já um ou outro investimento importante com concurso feito, cujas formalidades de contratação estão adiadas, até percebermos melhor a extensão da situação que se vive. Se percebermos que a obra pode evoluir, o processo será finalizado, caso contrário o concurso será anulado, estamos já em situações desse nível.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado Senhor Presidente.

-----

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Diga? Ainda dispõem de algum tempo, não muito, está um bocadinho já fora do contexto, mas enfim, pois as intervenções já estavam fechadas, mas vá lá, tem tempo disponível, vamos lá então.

----- **Manuel Pires** – Muito bom dia a todos. Muito rapidamente só para colocar aqui algumas questões, relativamente às AEC's. Como sabem eu coordeno uma equipa de educação, que por acaso agora está sedeadada fora do Concelho, e queria só dizer aqui rapidamente esclarecer alguns aspectos relacionados com as AEC's. Atenção, quando foi lançado o programa AEC's, só aderiram as Câmaras que quiseram e de acordo com aquilo que o programa, à altura, que nós apresentámos como aquilo que o programa previa, exactamente, quer em termo de dotação financeira, quer relativamente às horas. Relativamente a aspectos que têm a ver com a operacionalização das AEC's, de facto, este Município é o único Município que os serviços da Câmara não fazem concursos directamente, portanto entregam isso a empresas para poderem trabalhar as AEC's e isto é importante esclarece-lo é que nos outros Municípios, eu trabalho com seis, penso que tudo está a decorrer dentro da normalidade, pago tudo a tempo e horas, sem problemas, sem constrangimentos absolutamente nenhuns, mais e há uma fidelização dos professores a esses Municípios, aliás eu tenho por mim, relativamente às reuniões que faço com os Municípios relativamente a este aspecto, no sentido de fidelizar os professores e maior parte dos professores começaram no primeiro e segundo ano são, os que se mantêm lá, portanto, mas isto só é possível de facto, com uma politica diferente.

----- Relativamente a aspectos que têm a ver com as horas, com as horas... ..

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Senhor Deputado, desculpe interromper, agradeço que seja breve e que termine.

----- **Manuel Pires** – Eu acabo já. Relativamente a aspectos que têm a ver com as horas, há possibilidade de criar horários flexíveis, isto é feito com os Agrupamentos de Escolas e com os Municípios, portanto em articulação perfeita. E eu, a nível de determinados Concelhos em que havia alguma dificuldade de contratação e tiveram que ser formulados os horários de maneira a arranjar horários completos de vinte e duas horas, horários completos iguais aos outros professores. Aliás

pode-se caminhar para aí e é possível, e eu não tenho problemas em trabalhar com os serviços da Câmara e com os respectivos Agrupamentos, no sentido de verificarmos se é possível ou não, a dar vinte e duas horas aos professores, e mais não digo.

----- **Primeiro Secretário da Mesa** – Muito obrigado. Termina aqui este ponto.

----- **Presidente da Mesa** – Bom, só retomo o lugar para vos desejar um bom almoço e pedir que recomeçemos os trabalhos às duas horas, que é daqui a hora e meia, e como temos esta longa agenda para esta tarde, eu pedia o favor de estarem mesmo às duas horas, muito obrigado.

----- **INTERVALO PARA ALMOÇO** - NESTE PONTO DA AGENDA DE TRABALHOS FOI INTERROMPIDA A SESSÃO, TENDO-SE REINICIADO NOVAMENTE, DEPOIS DE VERIFICADA A EXISTÊNCIA DE QUÓRUM, CERCA DAS CATORZE HORAS.

----- **Presidente da Mesa** – Senhoras e Senhores Membros da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, estamos em condições de retomar os trabalhos. Tenho muita pena de não poder agradecer a vossa pontualidade e vamos começar com algum atraso, o atraso que Vossas excelências decidiram.....

----- Eu perguntava ao Grupo Municipal do PSD se tem a lista para as eleições.
Está aqui. Então dando seguimento a isso eu informo que há duas listas na Mesa: uma que integra elementos do PS, da CDU e do Bloco de Esquerda, pressuponho que é subscrita em conjunto; e há outra lista subscrita pelo Grupo Municipal do PSD. A primeira lista que entrou é a lista - eu não vou dizer coligação porque se calhar é ir longe demais - do PS, CDU e BE, essa terá a designação de Lista A na votação, a outra é a Lista B.

----- A constituição das listas para os senhores Membros da Assembleia ela será afixada, mas a constituição é o seguinte:

----- **Lista A:** Luís Pires (PS); Luís Costa (CDU); António Vieira (PS); Luís Vale (BE) e Luís Filipe (PS).

----- **Suplentes:** Bruno Veloso (PS); Manuel Pires (PS); José Castro (CDU); Amílcar Pires (PS) e Orlando Pontes (PS).

----- **Lista B, proposta pelo Grupo Municipal do PSD - Os elementos efectivos são:** Luís Manuel Madureira Afonso; Júlio da Costa Carvalho; José Alberto Moutinho Moreno; Amândio dos Anjos Gomes; Domingos Moura dos Santos.

----- **Suplentes:** Maria Elisa Monteiro Pires Vilela; Rui Fernando Correia; António Almeida Dionísio; Acúrcio Álvaro Pereira e Maria Madalena Morais Morgado.

----- Senhor Secretário da Mesa eu peço para pedir aos Serviços de Apoio que façam cinquenta boletins de voto, que são o número de eleitores, nesses termos que eu aqui pus.....

----- Vamos então prosseguir com os nossos trabalhos, depois faremos a eleição.

----- O ponto em que estamos é o
.....

PONTO 4.2 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO ECONÓMICO DE 2008 E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS:

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e três de Março do ano de dois mil e nove, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dra. Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dra. Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dra. Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PRESTAÇÃO DE CONTAS, RELATÓRIO DE GESTÃO RELATIVO AO ANO ECONÓMICO DE 2008 E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Pelo Sr. Presidente foi feita a apresentação do conteúdo dos documentos, nos seguintes termos:

“PRESTAÇÃO DE CONTAS, RELATÓRIO DE GESTÃO RELATIVO AO ANO ECONÓMICO DE 2008 E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Pelo Sr. Presidente foi feita a apresentação do conteúdo dos documentos, nos seguintes termos:

O Orçamento Municipal de 2008 cujo valor corrigido se fixou em 41.407.400,00 euros reflecte - ao nível da sua execução - um valor percentual de aproximadamente 81%.

De forma global poderemos referir:

A receita cobrada líquida foi executada em 81,06%, ascendendo ao montante de 33.563.012,50 euros e a receita cobrada bruta foi executada em 81,29%, cifrando-se em 33.658.285,41 euros. Para esta grandeza concorrem as receitas correntes e de capital, com valores cobrados de 22.974.455,28 euros e 10.682.082,48 euros, respectivamente;

A despesa paga apresenta, valores de execução, na ordem dos 81,34% e de 33.681.771,08 euros em termos absolutos, desagregada em 19.855.350,57 euros de origem corrente e 13.826.420,51 euros de capital;

Numa perspectiva evolutiva o orçamento municipal de 2008 foi incrementado, comparativamente ao de 2007, em 2.430.725,82 euros na receita e em 2.115.577,00 euros na despesa.

O acréscimo da receita global, relativamente ao ano anterior, teve como principais factores de crescimento as componentes:

Ao nível da receita Corrente (com uma execução líquida de 103,68%) - uma variação, em termos percentuais, de 35,79% dos rendimentos de propriedade, de 3,79% das transferências correntes e 8,31% da venda de bens e serviços correntes; e

Ao nível da receita de Capital (com uma execução líquida de 55,31%) – a obtenção de passivos financeiros (empréstimos de curto e médio e longo prazos) influenciaram um crescimento de 15,44%, em relação ao período homólogo.

A estrutura de financiamento do orçamento de receita revela - como recurso principal - as transferências provenientes da administração central (i.e. 42,00%) e as receitas próprias (i.e. 39,29%). Por outro lado, os apoios comunitários e outros contribuem em 12,82% e os empréstimos em 5,89% para o financiamento do orçamento da mesma.

Na última década a receita global do Município cresceu, em média, 5,2% ao ano, tendo as receitas próprias evoluído de igual modo, em resultado da evolução da actividade económica no Município e à melhor organização da actividade municipal sendo que, esta deve corresponder ao

mais importante vector de acção tanto sob o ponto de vista da qualidade do serviço prestado, como da sustentabilidade orçamental.

O crescimento do orçamento tenderá a ser feito à custa de receitas próprias, com maior expressão a partir de 2013 (pós-QREN). Este objectivo não se revela de fácil concretização se considerarmos que o Município de Bragança é - em área - o sétimo maior do país e com uma baixa densidade populacional, e que se insere num sub-espço predominantemente rural (redução e envelhecimento da população, redução da actividade económica e de serviços públicos no interior do país), no qual a diversificação e incremento da actividade económica representa um exercício complexo, considerando a política centralista que continua a apostar num modelo de desenvolvimento de concentração da população e da economia.

A receita corrente de 2008 cresceu, relativamente ao ano de 2007, 4,6 valores percentuais e 1.009.512,95 euros em termos absolutos. Este valor revela-se bastante aceitável tendo em conta que o ano de 2008 apresentou uma conjuntura económica de crescimento desfavorável, aliás, situação semelhante ao que tem ocorrido em anos anteriores.

A receita de capital regista, em 2008, o valor de 10.682.082,48 euros. Em 2007 este montante fixou-se nos 9.253.223,99 euros. Em suma, registou um crescimento de 15,44%.

Se compararmos a situação do nosso distrito com a dos restantes, ao nível da cobrança de impostos municipais, verificamos que o de Bragança é o que menos impostos arrecada *per capita* e com maior redução da actividade económica do país, face às debilidades próprias e aos condicionamentos externos que estão a impor um agravamento - visto a regra ser a de que numa situação de crise, serem os territórios mais frágeis os sacrificados e os mais afectados pela mesma.

Se tivermos em conta que, o Município de Bragança, tem um rendimento *per capita* superior ao da média nacional e que é um dos cinco melhores municípios da Zona Norte e que a média dos municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro, à excepção de Bragança, não atingem a média de rendimento nacional, ficando bastante distanciadas, o que faz desta NUT uma das mais pobres, se não a mais pobre do país. Percebe-se a fragilidade global do território e os problemas que tal representa para a economia de Bragança.

Com pagamentos efectuados no montante de 33.681.771,08 euros, distribuídos em 19.855.350,57 euros em despesa corrente e 13.826.420,08 euros em despesa de capital, foi obtida uma taxa de execução orçamental de 81,34% que se eleva para 97,83% se considerarmos o grau de

comprometimento da despesa, a qual se poderá concretizar em execução em anos futuros, desde que verificados os pressupostos que originaram os respectivos compromissos.

A despesa corrente teve um acréscimo, no ano de 2008 comparativamente ao ano de 2007, de 14,67%, reflexo do comportamento da despesa com a aquisição de bens e serviços e com as transferências correntes. Os factores que mais contribuíram para este aumento foram: a reclassificação de despesas anteriormente classificadas como despesas de capital (na realização de obras por administração directa), que passaram a ser despesas correntes, face às novas orientações da DGAL; revisões de preços relativo ao contrato de prestação de serviços com a AGS, com incidência desde o início do mesmo e o aumento da despesa com o fornecimento de refeições ao 1.º Ciclo do Ensino Básico.

A despesa com pessoal aumentou 3,63%, representando 33,94% do orçamento corrente e de 20,01% da despesa global, enquanto no ano de 2007 representava 20,60%. Os limites legais impostos de despesa com pessoal situaram-se em 35,64% (para o pessoal do quadro) e 9,54% (para o pessoal em qualquer outra situação).

Os pagamentos associados à despesa de capital foram de 13.826.420,51 euros, o que corresponde a uma taxa de execução de 69,56%. O maior peso - no conjunto da despesa - advém da rubrica de aquisição de bens de capital, inerente ao investimento directo realizado pelo Município no valor de 10.153.434,72 euros, ligeiramente inferior a 2007 em 3,76%. A rubrica de transferências de capital - maioritariamente destinadas a investimentos nas Freguesias do Concelho e Instituições sem Fins Lucrativos, o qual aumentou - com o valor de 2.410.041,14 euros, manifesta um acréscimo significativo de 41,93%, relativamente ao ano anterior.

Em resultado da renegociação da dívida de médio e longo prazos, a despesa com passivos financeiros registou um decréscimo de 28,76%.

Importa salientar que, as transferências de capital para as Juntas de Freguesia destinadas a investimento aumentaram, de 2007 (no montante de 1.098.771,45 euros) para 2008 (no valor de 1.756.380,50 euros), 657.609,05 euros.

No ano de 2008, a taxa de cobertura do investimento distribui-se em: 48,13% de financiamento municipal, 32,35% de apoios comunitários e outros e 19,52% de empréstimos. Já o investimento realizado no período de 2004 a 2007 - sem qualquer recurso ao crédito bancário - foi, em média, financiado em 39,51% pelos fundos comunitários e outros e em 60,48% com recursos próprios.

Salienta-se a importância dos fundos comunitários na concretização de um importante ciclo de investimento que marca a gestão municipal dos últimos onze anos. O investimento realizado nesta última década denota, de forma evidente, um período histórico de modernização e qualificação urbana, bem como da actividade económica, tendo o Município adquirido maior competitividade e atractividade para viver e trabalhar.

No período de 1998/2008, foi realizado um investimento global de 154.696.692,65 €, sem contar com o investimento realizado através das empresas participadas pelo Município, seja em investimentos de requalificação urbana, seja em investimentos em equipamentos ligados à área económica.

Com uma elevada captação de fundos comunitários, conseguimos concretizar a construção de importantes equipamentos culturais, desportivos, de transportes e acessibilidades, de modernização e qualificação do espaço público urbano, de construção de infra-estruturas de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos e de saneamento básico. Novas oportunidades foram garantidas aos cidadãos,

assegurando melhor qualidade de vida e bem-estar cumprindo, assim, a Câmara Municipal, algumas das suas importantes atribuições de natureza pública e social - situação que, por sua vez representa inevitáveis aumentos nas despesas correntes.

Nos anos de 2007 e 2008 preparámos um conjunto de iniciativas ao nível das acções territorialmente integradas e de projectos que permitirão ao Município, continuar a aceder a apoios comunitários no âmbito do QREN, de modo a que até 2013 seja consolidado este forte ciclo de modernização do Município.

A estrutura da despesa teve a seguinte configuração: despesa com pessoal, 20,01%; aquisição de bens e serviços, 33,72%; juros e outros encargos, 1,30%; transferências correntes, 3,12%; e outras despesas correntes, 0,80%; aquisição de bens de capital, 30,15%; transferências de capital, 7,16%; activos financeiros, 0,49% e passivos financeiros, 3,26%.

A despesa corrente representa 58,95% do orçamento global da despesa, enquanto a despesa de capital representa 41,05% do mesmo.

A despesa, por unidades orgânicas, teve a seguinte repartição: Administração Autárquica, 29,07%; Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira, 3,13%; Departamento de Obras e Urbanismo, 31,35%; Departamento de Serviços Municipais, 25,18% e Departamento Sócio Cultural, 11,28%.

Com uma taxa de execução de 66,44%, as Grandes Opções do Plano para o ano de 2008, atingem o valor absoluto de 12.232.787,00 euros, dos quais 10.501.054,00 euros referem-se ao Plano Plurianual de Investimentos e 1.731.733,00 euros ao conjunto das acções consideradas como relevantes e que cuja despesa efectuada não é considerada de investimento. Neste âmbito, podemos salientar alguns objectivos, num contexto do volume dos montantes envolvidos, para um montante executado no valor de 12.232.787,00 euros:

As Funções Sociais são as que absorvem a maior fatia de investimento com um valor nominal de 8.674.074,00 euros, representando 70,91% das GOP's. Nestas funções a Habitação e Serviços Colectivos registam uma execução 5.299.498,00 euros;

As Funções Económicas representam 19,68% do investimento, com um valor executado de 2.407.447,00 euros, sendo que a área dos transportes e comunicações é a que absorve uma maior fatia destes investimentos, apresentando um valor de 1.535.372,00 euros;

As Funções Gerais, que representam 9,41% das despesas, apresentam um valor de 1.151.266,00 euros sendo consumidas estas verbas, na sua maior parte, pelos serviços gerais da administração pública.

A dívida total do Município - curto, médio e longo prazos - é de 16.280.690,60 euros, o que representa 48,37% da receita global. Temos, assim, um aumento da dívida relativamente ao ano de 2007 em 20,91% (i.e. aumento registado no valor de 2.816.107,49 euros). Se compararmos com Janeiro de 1998 temos uma situação incomparavelmente boa visto que, nesse período, a dívida global representava 105,37% da receita global, ou seja, duas vezes mais. Em termos absolutos se actualizarmos a dívida registada nesse momento à data de Dezembro de 2008, esta ascenderia a 20.165.983,00 euros, ou seja, superior em 3.885.292,00 euros.

A dívida encontra-se, temporalmente, estruturada da seguinte forma:

A Médio e Longo prazos, com o valor de 9.784.096,97 euros - a qual representa 60,10% da dívida global. Esta reparte-se por instituições bancárias (95,17%) e por fornecedores de imobilizado (4,82%);

A Curto prazo, no valor de 6.496.593,63 euros - representando 39,90% da dívida global. Esta apresenta a seguinte composição: instituições financeiras (7,42%), fornecedores conta-corrente (11,37%), fornecedores de imobilizado (59,99%), Estado e Outros Entes Públicos e outros credores (2,61%) e credores de cauções - prestadas em dinheiro - valor depositado e disponível em qualquer momento (18,60%).

Numa década de forte investimento e apesar do aumento registado, garantimos uma gestão adequada dos níveis de endividamento assegurando condições adequadas para, no período de vigência do QREN (2007-2013), continuar a investir e aproveitar, assim, os fundos comunitários disponíveis ao desenvolvimento do Município.

Comparada a dívida com os Municípios a nível nacional temos que, a média do endividamento total sobre as receitas totais era, em 2004, de 81% - valor bastante superior ao de Bragança que naquele ano era de 54,42% e, em 2008, é de 48,37%.

Calculados os limites de endividamento de acordo com o disposto na Lei das Finanças Locais - Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, e demais legislação aplicável, verificamos que a dívida existente de médio e longo prazos representa 40,57% (i.e. 7.188.323,14 euros) do limite legalmente previsto que ascende a 17.717.815,51 euros. Quanto ao endividamento líquido este atinge o valor de 6.105.070,74 euros, montante que fica aquém do limite legalmente estabelecido de 22.147.269,39 euros - equivalente a 27,57% do limite indicado.

Em termos financeiros a Demonstração de Resultados evidencia um resultado líquido positivo de 1.335.657,00 euros. Este valor é originado pelo contributo dos resultados: operacionais, no valor de 4.321.558,00 euros (os quais cresceram 2,21%), financeiros, no valor de 1.311.238,00 euros, e extraordinários com o valor negativo de 4.297.139,00 euros. Os resultados extraordinários representam, essencialmente, as transferências de capital para as Juntas de Freguesia e outras Instituições sem fins lucrativos. A leitura deste resultado deverá ter presente a finalidade da acção da Administração Local.

A evolução patrimonial no período permite-nos concluir que o Balanço da autarquia sofre um incremento global, em valor absoluto, de 15.688.519,48 euros, ou seja, de 10,67%, comparativamente ao ano de 2007, apresentado o valor de 162.733.334,11 euros, o qual é repartido pelas seguintes rubricas:

Activo fixo – Representando 96,38% do activo líquido, apresenta um crescimento em valor absoluto de 14.706.822,29 euros;

Activo circulante – apresenta uma variação de 31,86% em relação ao ano anterior;

Acréscimos e diferimentos – compreendem os *acréscimos de proveitos* com uma diminuição de 294.498,37 euros, relativamente ao ano anterior, e os *custos diferidos* também com a mesma tendência apresentando uma variação de 2.465,99 euros;

Fundos próprios – estes registaram um acréscimo de 8,45%, em resultado do incremento do Património e do Resultado Líquido do Exercício e de uma diminuição dos Resultados Transitados;

Passivo – Sofreu um aumento de 15,72%.

Nos recursos humanos da autarquia registou-se um acréscimo de colaboradores (+6) em exercício de funções, face ao ano de 2007. O total de efectivos (387) que desenvolveram a actividade no Município durante o ano de 2008, distribui-se da seguinte forma: o Executivo (4), o Gabinete de Apoio Pessoal (4), o Pessoal do Quadro (366), acrescido do pessoal em qualquer outra situação (13).

Considerando que o novo regime de vinculação de carreiras e de remuneração dos trabalhadores que exercem funções públicas, estabelece regras mais apertadas em termos de progressão/ promoção nas carreiras foram, durante o ano de 2008, dadas orientações aos serviços e promovidas as medidas que asseguraram a realização de 65 promoções e ingressos, fundamentalmente nas categorias de níveis de remunerações mais baixas. Deu-se particular atenção à formação disponibilizada aos colaboradores com vista à evolução das suas competências – frequentaram-se 1.832 horas de formação (num total de 92 trabalhadores), o que representa um acréscimo de 45% comparativamente ao ano anterior. Para além disso, no ano lectivo de 2007/2008, 13 trabalhadores beneficiaram do estatuto de trabalhador estudante.

O absentismo é significativamente superior ao desejável (8,04%) e tal situação deve-se ao débil sistema de controlo e verificação atempada - das doenças prolongadas - por parte da CGA e da ADSE tendo, o tempo médio de resposta às solicitações, crescido durante o ano de 2008.

O desempenho profissional dos recursos humanos da autarquia é, em termos de apreciação global, muito positivo.

Assinalados os aspectos fundamentais dos documentos, o Sr. Presidente, ainda referiu, antes de colocar os documentos à votação, que a execução orçamental teve um elevado grau de concretização, que o investimento realizado directamente ou em colaboração com as Freguesias e Instituições Sem Fins Lucrativos, foi significativo e realizado em projectos devidamente estruturados.

Salientou que as actividades correntes do Município em termos de concretização decorreram de um modo geral de forma bastante positiva, resultado de uma boa programação e estabilidade em termos de orientação política e administrativa.

Os trabalhadores do Município, de um modo geral, (desde tarefas de chefia às tarefas técnicas, administrativas e às operacionais), empreenderam de forma a garantir a concretização dos objectivos traçados e a regularidade e legalidade exigida.

Aos trabalhadores foi garantida formação profissional de acordo com as necessidades de qualificação para a concretização dos objectivos traçados e realizadas 65 promoções e ingressos, favorecendo as categorias de mais baixa remuneração.

A Certificação Legal de Contas e a Análise Económico-Financeira reportada a 31 de Dezembro, informa que o Relatório de Prestação de Contas relativo ao exercício de 2008 está concretamente elaborado, conforme os princípios legais estabelecidos, pelo que face ao exposto proponho:

1. Que o Documento de Prestação de Contas relativo ao Exercício do ano de 2008, seja aprovado;
2. Que seja aprovada a Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.

Intervenção do Sr. Vereador, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro

Os documentos de Prestação de Contas, traduzem o resultado de uma gestão empenhada e rigorosa do Orçamento do ano de 2008, por parte deste Executivo Municipal.

A elevada taxa de execução orçamental demonstra sobretudo a capacidade de planeamento do Executivo e a resposta eficiente dada pelos trabalhadores do Município.

À semelhança dos anos anteriores, conseguiu-se direccionar receita corrente para despesa de capital, privilegiando-se assim o investimento, sendo de destacar o aumento de transferências de capital para as Freguesias e Instituições Particulares Sem Fins Lucrativos.

De salientar o baixo valor de encargos com o pessoal, face ao legalmente permitido, valores de limites de endividamento muito confortáveis e o bom desempenho e contributo dos serviços para o aumento dos Proveitos Operacionais.

De realçar ainda o elevado número de trabalhadores promovidos ou reclassificados, fruto da atenção dada pelo Executivo à melhoria das condições de trabalho.

Intervenção do Sr. Vereador, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristovão

Voto favoravelmente os documentos de prestação de contas relativo ao ano de 2008, porquanto estes traduzem globalmente o resultado de uma gestão séria e rigorosa do executivo, tendo-se verificando um bom equilíbrio global no orçamento apesar de um acréscimo da dívida, continuando contudo, a crescer no investimento.

Saliento a boa prestação na execução orçamental, cumprindo assim o princípio orçamental de equilíbrio (a Despesa Corrente é coberta pela Receita Corrente).

Saliento também a política de gestão dos recursos humanos do Município, assente em critérios de rigor e contenção mas criando as condições necessárias para que se verificasse uma evolução das qualificações profissionais do pessoal ao nível dos grupos profissionais. De realçar também a aposta do Município na promoção dos seus funcionários, tendo ocorrido 21 promoções e transitado para 2009 mais 33, contabilizando um total de 54 promoções para além das 13 reclassificações verificadas. É de salientar também a possibilidade que este Município tem dado aos seus funcionários para a frequência de cursos ou acções de formação, registando-se 92 trabalhadores nestas condições, uma aposta clara na formação continua, com o objectivo de proporcionar a aquisição de melhores conhecimentos, capacidades e competências técnicas que se traduzirão em melhor serviço para o Município.

De um modo geral estes resultados demonstram o empenho e sentido de responsabilidade de todos os colaboradores do município, executivo e funcionários que pela sua acção diária contribuem para os bons resultados da gestão municipal

Intervenção da Sra. Vereadora, Dra. Maria de Fátima Gomes Fernandes

Voto favoravelmente os documentos de Prestação de Contas relativo ao ano de 2008, porque os resultados apresentados demonstram, de uma forma clara, um gestão de eficiência e de elevada responsabilidade que tem em vista dar resposta aos desafios da sociedade actual.

Demonstrou, também, o princípio de rigor, factor determinante para a boa gestão que tem sido desenvolvida ao longo dos últimos anos.

Destaco o cumprimento do princípio orçamental de equilíbrio a canalização de receita corrente para despesa de capital, continuando o aumento do investimento e a política de gestão dos recursos humanos.

Intervenção da Sra. Vereadora, Dra. Isabel Maria Lopes

Voto favoravelmente o documento de Prestação de Contas referente ao exercício de 2008. Este documento reflecte a actividade económica do Município no ano a que se reporta, onde se verifica, mais um vez, transparência, rigor, empenho e elevada capacidade de execução orçamental.

Destaco com satisfação os seguintes aspectos:

- Elevado nível da execução do Orçamento Municipal de 2008;
- Incremento do Património Municipal;

- Elevada capacidade para captação de Fundos Comunitários;
- Construção de importantes Equipamentos Culturais e Desportivos;
- Melhoramento de acessibilidades e modernização de espaços públicos e maior investimento na área de saneamento básico;
- Maior investimento nas Freguesias do Concelho i Instituições Sem Fins Lucrativos, desempenhando assim o Município algumas das suas atribuições de natureza pública e social.

Intervenção dos Srs. Vereadores, Prof. António José Cepeda e Dra. Maria Idalina Alves de Brito

Relativamente à apresentação do Relatório e Contas referentes ao exercício de 2008, são as seguintes as considerações que achamos oportuno fazer:

1.º Execução Orçamental

1. O Orçamento previsional da Receita era de 38,485 milhões de euros. Foram feitas correcções ao orçamento inicial de mais de 2,9 milhões para 41,4 milhões. Mas o realizado ficou apenas em 33,563 milhões de euros - 81% (Diminuição da Receita) - Assim, sublinhamos a necessidade de se ter procedido à correcção da dotação inicial, em virtude, essencialmente, do aumento dos passivos financeiros (endividamento bancário), no valor de 1.982.300,00. Pág. 12.

2. Deste modo, a necessidade de cobertura de despesas comprometidas e que havia necessidade de pagar obrigando a Câmara a um esforço de financiamento externo explicitado na verba dispendida na alínea anterior;

3. Anotamos, com especial ênfase, o facto de a despesa corrente, mormente na rubrica de aquisição de bens e serviços, ter quase duplicado em dois anos, aumentado 3.620.200,00€.

Só a despesa em aquisições de serviços, já é o dobro das despesas de pessoal. - Pág. 26,27. Será isto em parte, o resultante do custo de funcionamento de novas empresas que estão a efectuar o trabalho que antes os Funcionários da Autarquia executavam? Se assim é, tem-se feito uma avaliação objectiva de se os mesmos têm melhores resultados que outrora?

4. Ou será de despesas com a manutenção dos novos investimentos (Museu, Centro de Arte Contemporânea, Cultural, ...)? Se continuarem a crescer a este ritmo brevemente o orçamento fica logo todo comprometido, e, tal como se afirma na página 39, *a continuação do decrescimento da autonomia financeira motivada pelo aumento das despesas obrigatórias correntes reflectindo-se de igual forma na saúde financeira*, limita a margem de manobra de futuros Executivos.

5. Na aquisição de bens, os combustíveis e lubrificantes atingem uma percentagem de 28,62%. Este valor tão elevado, deve-se só ao aumento do preço dos combustíveis? - Pág. 27.

6. As receitas correntes subiram bastante e as de capital baixaram, apesar de terem sido contraídos empréstimos de curto e longo prazo.

Assim sendo, não será de se perguntar se os munícipes já estão a ser chamados a suportar os investimentos da Câmara, uma vez que as receitas de capital previstas não surgiram - Pág. 13, ... 21 e 23.

7. A dificuldade em cumprir a estimativa orçamental das receitas prendeu-se com o facto de o Município não ter conseguido vender bens de investimento, em parte explicado pela conjuntura económica e, particularmente, pelo decréscimo de actividade do sector imobiliário e também não ter conseguido receber transferências de capital que tinha previsto. Com efeito, poder-se-á dizer que a capacidade para o Município gerar receitas pela via endógena ou pela própria estrutura é, como se vê, muito incipiente o que não augura nada de bom para quando, no futuro, houver uma diminuição de financiamentos comunitários;

8. Tanto assim, que em relação à obtenção de rendimentos a partir de activos municipais a verba mais importante e significativa é a que decorre da exploração do Alto Sabor, algo que nunca mais foi feito e que portanto acaba por reflectir uma incapacidade progressiva e a ritmo acelerado de dependência do Município de receitas com origem em fontes terceiras;

9. Na verdade, a conta de gerência evidencia a importância das transferências de capital na formação do valor global do financiamento do investimento e, nessa medida, é de sublinhar que o investimento foi esmagadoramente financiado através das transferências de capital (contratos programa e fundos comunitários) e endividamento (passivos financeiros) e, desse investimento não resultará qualquer retomo financeiro para o Município, excepção feita aos 150 000,00 € aplicados na Zona Industrial de Mós, ou seja, menos de 3% do global, tornando-o mais vulnerável, porque dependente de mais e novas futuras necessidades de financiamento;

10. Os juros pagos no decurso do exercício ascenderam a 437 602,84 € ou seja, um acréscimo de 7% em relação ao ano anterior. Tal situação configura uma tendência de acréscimo da dependência do Município dos credores financeiros pois, como é possível verificar, esse aumento tem-se verificado todos os anos. Acresce, que o sector empresarial municipal não está incluído nesta verba porquanto, não obstante ser obrigatória a apresentação de contas consolidadas, a inexistência de

normas no POCAL impede de o fazer e impede-nos, também, de termos uma perspectiva global do esforço financeiro suportado pelo Município em termos consolidados;

11. Em todo o caso, na rubrica de activos financeiros, verifica-se que o Município reforçou com mais 165.000,00 € o capital da sociedade Mercado Municipal, E. M.;

2.º Política Municipal referente às "Grandes Opções do Plano"

1. Como se verifica através do relatório e contas apresentado, e apesar de 2008 ter sido um ano abrangido pela crise internacional que estávamos a viver, não se identifica na actividade do município nenhuma medida, e muito menos um programa, de combate aos efeitos da crise que, com especial intensidade, também se registam no concelho de Bragança;

2. Verifica-se, do mesmo modo, uma efectiva incapacidade de promover investimentos que influenciem o desenvolvimento económico, quer pela via directa, quer através da criação de infraestruturas de apoio ao investimento ou, inclusivamente, através do estabelecimento de Parcerias Público Privadas que dinamizem investimentos com a capacidade para gerar emprego e riqueza;

3. Nada é dito, em matéria de Grandes Opções, em relação ao financiamento do Sector Empresarial Local;

3.º Endividamento Municipal

1. Apesar de ficar abaixo dos limites legais, vê-se que a dívida aumentou quase 3 milhões, ou seja, 20,91 % - Pág. 41.

2. Como o Orçamento para 2009, prevê que as receitas correntes nem sequer cheguem para pagar as despesas correntes, o que este ano aconteceu, nota-se que é assumido um crescimento do custo da dívida, tanto em juros como em amortização de empréstimos anteriores.

3. A forma como é apresentada a evolução do endividamento municipal, por série de valores relativos com actualização dos valores à data actual, tendo por base o deflactor do índice de preços acumulado é, em si mesmo, um exercício de matriz puramente académica. O conceito de endividamento não pode ser dissociado do conceito de alavancagem financeira e, nessa medida, da relação que se estabelece entre o valor financiado e o retomo económico e financeiro do investimento financiado;

4. Nessa conformidade vale por dizer que o crescimento do endividamento até 1997 se destinou, no essencial, a financiar a construção dos aproveitamentos hidráulicos do Alto Sabor, investimento que

tem gerado importantes níveis de cash-flow ao Município e que se encontra substancial e politicamente mais que justificado;

5. Ao revés, desde essa data até hoje, nessa série cronológica a que já chamou de mirífica, o que se tem feito é investimento em obras que não só não libertam recursos como ainda por cima os continuam a consumir com as necessidades de conservação, manutenção e funcionamento desses espaços (a que já atrás nos referimos);

6. Por isso, o valor do endividamento municipal representa um encargo para o futuro que será pago com recursos não gerados pelos activos provenientes desse endividamento e, por conseguinte, é, em termos absolutos, mais oneroso do que o investimento feito mas que liberte recursos. Dito de outro modo, o endividamento de 1997 pagou-se significativamente a si próprio e o endividamento actual carece de novos e maiores recursos para ser pago.

4º. Análise da Situação Económico-Financeira

1. Como já anteriormente identificámos as contas do Município não reflectem a integralidade da actividade financeira municipal ao não incorporarem as contas das Empresas Municipais controladas pelo Município. Para além da insuficiência normativa que permita a apresentação de contas consolidadas deveria o relatório de gestão explicitar o impacto que as contas das Empresas Municipais têm na situação financeira do Município. Tal não acontece. Veja-se, a este propósito, o ponto *Anexos às Demonstrações Financeiras*, ponto 8.2.16- Entidades Participadas;

2. Da análise à conta de resultados anotamos com especial ênfase a pouca capacidade para o Município gerar receitas próprias, ou seja, existe um desequilíbrio estrutural entre aquilo que é a actual estrutura municipal, e os encargos que acarreta, e as receitas próprias para cobrirem as necessidades de financiamento dessa estrutura.

Num exercício que é útil fazer, a Câmara não teria condições de sobrevivência económico-financeira se cessassem os subsídios de investimento (fundos estruturais e contratos programa) que representam uma componente essencial do financiamento municipal;

3. Ainda no âmbito da Demonstração de Resultados, a rubrica "Custos e Perdas Extraordinários" atinge um valor de mais de 5,5 milhões de euros. A que custos e perdas extraordinários se referem? Por todas estas considerações e ponderados os aspectos já invocados aquando do Plano e Orçamento para o ano em análise, os Vereadores do PS, votam pela abstenção em relação à conta de gerência e ao relatório e contas de 2008.

Assim os Documentos de Prestação de Contas relativos ao Exercício do ano de 2008 e a Proposta de Aplicação de Resultado Líquido do Exercício, foram aprovados, com cinco votos a favor, dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dra. Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dra. Isabel Maria Lopes, e duas abstenções dos Srs., Vereadores. Prof. António José Cepeda e Dra. Maria Idalina Alves de Brito, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Actas, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

Foi ainda deliberado, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício, nos termos do ponto 2.7.3.1 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as respectivas alterações.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter à apreciação da Assembleia Municipal os documentos de Prestação de Contas relativo ao Exercício do ano de 2008, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º e para efeitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 23 de Março de 2009.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2008

.....**Presidente da Mesa** - Atendendo a que o ponto 4.3 consiste na tomada de conhecimento e discussão sobre o Relatório de Auditoria Externa às Contas do Município de Bragança, aquelas que vão ser discutidas, reportado a 31 de Dezembro de 2008, eu sugeria que os dois pontos fossem objecto de discussão simultânea, sem prejuízo dos tempos que estarão disponíveis para os senhores membros da Assembleia dado que efectivamente as matérias reportam-se ao mesmo tipo de questões. Naturalmente que como o segundo ponto, o da tomada de conhecimento do Relatório de Auditoria nem sequer é votado, é só para conhecimento, faremos as votações relativamente ao primeiro ponto, no fim da discussão.

.....Há alguma objecção a que procedamos desta maneira? Não há.

PONTO 4.3 – TOMADA DE CONHECIMENTO E DISCUSSÃO SOBRE O RELATÓRIO DA AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA – REPORTADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2008.

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e três de Março do ano de dois mil e nove, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dra. Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dra. Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dra. Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA - RELATÓRIO DE ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRO, REPORTADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2008

Pelo Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira foi presente, para apreciação, o Relatório de Análise Económica – Financeira e Certificação Legal de Contas do ano de 2008, elaborados pela empresa de auditoria externa, Fátima Pereira & Carlos Duarte, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 47.º e alínea d) do

n.º 3 do artigo 48.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, previamente distribuído aos Srs. Vereadores, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Actas, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

O Executivo Municipal apreciou os documentos, e dando cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 47.º e alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, remetendo os referidos documentos à Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 23 de Março de 2009.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

----- **Presidente da Mesa** - Senhor Presidente da Câmara tem a palavra se quiser fazer a apresentação do Relatório e Contas de 2008.

..... **Presidente da Câmara** – Boa tarde a todos. Muito obrigado senhor Presidente.....

.....Fazer uma apresentar sintética dos principais elementos do Relatório de Gestão e Conta de Gerência.

.....Em termos genéricos salientar que a execução em dois mil e oito foi uma boa execução comparativamente àquilo que é a média de execução em termos gerais nos Municípios. Continuámos a assegurar um razoável nível de investimento, um claro reforço de transferências para as Autarquias que executaram trabalhos significativos, trabalhos importantes.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

6 DE ABRIL DE 2009





MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

QUADRO n.º 1 - A Mapa de Controlo Orçamental da Receita e da Despesa do ano de 2008

ORÇAMENTO DE RECEITA							
Descrição	Dotações Iniciais (DI)	Dotações Corrigidas (DC)	Receita Cobrada Bruta (RCB)	Receita Cobrada Líquida (RCL)	Desvio % (RCB-DC)	Tx. execução (RCL)	Dotações Iniciais
Receitas Correntes							
Impostos, Direitos	4.536.500,00	4.536.500,00	4.271.449,59	4.243.021,51	8,99%	100,00%	100,00%
Impostos Indirectos	269.100,00	269.100,00	478.200,53	478.748,95	-28,77%	1,78,77%	1,78,77%
Taxas, Multas e Outros Penalidades	1.022.000,00	1.022.000,00	349.510,85	349.061,93	-71,00%	33,00%	33,00%
Renderimentos de Propriedade	1.004.000,00	1.004.000,00	1.352.718,75	1.352.718,75	-33,00%	133,00%	133,00%
Transferências Correntes	9.255.500,00	9.255.500,00	9.209.907,50	9.209.907,50	5,00%	100,00%	100,00%
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.852.400,00	5.852.400,00	4.291.940,85	4.288.945,19	27,40%	115,40%	115,40%
Outras Receitas Correntes	30.400,00	30.400,00	30.400,75	30.400,75	0,00%	100,00%	100,00%
Sub-total	19.959.500,00	19.959.500,00	24.285.228,97	24.253.795,69	-1,33%	100,00%	100,00%
Receitas de Capital							
Venda de Bens de Investimento	2.049.500,00	2.049.500,00	275.824,89	275.824,89	-86,80%	14,10%	14,10%
Transferências de Capital	15.302.400,00	15.915.000,00	3.271.441,15	3.271.441,15	-78,55%	21,48%	21,48%
Activos Financeiros	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	-100,00%	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	500,00	500,00	0,00	0,00	-100,00%	0,00%	0,00%
Outras Receitas de Capital	1.500,00	1.500,00	3.143,15	3.143,15	-94,57%	205,21%	205,21%
Sub-total	10.353.400,00	19.567.500,00	3.250.409,09	3.250.409,09	-68,57%	31,48%	31,48%
Outras Receitas							
Respostas não Abduz. nos Pagamentos	500,00	500,00	9.391,27	9.391,27	1778,25%	1878,25%	1878,25%
Saldo da Contabilidade Anterior	0,00	265.700,00	0,00	0,00	-100,00%	0,00%	0,00%
Sub-total	500,00	265.700,00	9.391,27	9.391,27	-97,80%	1878,25%	2,80%
TOTAL	38.806.400,00	39.834.500,00	34.227.337,33	34.809.344,05	-22,02%	81,62%	77,90%

FONTE: CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL - ABRIL 2009



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

QUADRO n.º 1 - B Mapa de Controlo Orçamental da Receita e da Despesa do ano de 2008

ORÇAMENTO DE DESPESA							
Descrição	Dotações Iniciais (DI)	Dotações Corrigidas (DC)	Despesa Paga (DP)	Desvio % (DP-DC)	Tx. execução		
					Dotações Iniciais	Dotações Corrigidas	
Despesas Correntes							
Despesas com o Pessoal	6.785.900,00	6.753.600,00	6.739.060,14	-0,69%	99,31%	99,70%	
Aquisição de Bens e Serviços	11.441.300,00	12.926.080,00	11.357.516,89	-0,73%	99,27%	87,87%	
Juros e Outros Encargos	395.800,00	438.100,00	437.602,84	10,56%	100,56%	99,89%	
Transferências Correntes	1.011.000,00	1.129.320,00	1.050.323,88	3,89%	103,89%	93,00%	
Outras Despesas Correntes	276.900,00	294.000,00	270.845,82	-2,19%	92,81%	95,37%	
Sub-total	19.910.900,00	21.531.000,00	19.855.350,57	-6,28%	99,72%	92,22%	
Despesas de Capital							
Aquisição de Bens de Capital	15.834.500,00	15.797.900,00	10.153.434,72	-35,88%	64,12%	64,27%	
Transferências de Capital	1.396.200,00	2.814.600,00	2.410.041,14	72,61%	172,61%	85,63%	
Activos Financeiros	165.000,00	165.000,00	165.000,00	0,00%	100,00%	100,00%	
Passivos Financeiros	1.178.800,00	1.098.800,00	1.097.944,65	-0,86%	93,14%	99,92%	
Sub-total	18.574.500,00	19.876.300,00	13.826.420,51	-29,58%	74,44%	89,58%	
TOTAL	38.485.400,00	41.407.300,00	33.681.771,08	-19,48%	87,52%	91,50%	

FONTE: CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL - ABRIL 2009



.....Portanto tínhamos um Orçamento inicial de 38 milhões de euros, Orçamento corrigido face à Primeira Revisão do Orçamento, para 39,8; Orçamento de Execução de Receita 31, 2 milhões, portanto com as taxas de execução de 77,9%.....

.....Relativamente à despesa ela está devidamente identificada: despesas com pessoal; aquisição de bens e serviços; juros; outros encargos; transferências correntes; outras despesas correntes, respectivamente com os valores de execução, os valores da realização e a despesa de

capital com os valores de previsão e de execução e execução final respectivamente de 81,34% relativamente à dotação corrigida e 87,52 relativamente às dotações iniciais.....



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

QUADRO n.º 2
Evolução da Estrutura das Receitas Totais – 1998/2008 por financiamento

Anos Receitas	FEF	F.S.M.	P.F.I.R.S.	LOE	Apoios Comunit. e Outros	Empréstimos	Receitas Próprias	Total
1998	7.176.530				3.087.777	2.987.789	6.611.716	19.863.310
1999	6.532.467	1.644.896			4.046.907	997.586	9.737.389	22.959.044
2000	7.268.308	1.975.894			3.308.686	1.496.394	8.760.382	22.759.664
2001	8.371.450	1.504.889		890.863	3.738.673	312.961	10.153.306	24.973.085
2002	8.866.189	2.338.217	993.085		5.158.507	2.067.838	8.738.191	27.637.072
2003	9.085.379	2.481.755	1.078.836		10.165.341	3.885.039	10.344.703	37.000.403
2004	9.848.042	2.271.477	1.078.295		4.024.778	487.738	11.243.357	28.963.687
2005	10.753.487	1.638.078	1.090.205		4.372.802	1.664.175	11.134.415	30.583.162
2006	11.484.514	889.998	1.080.268		3.165.259	0	11.085.577	27.712.606
2007	11.757.792	481.596	1.212.002		5.298.579	0	12.466.209	31.227.598
2008	12.343.662	491.571	1.299.726		4.316.545	1.987.300	13.224.581	33.658.785

FONTE: CMR

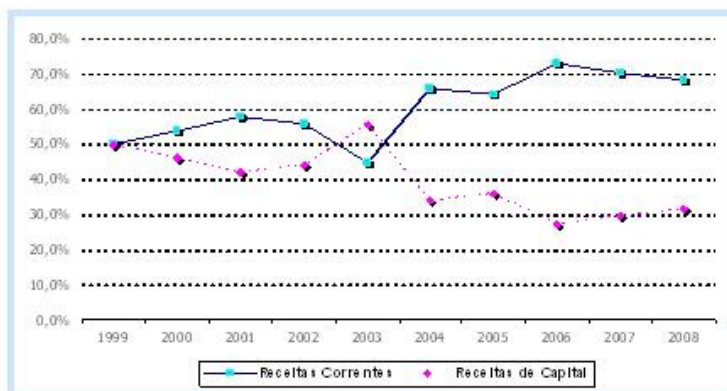
ASSEMBLEIA MUNICIPAL - ABRIL 2009



.....Temos o quadro que já vem sendo habitual projectar que é a informação relativa à estrutura das receitas, aquilo que vem do FEF, Fundo Social Municipal; Transferências de IRS, vem no Orçamento de estado; Apoios Comunitários; Empréstimos, em 2006 e 2007 não houve empréstimos, em 2008 houve um empréstimo de curto prazo e empréstimo de médio e longo prazo, empréstimo de curto prazo para aquisição dos autocarros, está a ser amortizado e a parte das receitas próprias.



GRÁFICO n.º 1
Evolução das Receitas Correntes e de Capital (em percentagem)



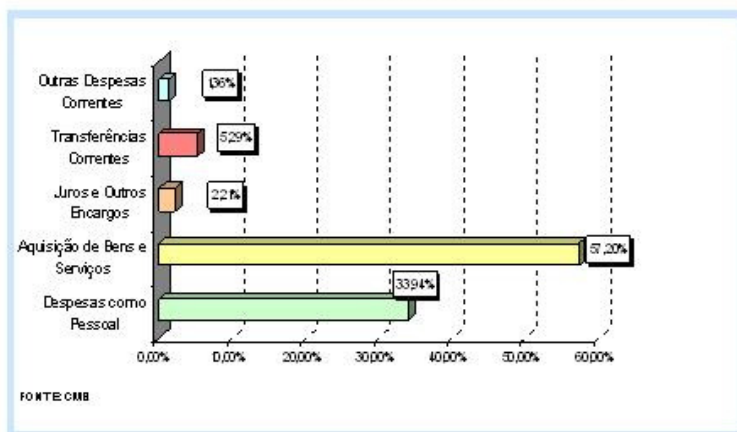
FONTE: CMB

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2007

.....Temos um gráfico da evolução da receita corrente e da receita de capital.



GRÁFICO n.º 2
Estrutura da Execução Despesas Correntes (em percentagem)



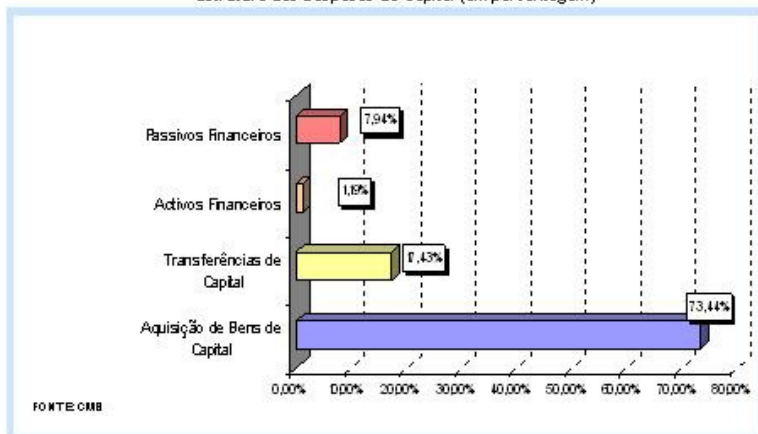
FONTE: CMB

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2007



ASSEMBLEIA MUNICIPAL – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2008

GRÁFICO n.º 3
Estrutura das Despesas de Capital (em percentagem)



FONTE: CMB

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2007

.....Também a estrutura da despesa corrente mesmo para a despesa de capital, valores apresentados em percentagem.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

QUADRO n.º 3

Despesas com pessoal		
Descrição	Limite legal	Despesa paga
Pessoal do Quadro	60% das Rec. Correntes do ano anterior 21.964.942,33 € 13.178.965,40€	4.697.345,27
Pessoal em qualquer outra situação	25% do limite das Despesas com Pessoal dos Quadros 13.178.965,40 € 3.294.741,35 €	314.321,50

FONTE: CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL ^ ABRIL 2009



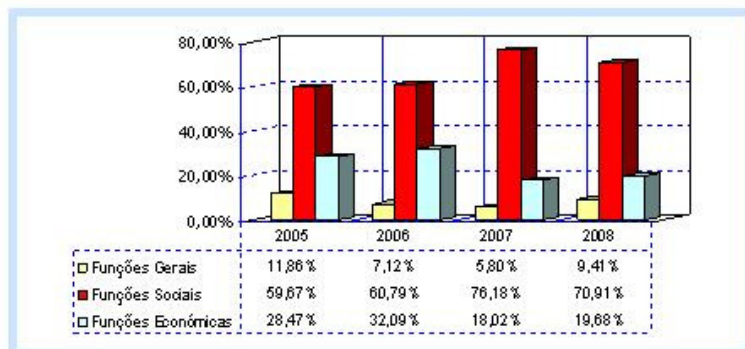
As despesas com pessoal e respectivos limites legais impostos. Portanto estamos com uma situação de algum conforto.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

GRÁFICO n.º 4

Repartição das despesas do Plano Plurianual de Investimentos no período 2005/2008



FONTE: CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL - ABRIL 2009



A repartição da despesa do Plano Plurianual de Investimentos respectivamente para funções gerais, funções sociais e funções económicas. Está feita a apresentação da despesa.....



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

GRÁFICO n.º 5

Evolução da Dívida



FONTE: CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL - ABRIL 2009



A evolução da dívida de médio e longo prazo.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

QUADRO n.º 4

Estrutura e Evolução da Dívida a Terceiros no período de 2003-2008

Ano	Dívidas a Médio e Longo prazos <i>Empréstimos de M/L prazos e Fornecedores de imobilizado c/c</i>	Dívidas a Curto prazo <i>Empréstimos de CP, Fornecedores c/c, Fornecedor de imobilizado c/c, EOP, O. Credores e Credores de Cauções</i>	TOTAL	Var. %
2003	13.678.272 €	2.516.900 €	16.195.072 €	—
2004	12.531.909 €	3.231.034 €	15.762.942 €	-2,67%
2005	12.537.232 €	5.343.365 €	17.880.597 €	13,43%
2006	11.304.907 €	6.027.209 €	17.332.116 €	-3,07%
2007	9.678.702 €	3.785.881 €	13.464.583 €	-22,31%
2008	9.784.097 €	6.496.594 €	16.280.691 €	20,91%

FONTE: CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL ^ ABRIL 2009



Temos respectivamente a estrutura e evolução da dívida de terceiros no período de dois 2003/2008, tivemos um aumento da dívida de curto prazo.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

QUADRO n.º 5

Limites ao endividamento municipal para 2008

Ano de 2008	valor (euros)
Limite ao endividamento de curto prazo	1.771.781,55
Limite ao endividamento de médio e longo prazos	17.717.815,51
Limite ao endividamento líquido	22.147.269,39

FONTE: CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL ^ ABRIL 2009



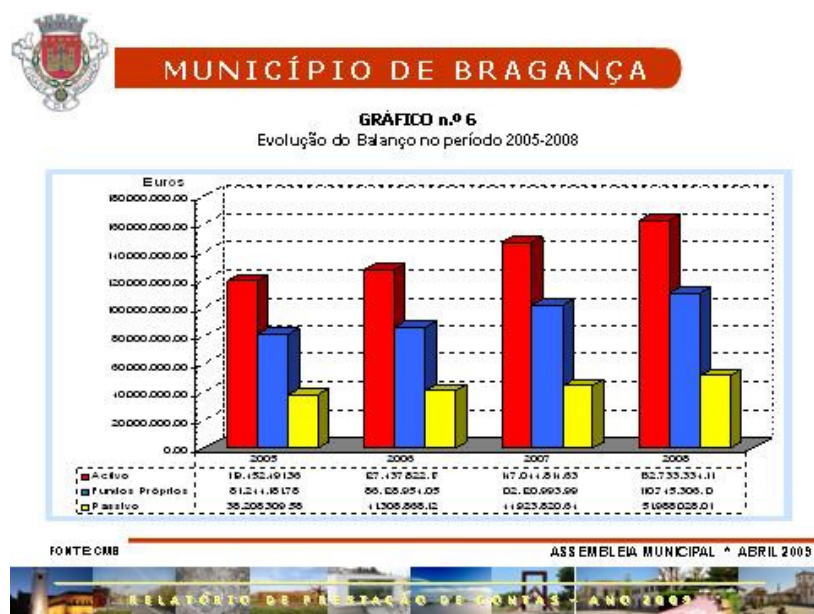
Os limites ao endividamento, neste acetato lêem-se com alguma dificuldade mas na Conta de Gerência estão suficientemente claros, continuamos com uma situação bastante confortável no que diz respeito aos limites de endividamento.

 **MUNICÍPIO DE BRAGANÇA**

QUADRO n.º 6
Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia: Balanço Sintético

ACTIVO	2005	2006	2007	2008
ACTIVO TOTAL	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Ativo não financeiro	80.000.000,00	80.000.000,00	80.000.000,00	80.000.000,00
Ativo financeiro	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00
PASSIVO	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00
Passivo não financeiro	80.000.000,00	80.000.000,00	80.000.000,00	80.000.000,00
Passivo financeiro	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00

.....Estrutura e evolução patrimonial da Autarquia, alguns dos principais indicadores.



.....Evolução do balanço no período de 2005/2008.



.....A estrutura dos fundos próprios e do passivo, no ano em causa.....



Estrutura do activo em 2008 e a estrutura e evolução.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

QUADRO n.º 7
Estrutura e Evolução dos Rádios

	2006	2007	2008
Líquidos Geral*	71,80%	106,43%	71,82%
Líquidos Reduzida*	68,41%	99,20%	66,56%
Líquidos Imediata*	19,03%	25,25%	15,67%
Prazo de Segurança de Líquidos	27,26%	20,61%	25,79%
Endividamento	32,41%	30,55%	31,95%
Estrutura do Endividamento*	16,48%	10,28%	15,79%
Cobertura dos Encargos Financeiros	363,27%	142,33%	271,29%
Autonomia Financeira	67,39%	69,45%	68,05%
Cobertura do Imobilizado pelos Capitais Permanentes	79,51%	78,66%	76,85%
Rendibilidade do Capital Próprio	7,20%	0,32%	1,21%

* Passivo circulante excluído da rubrica de passivos a longo prazo.

FONTE: CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL - ABRIL 2009



Alguns dos principais rácios de avaliação da Conta de Gerência.....



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

QUADRO n.º 8
Mapa do Pessoal em exercício de funções

Resumo (a 31/12/2007)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Executivos	2	2	2	2	2	2	2	2
Assistência de Apoio Pessoal	3	4	5	5	5	5	4	4
Pessoal de Contabilidade	372	381	394	394	388	389	388	388
Trabalhadores	12	13	11	11	11	9	10	11
Chefe	11	14	13	13	13	13	12	12
Técnicos Superiores	14	14	14	10	21	21	23	24
Informáticos	1	3	3	3	4	4	4	4
Técnicos	8	7	7	7	7	7	7	8
Técnicos Profissionais	21	21	21	21	26	26	27	27
Administrativos	49	42	41	44	44	48	48	44
Operários	111	109	109	106	103	101	101	96
Auxílios	140	150	138	130	131	129	129	140
Pessoal Contratado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 427/82	28	25	25	44	48	27	18	15
Pessoal Eventual	22	17	13	28	34	16	0	6
Pessoal Contratado de Provisões	2	2	1	1	1	1	1	1
Pessoal Recrutado	0	0	3	12	0	6	1	0
Pessoal Recrutado (Consumíveis)	1	2	4	4	3	3	4	4
Pessoal de Serviços (Consumíveis)	2	2	2	2	1	1	1	2
TOTAL	579	565	562	488	486	362	361	367

FONTE: CMB

ASSEMBLEIA MUNICIPAL - ABRIL 2009



----- Temos o Mapa de Pessoal em exercício de funções, respectivamente estamos com trezentos e oitenta e sete, há um crescimento de seis trabalhadores relativamente ao ano anterior. E terminou a apresentação relativa aos principais dados da Conta de Gerência.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado senhor Presidente.....

----- Vamos registar inscrições para pedidos de esclarecimentos.....

----- Não havendo pedidos de esclarecimentos registamos inscrições para intervenções sobre este ponto da ordem de trabalhos.

----- António Vieira, José Castro e Luís Vale.

----- Senhor Membro da Assembleia António Vieira, tem a palavra se faz favor.....

----- **António Vieira – Apresentou, por escrito, o seguinte:**

“Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Público.

A matéria sobre a discussão da prestação de contas é sempre um momento de especial importância por se tratar de uma oportunidade para ser feito o balanço da actividade do Município ao longo do ano económico. E desta vez, com particular interesse, pelo facto de ser o último ano do actual mandato autárquico e, nessa conformidade, cumprir-se um ciclo de tempo que suscita dúvidas e interrogações.

Sr. Presidente e Srs Deputados

No plano estritamente relacionado com a observância das normas subjacentes à preparação das contas o relatório do auditor externo apenas introduz uma reserva sobre a não implementação do sistema de contabilidade de custos, não referindo mais nada e, nessa medida, ser de supor sobre a conformidade das mesmas. Há, no entanto, algumas dúvidas que a informação financeira, porventura excessivamente condensada, não nos permite esclarecer, como seja a estrutura das provisões para riscos e encargos, que devem incluir as responsabilidades contingentes do Município, entre as quais estarão putativos pedidos de indemnização e sobre as quais gostaríamos de ter uma informação mais detalhada.

Falemos então das contas:.....

Relativamente ao cumprimento das metas orçamentais verificámos que o Município teve de reforçar o seu nível de endividamento em consequência da insuficiência de meios para fazer face à despesa efectuada tendo, por conseguinte, aumentado o nível de endividamento em cerca de 2 milhões de euros (€ 1.982.300);

Tal política, não obstante se encontrar coberta pela deliberação favorável desta Assembleia e por se enquadrar dentro dos limites do endividamento municipal, tem vindo a traduzir-se numa diminuição futura da capacidade de fazer face a novas necessidades de investimento por força da diminuição da capacidade de endividamento Municipal.

A estrutura das despesas evidencia um crescimento da despesa corrente na rubrica "Aquisição de bens e serviços" no montante de 3.620.200 € o que, não havendo uma memória descritiva que nos permita entender o fundamento de tal crescimento, nos leva a interrogar sobre a sua qualidade e necessidade e, tanto mais que sendo este um ano de eleições e sendo conhecida a predisposição de o actual Presidente da Câmara esgotar as possibilidades de ser candidato, tal verba suscita-nos a presunção de poder ter sido um instrumento político eleitoralista.....

Sublinhamos, também, a evidência reflectida nas contas sobre a dificuldade de obtenção de receitas originadas a partir da "venda de bens de investimento", cujo carácter pró-cíclico, pelos vistos, não avisou esta Câmara que a "bolha imobiliária" também rebentaria em Bragança e, por isso, previa vender aquilo que, muito naturalmente, não foi capaz.

A este propósito somos levados a interrogar a Câmara sobre o que pensa fazer, com certeza já não o actual Presidente, quando se acabarem os financiamentos comunitários, uma vez que ao longo dos 12 anos que leva à frente do Município não foi capaz de criar condições para que seja gerada receita de forma endógena, aumentando, isso sim, em termos absolutos, o grau de dependência financeira do Município.

Com efeito, à semelhança do que vimos alertando desde há 12 anos, a obtenção de recursos por via endógena ainda são os da "pesada herança" que recebeu do Executivo socialista que investiu o que tinha e o que não tinha para erguer a obra do Alto Sabor, que não rendeu votos mas que rende ao erário municipal muitos milhares de euros. A ideia, tanto demagógica como peregrina, que temos de continuar a fazer o papel do calimero em relação ao Estado central, enjeitando as responsabilidades e investindo em betão armado com a perversa justificação de modernidade é, muito seguramente, o adiar da esperança de, também aqui, se construir uma ou várias oportunidades de afirmar Bragança pelos seus factores de competitividade e não por sucessivas afirmações de um novo riquismo que parece perpassar o país através de vários Municípios.

Por isso, tal como já expressámos em outras situações, o financiamento do investimento municipal é quase exclusivamente dependente das transferências de capital com origem nos fundos comunitários, no financiamento bancário e nos contratos programa celebrados com a Administração Central. E o que espanta é que ainda há quem ache que assim é que está bem, batendo palmas e celebrando como um redil a caminhada apressada para o abismo.

É nessa senda que os juros liquidados e pagos em 2008 ascenderam a € 437.602,84, ou seja, tiveram um crescimento de 7% em relação ao ano anterior e, tudo isto sem se incluir o financiamento das empresas municipais, cujas contas apresentam resultados deficitários, que carecem de

financiamento e que não se encontram reflectidos nas contas que nos são apresentadas, pelo simples facto de não terem sido objecto de consolidação. Mesmo assim, e apesar de não se poder aferir o efeito consolidado do esforço financeiro municipal, é possível verificar que a participação do município na sociedade Mercado Municipal E.M. teve um acréscimo de 165.000 euros. E a maioria que o apoia continua a bater palmas.....

Quanto ainda à execução orçamental ela reflecte o que há muitos anos vimos dizendo: um Município altamente dependente que se ufana de ano após ano gastar cada vez e que, no plano do concreto, não traduz essas despesas em maior e melhor capacidade de enfrentar o futuro e de criar às novas gerações mais oportunidades de fixação na terra onde nasceram.

Sr. Presidente e Senhores Deputados:

A confrontação das contas que nos apresenta com aquilo a que insiste em chamar de "grandes opções do plano" é, infelizmente, uma repetição e uma confirmação do que vimos dizendo há vários anos.

Vamos por partes:

Em primeiro lugar a cidade, do Correio para baixo está entregue ao abandono.....

Uns granitos no chão, umas bolas em ferro e umas grades a envolver um simulacro de árvores são exactamente iguais às que se vêem em muitas outras terras deste país. Mas o problema essencial não é esse. O que fez V.Exa para não deixar desertificar o centro histórico? Nada. E lamentavelmente em todas essas ruas havia casas, e havia infraestruturas que custaram muito dinheiro *ao erário público* e hoje não servem a ninguém. Preferiu fazer túneis, passagens por cima e por baixo, rotundas, avenidas e circulares, internas e externas, como se vivesse um sonho de que Bragança um dia seria, com todo esse betão, uma urbe cosmopolita e cheia de gente e de cor. Puro erro. Bragança deveria exaltar o seu património, dar vida e ter vida nas casas do centro histórico, exhibir as suas tradições e consolidar uma matriz identitária que mais de 800 anos de História lhe concedem.

Toda a política de taxas e licenças foi no sentido contrário da reconstrução do antigo estimulando a edificação do novo e obrigando a investimentos gigantescos em infraestruturas. É o que temos mas como diria Fernando Pessoa um homem só não pode mudar o mundo, mas pode dar um sinal de alerta.

É pois no respeito pelo compromisso com os eleitores que nos confiaram o seu voto que aqui estamos para alertar e, ao mesmo tempo para deixar bem claro que defendemos um outro projecto e um outro rumo para a cidade e para o concelho.

Ponderados os aspectos substanciais ao exercício da actividade financeira do Município e das políticas subjacentes votamos contra a Conta de Gerência e a Prestação de Contas relativa ao exercício de 2008.”

.....Como o Senhor Presidente disse que neste ponto também poderíamos discutir o Relatório de Revisores, iria só fazer um pequeno comentário.....

.....Os Revisores Oficiais de Contas, no ponto sete falam da reserva relativamente à contabilidade analítica. O Partido Socialista ao longo destes anos chamou várias vezes à atenção o Executivo Camarário que devia fazer contabilidade analítica. Daí se percebe que estando no ano de dois mil e oito E não se tenha feito a contabilidade de custos. Achamos muito estranho e acho que isso é fundamental num Serviço Público mormente como a Câmara Municipal de Bragança.

.....Muito obrigado.

.....**Presidente da Mesa** – O Senhor Membro da Assembleia, José Castro, tem a palavra.

José Castro – Boa tarde a todos. Estivéssemos nós na Assembleia Geral de Accionistas da Empresa S.A Município de Bragança e provavelmente estaríamos todos satisfeitos com os resultados, a coisa afinal até não correu tão mal, até poderia ir um bocadinho melhor, mas estávamos todos a esfregar as mãos porque iríamos receber todos mais ou menos dividendos, mas de facto não é isso que se passa. Isto é uma Assembleia Municipal e os Brigantinos elegeram não propriamente a melhor equipe de economistas para gerir o Município e para o seu Conselho de Administração, mas sim sobretudo uma vereação, uma vereação que serve para resolver o problema das pessoas, para encontro precisamente da vida das pessoas e não exactamente para ver de que maneira a vida dessas pessoas pode ser mais barata para que dessa maneira realmente se possam apresentar aqui contas melhores.

----- Em coerência com o que a gente tem dito nos outros anos naturalmente que estas contas são as contas que espelham o orçamento que foi apresentado, um Plano e Orçamento que foi apresentado em Dezembro e sobre ele já nós dissemos tudo.....

----- Reafirmamos aqui que um Orçamento que apresenta como coroa de glória a redução com os custos do pessoal, pode de facto para uma empresa privada ser uma grande coisa, ser realmente um aspecto de louvar porque se baixaram os salários às pessoas, se lhe retiraram direitos, eventualmente se despediram alguns, só que numa Câmara Municipal e numa vida em Comunidade não é isso que se quer, antes pelo contrário. E mesmo esta explicação de Contas sendo a explicação de Contas desse Orçamento nefasto e maléfico para Bragança devia ser apresentado não apenas com números ainda por cima uns em cima dos outros, encabalitados uns nos outros, mas sobretudo dizendo o que é que trouxe realmente de melhor para as populações de Bragança, este Orçamento. O que é que de facto

justificou o sacrifício dos custos com pessoal, em favor do que é que se fez o sacrifício destes custos com o pessoal, que no fundo resulta, que é o emprego?

----- Nós sabemos também que as Contas relativamente ao aumento das despesas com a contratação de serviços vão aumentando e isso necessariamente não é o caminho certo, não é minimamente o caminho que a CDU tem para o Município de Bragança.

----- Queria cá deixar esta nota, naturalmente que estas Contas espelham o Orçamento que foi aqui apresentado, sobre ele dissemos tudo que tínhamos a dizer na Assembleia Municipal respectiva e nesse sentido o nosso sentido de voto será naturalmente a abstenção. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – O Senhor Membro da Assembleia Luís Vale tem a palavra.

----- **Luís Vale** – Obrigado Senhor Presidente. Boa tarde a todos.

Apresentou, por escrito, o seguinte:.....

“Exmos.(as) Senhores(as),.....

Um ano mais, último ano, de contas e suas prestações, que nos são apresentadas como se da melhor gestão se tratasse. O que sabemos ser verdade para a grande maioria aqui presente. No entanto, reconhecemos, as contas que nos prestam, que nos prestaram durante estes 4 anos de mandato, reproduzem aquilo que este executivo entende como o melhor para o concelho de Bragança e por isso, legitimado pelo voto dos cidadãos, pôde gerir e executar a seu bel prazer. A leitura deste relatório de contas referentes ao ano de 2008, sendo o último que esta Assembleia apreciará, tem como acréscimo interpretativo a possibilidade dessa leitura não ser apenas sincrónica mas também diacrónica. Assim e neste âmbito, realçamos a coerência e a persistência em políticas e escolhas, quanto a nós erradas e não prioritárias. Ao longo destes 4 anos puderam errar:.....

- No destino dado aos fundos e apoios comunitários que em nada contribuíram, contribuem e contribuirão para a saúde financeira da autarquia, muito pelo contrário, consumiram o investimento, consomem os recursos humanos e técnicos e irão consumir mais investimento de conservação e manutenção;

- O vício da compra de dinheiro e a sua assídua renegociação, permitindo-me aqui, a aplicação de uma metáfora futebolista do *chutar para a frente sem destino ou sem baliza...* pois é isso que este executivo não conseguiu deixar de fazer e, com isso, agora bem podem afirmar que os passivos financeiros decresceram, mas também são obrigados a dizer que com isso, ano após ano, os juros não pararam de crescer e vão continuar;

- Dizem que com a elevada captação de fundos comunitários, passaram a conseguir conjugar os verbos: concretizar, construir, fazer e encomendar a cidade e o concelho. Aos quais eu acrescentaria os seguintes: hipotecar, condicionar, arquivar e destruir. Mas aceitemos essas conjugações e até a substancial melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos brigantinos. Mas afirmar que essas conjugações criaram novas oportunidades, isso não! Não aceitamos. É mentira. Onde estão e para quem!?!;.....

- Sendo a Câmara Municipal de Bragança a grande entidade patronal do concelho, como se justifica que a rubrica de aquisição de bens e serviços venha incessantemente a crescer ao longo dos anos, tendo esse valor duplicado só nos últimos dois anos!?... É algo com o qual não podemos, por defeito, concordar. De modo algum aceitamos que se possa gastar mais do dobro com a contratação de serviços externos do que com o pessoal do quadro da autarquia. Das duas, uma: ou o executivo reconhece a incapacidade desse quadro de pessoal, ou trata-se de manifesto esbanjamento do erário público. Mais!... Por este caminho, não faltará muito para vermos a Câmara Municipal como mera intermediária, tipo aquelas liberais organizações do dignificante trabalho temporário. Tudo passará a ser temporário e efémero;.....

- Tal como já referi, sobrevivemos graças à capacidade de captação de apoios externos e graças à capacidade de endividamento, mas no que diz respeito a essa captação de apoios, todos sabemos que a torneira vai parar de pingar e até sabemos a data desse fim. Como vamos sobreviver após!?... Acerca disto o executivo diz nada. É que tendo em conta a cada vez menor capacidade de gerar receitas próprias impunha-se uma estratégia clara e afirmativa. Ela não existe. Não é preocupação deste executivo;.....

- Este relatório reflecte também o *gadget* da moda: a crise. Que muitos usam e abusam da sua importância e significado. Com isto não estamos a negá-la, estamos é a dizer que tem servido como uma luva ao interesse de muitos e, regressando ao documento, verificamos que essa crise não é reflectida nas contas apresentadas, mas na retórica e na adenda justificativa. Muito se fala de crise. Mas o que fez já o executivo para saber, conhecer e perceber os efeitos locais dessa crise global!?... Que medidas tomou já!?... Em 2008 já se falava dela e nem por isso encontramos qualquer movimento no sentido de aliviar putativos efeitos locais;

Uma última nota ainda referente ao relatório relativo a 2008 e que, apesar de já existir em anos anteriores, neste sente-se bem veemente e bem presente: a dérmica necessidade do diagnóstico comparativo, imputando sempre a factores e elementos exógenos a responsabilidade por continuarmos a ser, e *passo a citar* “uma das mais pobres, se não a mais pobre do país.” Nunca, mas

nunca assistimos a um momento reflexivo de aceitar que possam ter havido más opções, más políticas que contribuíram também para esse quadro diagnosticado. Também, interessante... quer dizer, desinteressante se olhado do ponto de vista do cidadão briganino é o facto deste documento, não ultrapassar nunca esse carácter de balancete contabilístico e também nunca apresentar ou significar que o nosso executivo tem uma visão, uma estratégia e um futuro para o concelho. É pena e, com esta, sabemos que Bragança tem vivido sem ganhos efectivos na sua economia e na vida-a-vida de todos os dias daqueles que escolheram ou puderam ficar.
Obrigado”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Senhor membro da Assembleia Luís Afonso tem a palavra.....

----- **Luís Afonso** – Muito obrigado Senhor Presidente.

----- Se dúvidas houvesse acerca do exercício de dois mil e oito, nesta apresentação das Contas, eu leria aqui uma passagem que vem no Relatório do Revisor Oficial de Contas que expressa bem aquilo que é um bom exercício. De resto eu quero assinalar a declaração feita, julgo eu, pela CDU. É que se isto fosse uma empresa Municipal SA estariam eventualmente em condições de votar favoravelmente este Relatório, mas quando as coisas viram para o lado político, isto é, entendendo a perspectiva empresarial de um bom exercício, o exercício económico ao longo de dois mil e oito em que o peso da coluna das despesas é comparado com as das receitas e no final o resultado positivo que significou de lucro é aquilo que denota de uma má gestão, ou até uma gestão boa mas feita numa contingência económica difícil.

----- A CDU dizia que se isto fosse uma empresa votava favoravelmente, como se trata de uma questão política vai votar, como sempre, de forma negativa, vai votar recusando este resultado.....

----- Mas no fundo o que se passa é o seguinte: A Câmara de Bragança e o Executivo liderado pelo Engenheiro Jorge Nunes, este Executivo e por vontade expressa nas urnas, pela população, nas eleições últimas, está a aplicar no terreno uma política que foi sufragada. E nesse sentido, pese embora a vossa pouca vontade de aceitar esse resultado eleitoral e sistematicamente aquando do Plano e Orçamento, ou aquando da discussão das Contas, vocês sistematicamente votam contra.

----- E, curiosamente, assistimos repetidamente a um Partido Socialista dois em um, no fundo os Vereadores do Partido Socialista votaram com abstenção este Relatório de Contas, o Partido Socialista aqui vai votar contra. É também algo a que nós não estamos habituados há algum tempo, que denota alguma fragilidade no Partido Socialista, fragilidade essa que se pode entender pela execução de uma boa política da Câmara Municipal de Bragança liderada pelo Engenheiro

Jorge Nunes. Acontece que naturalmente não querem ver aquilo que de facto estão nos números.

----- E eu dizia que ia ler uma passagem, enquanto ia falando ia buscando com o olhar esta passagem que consta da página treze do Relatório de Análise Económico-Financeira feita pela Sociedade dos Revisores Oficiais de Contas que diz:” A execução Orçamental mostra-se, no final do ano, positiva, dado que a execução da Receita Bruta se apresenta superior à execução da despesa. Cumpre-se, desta forma, com o princípio orçamental do equilíbrio, dado que a Despesa Corrente se encontra coberta pela Receita Corrente”. De resto a Câmara de Bragança teve no final do exercício um resultado positivo de um milhão e trezentos mil euros, de um grosso modo. Se isso fosse de facto uma empresa nós só dizíamos bem da administração, tal como disse na sua intervenção o elemento da CDU que acaba de entrar na Sala. Ainda bem que o fez, reconheceu o bom trabalho da Câmara.....

----- Mas o que está em discussão aqui seguramente na sequência dos vossos discursos não são tanto as contas, porque se o fizessem deveriam ter relevado aqui à Assembleia porque é que sistematicamente ao longo da gestão Socialista na Câmara Municipal de Bragança e de outras Câmaras do País, também lideradas pelo Partido Social Democrata, também lideradas pela CDU, porque é que a execução da receita nunca teve no passado valores desta ordem?

----- No final do ano anterior faz-se um Plano e Orçamento, com um valor determinado e a partir daí encontrávamos ao longo de oiro anos da gestão do Partido Socialista, ou de execuções orçamentais, ou dos 55%, valores dessa ordem de ideias. Mas porque é que vocês não dizem aqui, que dentro de um Orçamento que foi feito de forma equilibrada no passado ano de 2007, Dezembro de dois mil e sete, para o ano de dois mil e oito, que a execução da receita e da despesa se enquadra num valor de oitenta e um vírgula quatro por cento, porque é que não dizem isso? Porque é que não dizem isso acrescentando-o, e não dizem isso no sentido positivo! De uma execução bem feita, bem ponderada, equilibrada, de acordo com uma previsão que havia para um Plano e Orçamento que havia que executar. E porque é que não dizem isso enquadrando-a nas dificuldades económicas que Portugal já sentiu e Bragança não é de modo nenhum caso à parte na realidade económico-financeira do País e na crise mundial. Porque é que num contexto de dificuldades económicas, como é que é possível também ao Executivo Municipal Liderado pelo Engenheiro Jorge Nunes levar uma taxa de execução de oitenta e um vírgula três, quatro por cento? Porque é que não dizem isso? Porque é que não referem de facto esses dados que vêm no Relatório de uma Entidade independente que é o Revisor Oficial de Contas, com esta passagem que eu acabei de dizer? Porque é que não referem isso?

----- Fala o Bloco de Esquerda na crise como tivesse colando esse epiteto aqui na Câmara Municipal de Bragança, neste Executivo Social Democrata, com procurando atrás da crise se escusasse de alguma coisa. Mas escusar-se do quê? Com um taxa de realização de oitenta e um por cento! Realizando obras que estão concretizadas no terreno e que são inegáveis, que qualquer um de nós pode ver. Que, de resto, recorrem de uma aposta feita e apresentada ao eleitorado e que foi sufragado positivamente. Porque é que não dizem isso? Não lhes agrada, porque obra feita significa para vocês perderem margem de manobra no eventual combate eleitoral próximo. Pelo contrário o Executivo do PSD tem feito a obra que se propôs. Podem talvez pegar numa mão e ver dessa mão quantos são capazes de elencar os compromissos que foram assumidos em termos eleitorais com o eleitorado de Bragança no ano de dois mil e cinco e quantos deles foram falhados, ou seja, quantos de facto foram concretizados, não há ao longo destes onze anos de liderança do Partido Social Democrata da Câmara Municipal de Bragança razão para vocês pegarem ...não dizem isso vocês, vocês não pegam nas propostas eleitorais que reflectiam no Orçamento –estão-me a levantar ali a mão do lado do Partido Socialista – estou a lalar da vontade política, as propostas políticas de um Partido que se adequam para um Orçamento anualmente e que depois dão origem a uma observação das Contas e vocês não querem é perceber que as propostas que foram feitas ao eleitorado de Bragança foram concretizadas praticamente na integra, poderão eventualmente dar exemplo de uma situação que não depende da Câmara, que ainda não está para cumprir, será eventualmente Veiguiñas, mas cuja responsabilidade não cabe na decisão dos chumbos que são feitos sistematicamente ao Estudo de Impacto Ambiental que não são da responsabilidade do Município. Será a única situação que vocês podem indicar, isso é que devia ser interessante vocês dizerem aqui que esta Conta de Gerência reflectiu a actividade feita pelo Município de Bragança no cumprimento das promessas eleitorais no sentido de levar a cabo as obras que são necessárias para a melhoria de qualidade de vida dos cidadãos deste Município e nesse sentido que estas Contas reflectem de facto esse exercício, mas vocês estão aqui não para verificar o que de bom se faz mas sim para... e não encontrando que o que se faz, que não se faz, na nossa opinião de facto tem sido feito de forma cuidada, ponderada e bem feita pelo Executivo do Social Democrata. Não são capazes de encontrar aqui fragilidades e vêm aqui dizer números, mas não referiu os grandes números. Porque é que o Senhor Vieira, o representante do Partido Socialista não falou aqui da taxa de execução, insisto, porque é que não fala aqui no resultado líquido positivo, porque é que não fala aqui de facto o que tem de positivo este Relatório de Contas, porque é que não fala sobre essa matéria?

----- Lamentavelmente aproximam-se de facto sempre nestes momentos, ou denota-se nestes momentos, uma atitude permanentemente agressiva e não contemplativa da verdade dos factos quer seja da CDU, Bloco de Esquerda ou Partido Socialista. Não tendo ??? de pertencer, enfim, porque não têm a sensibilidade politica desta Região, não contemplou ao longo dos anos, nem contemplará nos próximos anos, quer o Bloco de esquerda quer a CDU para terem assento na gestão do Município de Bragança, lamentavelmente para vocês e se calhar ainda bem para o Município de Bragança, seguramente, o Partido Socialista está nessa posição de um Partido que pode vir a ser Governo fica mal de facto não terem uma apreciação mais aprofundada sobre este documento. Uma apreciação muito ligeira e desconexada bem distante daquilo que são a realidade dos números que deviam ser por vocês interpretados como uma boa execução orçamental. Num ano de crise com uma execução de oitenta e um vírgula três por cento, com as obras realizadas, é uma boa execução. Nos documentos é dito pelo Revisor Oficial de Contas não há de facto questões, as Contas são transparentes.....

----- Quero lembrar de facto, a Câmara de Bragança tem avançado para o terreno com imensas obras, e ao longo destes onze anos estamos habituados, de resto eu relembro as expressões do Partido Socialista quando se refere ao Executivo e às obras efectuadas pelo Município de Bragança como megalómanas, o que denota, desde logo, megalómanas associado ao efeito de grandeza, da importância das obras que tem, mas dão a conotação negativa a essas obras megalómanas no sentido negativo, no sentido perjurativo, mas também naturalmente com pouca capacidade de olhar para o futuro e ver que as obras que são feitas hoje não são para hoje mas obras para o futuro.

----- Nesse sentido o Partido Socialista também está fragilizado, também não deixou boa memória a vossa execução na gestão municipal ao longo de oito anos, e coube ao Executivo Social Democrata de repor aquilo que fazia falta aos cidadãos de Bragança, ao Município de Bragança.

----- Quero lembrar ao elemento do Bloco de Esquerda quando diz - o que é que o exercício desta Conta de Gerência pode ter sido positiva para a vida dos cidadãos do Município – como se quisesse colocar nos ombros do Município de Bragança a responsabilidade de responder a todas as dificuldades de emprego que vão surgindo numa situação de crise económica e financeira neste País. Quer pôr essa responsabilidade nos ombros do Município, não o deve pôr. Mas se calhar respondo-lhe e respondem-lhe os cidadãos de Bragança, hão-de ter oportunidade de o fazer muito em breve no acto eleitoral deste ano, vão responder se você tem razão ou está errado. E os cidadãos vão dizer que você está errado. Mas você devia também ter a sua consciência, ou não tem

o tempo necessário para se deslocar pelo Concelho de Bragança, nem por Bragança, porque você naturalmente, como dizia há pouco, não reside cá e penso que provavelmente estará pouco atento àquilo que acontece no Município.

----- Eu relembro, é que há pessoas que não circulam por este Concelho, nem circulam por esta cidade, se calhar devia ter olhado aos bairros periféricos da cidade, com ruas que estavam por pavimentar, nem os bairros cujas ruas foram repavimentadas, há anos que não sofriam intervenções. Devia ir, se calhar, às aldeias para verificar as pavimentações novas que existem e a repavimentações que se fazem nas aldeias. As obras que se têm feito ao longo destes anos e também no ano passado de dois mil e oito, que é sobre esse exercício que estamos aqui a falar e nesse sentido se calhar não diria o que é que este Orçamento pode ter denotado em termos positivos para a qualidade de vida dos cidadãos.

----- Devia perguntar isso às pessoas que se dirigem de Macedo do Mato para Bragança e que hoje transitam na estrada repavimentada de novo na Senhora do Aviso! Se muitos outros cidadãos circulam por esse Concelho é as estradas que estão em condições.

----- E riem-se, pois riem, mas o vosso sorriso não resolve o problema dos cidadãos de Bragança, a verdade é que o trabalho feito por este Executivo é que resolve e melhora a qualidade de vida dos cidadãos de Bragança, não é com o vosso sorriso que melhora seguramente a qualidade de vida dos cidadãos.

----- Esquecem-se, os esforços que foram feitos, não neste exercício, mas que foram feitos pela Câmara de Bragança para trazer para Bragança, para esta cidade um conjunto de empresas algumas de grande referência mundial na área, nesse caso, indústria automóvel, para criar postos de trabalho aqui e que o próprio Município com as tais obras megalómanas, que vocês de vez em quando falam. Tem criado equipamentos que estavam em falta neste Município, na área Cultural, na área Desportiva e que foram construídos ao longo dos últimos dois mandatos e que de facto agora fazem sofrer um bocado a rubrica das despesas correntes, sim senhora! Porque agora estes equipamentos foram postos em funcionamento, mas permite o acesso à cultura e à prática do desporto da grande maioria dos cidadãos de Bragança e isso melhora a qualidade de vida dos cidadãos. E esta Conta de gerência reflecte também neste exercício de dois mil e oito a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

----- Não nos surpreende que venham votar contra este Relatório das Contas de dois mil e oito, não nos surpreende, e também não nos vão surpreender seguramente os resultados eleitorais que vamos seguramente obter neste ano de dois mil e nove, o que será naturalmente um reflexo feito

de uma forma bem mais generalista e feito pelos cidadãos deste Concelho e das boas políticas levadas a cabo por este Executivo.

----- E sobre essa matéria, esta passagem que eu acabei de ler no início da intervenção do Revisor Oficial de Contas é de facto importantíssima para perceber que o exercício do Município que num ano de crise consegue aproveitar as políticas a que se propôs, levar a efeito os programas de construção e de desenvolvimento das actividades que se propôs para dois mil e oito, que o fez com uma taxa de realização muito perto dos cem por cento... - a voz vão-ma tirando, não sei se será boicote por parte da oposição, mas noto de vez em quando o abaixamento de volume - é inegável que num ano de crise a Câmara Municipal de Bragança foi capaz de levar a efeito as políticas a que se propôs, levar a efeito o Plano e Orçamento a que se propôs, levá-lo a uma concretização de oitenta e um por cento, tendo no final um resultado positivo. Vocês nunca foram capazes de o fazer no passado, mas ainda estão a tempo, talvez no futuro aprendam com este Executivo Social Democrata, a fazer bem.

----- Noto sorriso do lado da bancada do Partido Socialista, é difícil ver a verdade.

----- O Partido Social Democrata não pode fazer outra coisa se não votar favoravelmente este Relatório e Contas porque ele denota claramente num ano de dificuldades económicas e financeiras que o Partido Social Democrata conseguiu levar a efeito durante o ano de dois mil e oito as políticas a que se propunha com um resultado positivo no final do exercício.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

----- O Senhor membro da Assembleia Luís Pires tem a palavra.

----- **Luís Pires** – Muito boa tarde a todos. Espero que me estejam a ouvir em condições, é que até já o microfone estava cheio de ouvir o Luís, estava saturado, boicotada.

----- Este documento que nós temos aqui converge com aquela teoria do desenvolvimento endógeno e marcial que evolui naturalmente face ao sistema onde está inserido independentemente de quem tenha o leme, com a agravante de que este evolui negativamente, tem uma componente de ADN muito má. E vamos falar um bocadinho a sério porque se estamos aqui é para falar um bocadinho a sério, e é assim, deixem-me falar numa metáfora – imaginem que eu era administrador dos serviços Sociais de uma Entidade – seria absurdo no final do ano vir dizer que os meus Serviços Sociais tiveram lucro e se tiveram lucro é porque eu não tive o cuidado de arranjar mais bolsas e de cobrir uma rede maior de alunos com refeições sociais.

----- Como dizia o Luís Afonso, se dúvidas houvesse, na página trinta e dois tem um gráfico aqui que mostra que até determinada altura as despesas de capital eram superiores às despesas

correntes, a partir daí a situação inverteu-se. Significa claramente que a Câmara Municipal de Bragança não teve o cuidado de incorporar, de prever, de antecipar a crise e de acautelar mediante medidas de descida, IMI e outras coisas que ajudassem os cidadãos nas alturas que deviam ter ajudado. Isto é que é grave, isto não é boa gestão.....

----- O virem aqui dizer-me que têm um milhão e trezentos mil euros de resultado positivo é uma atrocidade, é quase um insulto para as pessoas de Bragança. Este valor que está aqui devia ser investido em bens de acção social ou outras actividades que fossem em prol dos cidadãos de Bragança.....

----- Mais ainda, meu caro amigo, a taxa de execução de capital não é, na minha óptica não é, na taxa de execução de capital falou-me em oitenta e tal por cento quando apenas cinquenta e cinco por cento se considerarmos as despesas de capital, não é as despesas todas.....

----- Portanto meu caro amigo o que nós temos aqui e também sei que já têm uma sondagem para falar nos resultados eleitorais, o que nós temos aqui é o resultado da continuidade de uma Câmara que tem feito, na nossa óptica, muito mal a Bragança porque não tem feito investimentos que tragam sustentabilidade no futuro, tem feito obras despesistas, como aquele gráfico que eu disse, demonstra que as despesas correntes estão a aumentar, o que significa, não só os equipamentos culturais, um túnel não é um equipamento cultural! Por amor de Deus. Portanto meus caros amigos o que significa é que esta cidade tem que mudar porque se continuamos assim fica insustentável e corremos o risco de ter que ir embora de cá. Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia, Luís Costa, tem a palavra.

----- Prescinda!.....

----- Senhor Membro da Assembleia, Nuno Reis, tem a palavra.....

----- **Nuno Reis** – Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores vereadores, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal. Eu tive a oportunidade de ouvir as várias intervenções que aqui foram proferidas ao longo da tarde designadamente sobre esta matéria de Contas. E há aqui um conjunto de perplexidades, um conjunto de inquietações que eu não posso deixar de partilhar com os meus amigos. E faço-o, primeiro, por imperativo moral e segundo, por uma dupla qualidade, na qualidade naturalmente de membro da Assembleia Municipal, lugar que ocupo com toda a honra, mas sobretudo na qualidade de cidadão, porque eu ouvi aqui coisas que são absolutamente extraordinárias. Porquê? Vamos por partes. Uma parte é, a oposição acusa-nos de termos feito uma má execução orçamental basicamente por termos um resultado positivo nesse exercício,

quando o Partido, esse Partido com responsabilidades na Administração Central impôs ao País medidas e restrições fortíssimas ao longo de três anos, exactamente sob o signo da responsabilidade financeira e da boa disciplina orçamental.

----- Pasmem-se, Senhores deputados, é esse mesmo Partido que disse que não se faziam investimentos públicos durante os três primeiros anos de mandato basicamente porque era necessário ter boas contas, que vem a Bragança ensinar a um Município, a um executivo Municipal que tem um exercício positivo de mais de um milhão de euros, que, o que são boas contas.....

----- Senhor Presidente, Senhoras e senhores deputados, outra parte da oposição, diga-se em abono da verdade, mais corrente, vem no entanto dizer que vão abster-se de votar favoravelmente as Contas do exercício de dois mil e oito fundamentalmente porque entendem que este exercício, ou este resultado, deveria ter sido aplicado noutros investimentos.

----- Bom, é um exercício de coerência política no entanto é um exercício que me deixa algumas dúvidas, e essas dúvidas reportam-se não só àquilo que diz o Partido Comunista ou CDU se lhe preferirem chamar e que se associam àquilo que é a intervenção do Partido Socialista, porque eu nos últimos quatro anos tenho tido a oportunidade de ouvir dirigentes do Partido Comunista e dirigentes do Partido Socialista dizer o seguinte quando chega a votação do orçamento – “Nós não votaremos favoravelmente esse documento porque essas não seriam as nossas opções se assumíssemos as responsabilidades de liderança deste Município” – Aquilo que eu, e essa inquietação resulta da minha qualidade de cidadão, aquilo que eu esperaria, até porque foram aqui novamente renovados esse tipo de argumentos, esse tipo de linha discursiva, o que eu gostaria de saber é – então, Senhores Deputados, não fizessem Vossas Excelências este tipo de investimentos e que facilmente poderão consultar naquele Boletim que tanto vos incomoda, porque vos entra pelos olhos a dentro, e teriam Vossas Excelências oportunidade de dizer – faríamos isto, não faríamos isto, estas seriam as nossas opções, não seriam estas – E aí, Senhores Deputados, e fazendo minhas as palavras do Senhor Deputado Luís Costa, eu teria todo o gosto em discutir de forma séria, de forma objectiva, de forma frontal os argumentos que subjazem a uma determinada opção de investimento público em detrimento de uma segunda. Isso sim seria discussão política, isso sim relevaria para a discussão daquilo que é o interesse, a discussão política municipal. Mas não é disso que se trata, no fundo, no fundo, aquilo a que assistimos durante a tarde ao longo da discussão deste instrumento, deste documento é de alguma forma uma espécie de exercício tático, tático, Não vamos aqui medir muito bem as nossas posições para quando chegar aí a época eleitoral podermos ter margem de manobra para bater, para criticar, para nos

distanciarmos.

----- Eu devo dizer, Senhores Deputados, que sobre esta matéria eu tenho que fazer aqui e render aqui o meu reconhecimento e a minha homenagem aos Vereadores do Partido Socialista. Porquê? Não é porque se abstêm ou votam a favor, é porque sobretudo têm uma acção responsável, são Vereadores que de facto do ponto de vista político e de acção política não comungam das opiniões ou dos projectos que muitos de nós aqui representamos e para isso fomos eleitos, mas reconhecem que esse exercício, que essa actividade não merece, do ponto de vista financeiro, orçamental, qualquer tipo de critica, não merecem, e portanto devem dizer – Nós não temos porque chumbar este documento pese embora politicamente dele nos distanciamos – E aí rendo-vos a minha homenagem com toda a modéstia, porque de facto é nobre e eu aposto que o Partido não terá ficado particularmente satisfeito com isso.

----- Agora, Senhores Deputados, nós chegamos, como disse ali o meu querido amigo Deputado Vieira, chegamos aqui a um ponto, este é o último ano deste mandato, é ano de fazermos contas, de fazermos um balanço e saber se aquilo que nos comprometemos a fazer em dois mil e oito foi ou não foi concretizado, se está ou não está feito, se está ou não construído e os resultados dessa opção.

----- E aquilo que eu gostava de perguntar e é uma pergunta de retórica, peço que apelem às vossas consciências, aquilo que eu gostaria de vos perguntar é – Será que não terá valido a pena, será que todo o esforço desenvolvido nas freguesias, todo o esforço desenvolvido no Município em prol e a bem dos cidadãos não mereceria mesmo da parte da oposição ainda que não acreditasse nestes projectos, mas são os projectos que o povo Bragançano abraçou, são os projectos que o povo Bragançano escolheu, não mereceria porventura na dúvida, na dúvida, a abstenção? Então nós somos criticados e somos condenados e temos o chumbo do PS porque honramos a nossa palavra? Cumprimos os nossos compromissos? É disso que nos acusam? Pois bem, Senhores Deputados, eu digo-lhes, se é disso que nos acusam temos todo o gosto em ser acusados, temos todo o gosto em continuar a trabalhar por este Município, temos todo o gosto em enfrentar os nossos concidadãos, olhos nos olhos, dizendo-lhe que somos dignos do respeito e da confiança que em nós depositaram e continuaremos sempre, hoje e sempre, a lutar por aquilo que são os interesses de Bragança e dos Bragançanos. Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia, José Castro, para uma segunda intervenção.

----- **José Castro** – O PSD volta a insistir na questão técnica, que fizeram as Contam bem, que

fizeram as Contas de multiplicar por o meio em vez de dividir por dois e tal e não sei quê, continuando a esquecer que a questão aqui não é uma questão técnica, e estivéssemos nós aqui perante uma questão técnica tínhamos toda a maior confiança nos funcionários municipais, realmente a fazer essas contas. O problema que se passa aqui é que isto é uma questão política, estamos a falar de pessoas, e não é propriamente neste ponto que vamos apresentar as nossas propostas, as nossas propostas foram apresentadas no Orçamento, e quando foi do Plano e Orçamento aí apresentámos as nossas propostas e dissemos – Nós fazíamos assim, vocês querem fazer ao contrário, a gente chumba - E agora confirma-se que fizeram assim, só que nós não temos nada a ver com este Orçamento, não é? Precisamente porque ele não vai ao encontro das pessoas, e só isso que está em causa.

----- Agora eu queria que ficasse aqui muito claro o seguinte: O Luís Afonso veio aqui dizer, mais uma vez, que de facto nem nos últimos anos nem nos próximos anos a CDU pode ter esperanças de chegar à Vereação. Eu digo-lhe uma coisa, não é que me pareça fácil, isso, mas olhe que será seguramente mais fácil do que propriamente Bragança largar a cauda das capitais de Distrito em Portugal. E se o Luís Afonso me dissesse – vamos conseguir que Bragança fique a nível de um Aveiro, dum Leiria, dum Santarém, exactamente com os mesmos direitos - provavelmente a CDU não fazia cá falta nenhuma, o problema é que esses dois problemas estão intimamente ligados e é por isso que eu digo que enquanto de facto não houver outra Vereação e outra composição de forças eventualmente pode vir aqui cantar de galo, mas é de segunda divisão, é de cauda, e estamos sempre a querer deixar ver se não descemos de divisão, e continuamos a lutar com Chaves e com Alfândega da Fé, e com Macedo, e com Mirandela, não é isso que nos interessa. Apresentem-nos soluções de facto para que Bragança suba e que todo o País seja equiparado e que os nossos filhos tenham as mesmas oportunidades dos que moram em Leiria, em Santarém, em Setúbal, em Évora, isso é o que a gente quer. Eu não ficaria tão contente que a CDU tivesse poucos votos e depois continuássemos a ser o que somos, com uma importante fábrica de componente automóveis que é a mesma há quantos anos?! Caramba. E sobre o desempenho deste Executivo, se tivéssemos dúvidas bastava olhar para a ordem de trabalhos de hoje, afinal o ??? do buraco, do túnel, com que foi imagem de marca quando este Executivo entrou no poder, ainda não está pago! Afinal não é só a Central de Camionagem! É mais o buraco ainda que não está pago.

----- Depois aparece-nos aqui uma ACISB, não é? Pelas ruas da amargura! A pedir! É esse o desenvolvimento que trouxeram à Região? É disto que vocês se estão a vangloriar? Podem estar contentes em ter um milhão de lucro, quando depois o que está aqui de facto é uma Associação

Comercial, industrial e de Serviços pelas ruas da amargura, que não tem por onde puxar! E que afinal esse milhão de euros é devido para pagar o chão onde foi feito o túnel ! E para não contar com a Central de Camionagem! O tal orçamento virtual que a gente falou aqui, estão bem recordados, em Dezembro, que dissemos – este Orçamento é virtual, não estão aqui as nossas dívidas às empresas! Nem essas contas aparecem, apareceram hoje milagrosamente. Mas quer convencer quem afinal? Podem convencer muitos votos e dizer – não, mas vocês nunca mais têm votos – pois não, eu se calhar até preferia não ter tantos mas preferia que os meus filhos tivessem a mesma oportunidade que o resto do País. Tenho dito.....

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara pergunto-lhe se quer ainda intervir neste ponto. Faz favor.....

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado Senhor Presidente. Dar uma última nota relativa ao Relatório de Gestão e Prestação de Contas, salientando o seguinte: as receitas comunitárias representam doze vírgula oito por cento do Orçamento, são preciosas as receitas comunitárias. Como nós nos empenhamos a demonstrar as candidaturas que fazemos, as candidaturas que temos aprovadas, o esforço no sentido de qualificar o nosso Município ao nível das infra-estruturas, dos equipamentos culturais, desportivos, do abastecimento público, utilizando para o efeito ajudas preciosas dos Países da Comunidade Europeia! Mesmo assim representam doze vírgula oito por cento do Orçamento e representam trinta e dois/cinco por cento do investimento. Significa isso que o Município gera por si próprio um número significativo de receitas também para o investimento.

----- Evidentemente que a despesa corrente sobe, claro que sobe! Quando se constrói um equipamento cultural, quando se constrói um equipamento desportivo, quando se constrói um equipamento de abastecimento público, evidentemente, fez-se o investimento inicial, há que fazer a manutenção, a conservação, o funcionamento, e sobe. Hoje uma boa parte dos municípios da zona do litoral nos seus orçamentos de despesa, a despesa corrente está acima dos oitenta por cento. Qual é a percentagem de investimento na Câmara de Lisboa? Até do Porto? Caso para ir consultar as contas de gerência e fazer essa avaliação.

----- A receita global do Município cresceu em média, na última década, cinco vírgula dois por cento ao ano, significa se o Município mantiver esta capacidade de fazer crescer as suas receitas isso é um bom sinal é um bom indicador.

----- Queria salientar também que as despesas com pessoal cresceram três, sessenta e três por cento, portanto foi uma despesa controlada. Bom, não foi um controle que tenha sacrificado os

trabalhadores. E para isso eu vou salientar, está na certidão, a nossa informação relativamente a esta matéria, que diz assim: Aos trabalhadores do Município de um modo geral, a nossa apreciação é esta, os trabalhadores do município têm-se empenhado de forma extremamente positiva, cada dia de forma mais qualificada, com mais vontade, sentimos isso nos resultados de gestão do Município. Essa é a regra, não o contrário. Há mais empenho, há mais dedicação, há mais esforço, há mais qualidade naquilo que se faz. A Administração da Câmara tem feito o melhor possível para garantir o máximo de qualificação a esses trabalhadores, e também as promoções possíveis. Em dois mil e oito ainda se conseguiu finalizar e devo lembrar que nos anos antecedentes houve congelamento de aumento de salários e de promoções e de despesa com pessoal , ao Município, ainda se conseguiram concretizar sessenta e cinco promoções e ingressos, e estas orientaram-se para os trabalhadores de remunerações mais baixas no Município, ou seja, a nossa atenção permanente relativamente à situação do pessoal, quer no que diz respeito às condições de trabalho, às condições de segurança, à formação e na medida do possível aquilo que legalmente é aceitável também à remuneração.

----- Quería salientar que em dois mil e oito para dois mil e sete as transferências para as Juntas de Freguesia conseguimos um aumento de sessenta e três por cento. Houve um bom trabalho de parceria entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia no sentido de promover alguns trabalhos importantes nas freguesias o que resultou esse aumento de transferências.

----- Também uma evolução no activo do Município, a evolução patrimonial foi de dez vírgula sessenta e sete por cento, houve um crescimento de quinze vírgula sete milhões de euros, também nos parece um indicador positivo e que resulta da implementação de um Orçamento e Plano de Actividades que não é nefasto para o Município, pelo contrário, tem sido o conjunto de planos de investimento que o Executivo Social Democrata tem implementado, que tem garantido que os filhos dos cidadãos de Bragança tenham hoje melhores condições de acesso a bens e serviços do que tinham há anos atrás, e não se posicione na cauda dos municípios capitais de distrito em circunstância alguma, foi assim durante anos, agora não é assim, felizmente que não é assim.

----- Há uns anos atrás os filhos de todos nós não tinham onde realizar um teatro, onde assistir a uma peça de ballet, não tinham uma escola de formação de dança, não tinham música, tinham mais limitações no acesso a actividades culturais, desportivas, não tinham sequer uma piscina aquecida, não tinham um pavilhão, não tinham um Centro de Ciência Viva onde podem aumentar o seu conhecimento científico e tecnológico.

----- Portanto isso é completamente derrotista a perspectiva do senhor deputado da CDU. Oxalá

que todos os filhos dos cidadãos Bragançanos tivessem a oportunidade de filhos de muitos dos senhores deputados, muitas das oportunidades que tiveram as minhas filhas, é isso que me anima, é isso que nos anima no Executivo, é em cada dia trabalhar mais e melhor para que o dia de amanhã seja mais feliz para todos, para que a oportunidade seja extensiva a todos. E nesse âmbito temos feito um esforço significativo de modo a salvaguardar e garantir que nenhum jovem, nenhum miúdo deixe de ter acesso aos bens e serviços do Município, aos melhores. Seria mesmo a nível do ensino pré primário em que o Município tem conseguido evoluir para uma taxa de cobertura de oitenta vírgula quatro por cento no ano lectivo dois mil e sete/ dois mil e oito. A média nacional é de setenta e oito vírgula cinco e no ano lectivo dois mil e nove/dois mil e dez atingiremos os cem por cento nessa área, um bom indicador de forma inquestionável.

----- Há outros indicadores que falam dos resultados da gestão municipal, das empresas, dos cidadãos, das associações, das instituições em geral. Não têm essa leitura derrotista e pessimista do “bota abaixo”, em circunstância nenhuma. Os cidadãos de Bragança, as suas instituições têm-se qualificado, os cidadãos tem-se empenhado, têm trabalhado, valorizam a sua vida e a vida da Comunidade.

----- E não é por acaso que Bragança representa hoje quarenta e quatro por cento das exportações de todo o Trás-os-Montes, que Bragança é o sexto Município com poder de compra de entre o conjunto dos oitenta e seis municípios da zona norte, tendo evoluído vinte vírgula seis pontos percentuais numa década, isto não acontece por acaso, não se compra este dado estatístico, este dado estatístico é feito pelas pessoas, pelas empresas, pelas instituições. Há assim um conjunto de indicadores positivos relevantes de qualidade de vida, de equilíbrio urbanístico, qualidade ambiental, qualidade patrimonial suficientemente reconhecido por quem nos visita.

----- Há cinco, seis anos a trás o número de dormidas em Bragança, e os senhores deputados sabem que o número de dormidas registadas contribuem para o cálculo das transferências da Administração Central para os Municípios e teríamos na ordem das vinte e nova/trinta mil. Em dois mil e sete, que são os dados que contribuem para o orçamento de dois e nove, Bragança tinha já registado cento e duas mil dormidas, isso é um sinal de evolução, sinal de capacidade de resposta, de reestruturação de economia. Isto não é um indicador maléfico para a actividade económica, para os cidadãos e para a Região. Bragança tem conseguido reforçar a sua posição como capital de distrito no contexto nacional e no contexto regional. Tem sido essa a perspectiva que tem presidido à orientação de gestão municipal procurando trabalhar de forma e equilibrada para todas as freguesias, para as aldeias maiores, para as menores, para a cidade. A nossa cidade não é hoje

aquilo que era há anos atrás, felizmente, acho que temos aplicado bem os recursos, o Município tem, do meu ponto de vista, agido bem. Mas as empresas, as associações, não é pelo facto de uma associação comercial num determinado momento da sua vida ter eventualmente a necessidade de um apoio do município que isso serve para derrotar a associação, para derrotar o comércio, para derrotar os cidadãos, isso é uma perspectiva completamente maléfica sim e negativa e não ajuda a nada nem a ninguém.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Senhores membros da Assembleia vamos votar. Vamos fazer em separado as votações. Faremos as declarações de voto. Se as houver, para o conjunto das duas votações.....

I - RELATÓRIO DE GESTÃO E DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO ECONÓMICO DE 2008 - aprovada, por maioria qualificada com treze votos contra, duas abstenções e sessenta e cinco votos a favor, estando momentaneamente oitenta membros presentes.....

II - PROPOSTA DA APLICAÇÃO DE RESULTADOS (Consta da página 57 do Documento de Prestação de Contas) - aprovada, por maioria qualificada, com doze votos contra, quatro abstenções e sessenta e quatro voto a favor, , estando momentaneamente oitenta membros presentes.....

----- **Presidente da Mesa - Declarações de voto?**

----- Senhor Membro da Assembleia Guedes de Almeida, tem a palavra para uma declaração de voto. --

----- **Guedes de Almeida** – Boa tarde a todos. O meu voto contra foi no sentido de que efectivamente não tem nada a ver com a correcção ou com o formalismo legal relativamente à aritmética das Contas, não é isso que está em causa. O que está em causa é que este Relatório de Conta de Gerência e de acordo com o lema que está ali “ Bragança marca a História a História marca Bragança” eu julgo que talvez com a política seguida e que fundamentou esta Conta de Gerência há de facto um momento marcante na história de Bragança e que há que efectivamente reflectir sobre este momento e concluir se devemos ou não continuar com futuros Relatórios de Contas com base nestes elementos.

----- Considero que há aqui também, isto faz lembrar saldos positivos, o volume de saldos positivos em politica são negativos, revelam uma prática negativa da acção política sobretudo tendo em vista a prossecução dos interesse públicos, isto é, do bem estar das pessoas e da comunidade, como pessoas, ??? não é uma política económica, nem uma política de betão.

----- Acho que por exemplo, o Ponto de regularização da aquisição do Parque de Máquinas de Vale de Álvaro em Bragança devia estar incluído neste documento. No fundo estamos aqui a esconder e irá reflectir-se no próximo Orçamento ou na próxima Conta de Gerência. Isto é uma medida que está aqui camuflada. E também não vejo reflectido neste documento aquilo que é e que consta aqui do Relatório, isto é um documento extenso, nem todas as pessoas estão habilitadas para analisá-lo, eu, inclusivamente, não estou, e não está reflectido, por exemplo, “ Previsões para riscos e encargos, processos judiciais em curso”. Eu percorri aqui este Relatório e não vejo, por exemplo, segundo sei, o Parque de estacionamento do Fórum Teatro, há um processo judicial para pagamento daquele espaço cuja propriedade está registada em nome da Câmara, consta aqui no aumento do património da Câmara de um milhão e trezentos mil mas não está reflectido quanto é que isso vai custar, vai ter que ser pago pelo Município. Quando, como, de que forma, não está aqui reflectido. ??

----- E é com base nisto que eu julgo que não reflectindo precisamente a realidade da situação económica da Câmara Municipal, o que se constata aqui é que perante a situação actual de endividamento perante a banca, o futuro do Município de Bragança é um futuro de grande responsabilidade, de grande retracção e julgo mesmo de grande desmotivação para quem queira continuar à frente da gestão do Município.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Eu tenho receio que esteja a haver alguma confusão, tenho receio, por algumas coisas que tenho ouvido, entre resultado líquido do exercício e saldo de gerência. O saldo de gerência do exercício foi de três mil e quinhentos euros, o saldo de gerência foi de três mil quinhentos euros, o resultado líquido do exercício é que foi de um milhão e trezentos mil euros. E eu, por algumas observações que ouvi, tenho receio que haja alguma confusão sobre estas matérias e portanto desculpem-me eu ter feito este esclarecimento.

----- Para declaração de voto o Senhor Membro da Assembleia Luís Pires, faça o favor.

----- **Luís Pires** – Mais uma vez muito boa tarde. Apenas dizer aqui também como interlúdio à nossa declaração de voto , ao meu amigo Nuno Reis que não tente levar-nos os nossos Vereadores, que não estão à venda, são do PS, portanto não tente levá-los na próxima eleição autárquica.

----- E dizer que, mais uma vez, o exercício desta Câmara, vou-lhe chamar assim porque uma vez que a sua composição tem variado ao longo dos últimos anos, não conseguiu, contrariamente ao que o Luís Afonso tem tentado fazer-nos crer, não conseguiu dotar Bragança de infra-estruturas que a tornem uma cidade estruturalmente sustentável.

----- Muitas das obras que têm sido feitas, noutra cenário, com outra realidade, até poderiam ser obras mais acauteladas, nós até poderíamos concordar com algumas delas no entanto é necessário

que Bragança seja uma cidade sustentável e só depois e que nos podemos dar a determinados desvaneios. Isso não acontece, há muitas coisas que não são feitas, há promessas, e eu há pouco esqueci-me, há promessas que não são feitas. Uma promessa de modificar, porque agora veio uma reportagem há poucos dias da intervenção da Avenida General Humberto Delgado que era prometido novo espaço para a feira, eu já li essa mesma promessa em mil novecentos e noventa e nove e continuamos como estamos neste momento. Portanto este não é o caminho e como tal nós não podemos votar a favor deste documento.....

----- **Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia, Nuno Reis, tem a palavra para uma declaração de voto. Como sabe já houve uma declaração da bancada do PSD, mas tem os três minutos para a sua declaração de voto. Faça o favor.....

----- **Nuno Reis** – Senhor Presidente eu pedi a palavra para fazer uma declaração de voto é é mesmo uma declaração de voto e não uma intervenção até porque já tive oportunidade de me dirigir à Assembleia.

----- Senhor Presidente, o PSD ao votar favoravelmente esta proposta faz um exercício de responsabilidade e de coerência. O Partido Social Democrata votou favoravelmente os instrumentos previsionais para dois mil e oito, a taxa de execução desses documentos previsionais é elevadíssima como já deu para perceber, nós demonstrámos ao longo de um ano difícil em que houve quebra de apoios, quer por parte da Administração Central, quer por parte da Administração Comunitária, na medida em que como toda a gente sabe o processo de regulamentação de acesso a financiamentos públicos comunitários ao nível do QREN está um pandemónio, perdoe-se-me a expressão, nós demonstramos que ainda assim por mérito próprio, com ajuda das autarquias/freguesias e dos cidadãos conseguimos pôr em marcha investimentos públicos de importância para o Concelho mas sobretudo investimentos públicos importantes para as pessoas deste Concelho e que as vão valorizar. Muito obrigado senhor Presidente.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado eu. Senhores Membros da Assembleia passamos ao ..

PONTO 4.4.1 – TERCEIRA MODIFICAÇÃO – PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2009;.....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

I – CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e três de Março do ano de dois mil e nove, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dra. Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dra. Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dra. Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“TERCEIRA MODIFICAÇÃO – PROPOSTA DA PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2009

Pelo Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira foi presente a 1.ª Revisão ao Orçamento Municipal para o Ano de 2009.

As Revisões ao Orçamento, quer de Receita, quer de Despesa, encontram-se previstas no POCAL e executam-se perante situações perfeitamente tipificadas, que obedecem a princípios e regras previsionais legalmente aprovadas naquele diploma.

Considerando que a Autarquia só pode utilizar o Saldo da Gerência Anterior após a apreciação e votação das contas de 2008, pelo Órgão Deliberativo, foi presente a 1.ª Revisão ao Orçamento de Receita para o ano de 2009, que apresenta reforços no valor de 3 500,00 €, resultante da incorporação do Saldo da Gerência Anterior.

Propõe-se ainda a criação de quatro novas rubricas, nos Impostos Indirectos Específicos das Autarquias Locais, “Taxas Aeroportuárias” e “Taxas de Recursos Hídricos” e nas Taxas Específicas das Autarquias Locais, “Taxas Aeroportuárias” e “Taxas de Recursos Hídricos”, com uma dotação de 100,00 € cada, por contrapartida das rubricas nos Impostos Indirectos Específicos das Autarquias Locais – “Loteamento e Obras” e Taxas Específicas da Autarquias Locais – “Loteamento e Obras” no valor de 400,00 €.

As taxas Aeroportuárias e de Recursos Hídricos, decorrem da aplicação da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de Junho.

Propõe-se também para o Orçamento da Receita, na Rubrica “FEDER” a inclusão de 908 400,00 € provenientes da homologação da candidatura “Circular Interior – 2.º Trecho” em regime “overbooking”.

Assim a 1.ª Revisão ao Orçamento Municipal apresenta na sua receita um reforço de 912 300,00 € e na despesa o valor de 911 900,00 €. O Plano Plurianual de Investimento apresenta nos seus diversos projectos um reforço de 911 900,00 €.

O reforço de verbas obtidas de ajudas comunitárias FEDER, vai aplicado na repavimentação de ruas nesta Cidade, estando a decorrer o processo de contratação de trabalhos de repavimentação de 18 ruas, incluindo marcações horizontais melhorando as condições de mobilidade em termos de segurança e comodidade para os cidadãos.

Parte das verbas vai reforçar os trabalhos de repavimentação de vias municipais, designadamente a estrada de Sortes/Viduedo/Lanção, em fase de contratação pública, sendo também reforçada a rubrica relativa à elaboração do projecto de infraestruturas desportivas na Zona do Trinta, projecto em fase de concurso, pelo que proponho que a 1.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2009, seja aprovado.

Após análise e discussão, foi deliberado, aprovar a referida proposta, com 5 votos a favor, dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dra. Maria de Fátima Gomes Fernandes e Dra. Isabel Maria Lopes e duas abstenções, dos Srs. Vereadores, Prof. António José Cepeda e Dra. Maria Idalina Alves de Brito, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Actas, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º e para efeitos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 23 de Março de 2009.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO – RECEITA, DESPESA E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2009

----- **Presidente da Mesa** – Eu perguntava ao Senhor Presidente da Câmara se quer apresentar o tema. Faça o favor.....

----- **Presidente da Câmara** - A Primeira Revisão integra o saldo da Gerência anterior, a revisão que só poderia ser feita após a votação do Relatório de Prestação de Contas de dois mil e oito, por parte do Órgão deliberativo. Nessa medida esta Revisão integra o saldo de três mil e quinhentos euros, integra uma receita adicional de novecentos e oito mil e quatrocentos euros, resultante da aprovação de uma candidatura no P.O. Regional em regime de Overbooking, quer isso dizer que, em alguma medida, algum promotor não conseguiu gastar este montante e o Município consegue obtê-lo, recuperá-lo para si, apresentar despesa paga, saliento, despesa paga, não é despesa para ser paga, ir buscar dinheiro que outros não conseguiram gastar. Acho que isso também é bom. Se fosse o contrário seria mau.

----- Este reforço do Orçamento vai ser aplicado em quê? Vai ser aplicado para reforçar a rubrica de repavimentações de ruas na cidade, ou seja, para reforçar a rubrica que nos permite sustentar a realização próxima de repavimentação de mais vinte e nove ruas na Cidade. Serve para reforçar a rubrica de repavimentação da estrada de Sorte/Viduedo/Lanção, em fase de contratação pública e serve para reforçar a rubrica relativa à elaboração do projecto do complexo desportivo do trinta, respectivamente para um pavilhão multiusos e um campo de futebol inseridos no mesmo conjunto.

----- Entendemos ser momento de avançar com este projecto visto a parte de infra-estruturação estar, neste momento, em termos de acesso, parque de estacionamento, redes de drenagem, de comunicações, de iluminação, estar neste momento em execução.

----- Portanto um reforço de novecentos e doze mil e trezentos euros respectivamente para estas três obras que citei e resultante de duas rubricas, saldo da Conta de Gerência e Receitas Comunitárias.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Perguntava se há inscrições para pedidos de esclarecimentos sobre esta matéria. Não sendo esse o caso perguntava se há inscrições para intervenções sobre esta matéria. Não sendo esse o caso vamos pôr à votação esta proposta da 3.ª Modificação -1.ª Revisão do Orçamento, nos termos em que foi explicado pelo Senhor Presidente da Câmara, mas trata-se de uma Revisão de novecentos e doze mil e trezentos euros.

----- Após análise e discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com onze abstenções, zero votos contra e sessenta e nove votos a favor, estando momentaneamente oitenta membros presentes.....

----- Presidente da Mesa – Declarações de voto? Não havendo declarações de voto passamos ao ponto seguinte

----- **PONTO 4.4.2 – REGULARIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO DO PARQUE DE MÁQUINAS DE VALE DE ÁLVARO EM BRAGANÇA (ANTIGO ESTALEIRO DA JAE);**

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e três de Março do ano de dois mil e nove, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dra. Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dra. Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dra. Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“REGULARIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO DO PARQUE DE MÁQUINAS DE VALE DE ÁLVARO, EM BRAGANÇA (antigos estaleiros da JAE):

Pelo Sr. Presidente foi apresentada a seguinte proposta:

Considerando que:

No dia 2 de Março de 2001 a Assembleia Municipal aprovou o Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Bragança e o Instituto das Estradas de Portugal (IEP), com vista à utilização de uma parcela de terreno (antigos estaleiros da JAE), para construção do túnel de ligação entre a Av. Sá Carneiro e a Av. das Forças Armadas;

O referido protocolo previa como contrapartida preferencial uma permuta de bens imóveis ou, em alternativa, o pagamento de acordo com a avaliação que viesse a ser realizada para o efeito, ou de outro tipo (conforme cláusula XIV do Protocolo);

A Câmara Municipal, em reunião de 13 de Março de 2006, propôs como contrapartidas a aceitação da transferência dos seguintes troços de estradas: EN 217 do Km 2,2 ao Km 4,0; EN 218 do km 2,0 ao km 8,0 e 7,8 km de perímetro urbano (situação que chegou a ser ponderada entre as duas entidades como solução aceitável e como contrapartida à avaliação realizada em 2 de Março de 2005);

A avaliação fixou para o prédio urbano o valor patrimonial de 521 980,00 €, e a Câmara Municipal considerou como contrapartida ao pagamento do valor da avaliação, a aceitação de transferência para a jurisdição municipal de 7,8 km (troço de EN 217 do Km 2,2 ao Km 4,0 e da EN 218 do km 2,0 ao km 8,0) de estradas da competência da EP – Estradas de Portugal, considerando que tal situação representaria a prazo um encargo para o Município de 546 000,00 €;

A EP – Estradas de Portugal, S.A. não aceitou as contrapartidas propostas, optando pelo recebimento do valor fixado na avaliação, tendo a Câmara Municipal proposto que o pagamento fosse considerado em dois anos;

Presentemente a EP – Estradas de Portugal, S.A. apresentou a proposta de celebração de contrato-promessa de Compra e Venda, do imóvel, em 24 prestações mensais, com a primeira prestação a fixar-se nos 20% do valor da venda (104 396,00 €), restando o montante de 417 584 €, o qual será fraccionado em 23 prestações mensais, no valor de 18 155,83 €/cada;

O valor fixado no relatório de avaliação, relativo à aquisição do prédio denominado Parque de Máquinas de Vale de Álvaro, é 521.980,00 €;

O valor dos troços em causa no montante de 546 000,00€ (i.é, 7,8 km x 70 000,00€) é superior ao valor fixado pela avaliação;

Em Reunião de Câmara, de 13 de Março de 2006, foi deliberado, aprovar a aquisição do Parque de Máquinas de Vale de Álvaro, pelo valor de 521.980,00€.

Assim, solicita-se à Exma. Câmara Municipal, autorização para que o pagamento seja efectuado nas condições acima referidas.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta.

Mais foi deliberado, por unanimidade, e considerando o valor em causa, submeter a presente proposta à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do estabelecido na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e para efeitos da alínea i) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 23 de Março de 2009.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – Ofício da Estradas de Portugal, com a referência 000330/GPA 090.1.01/04.001.02, de 12/03/2009; Ofício da Estradas de Portugal, com a referência 1608/GPA 090.1.01/04.001.02 de 29/08/2007; Ofício da CMB n.º 5400 de 12/06/2007; Ofício da Estradas de Portugal, com a referência 000989/GPA 090.1.01/04.001.02 de 22/05/2007; Avaliação do Parque de Máquinas e materiais de Bragança; quatro Mapas; página nove do Projecto de prolongamento da Av. Sá Carneiro – Estudo de Arranjo Urbano – Memória descritiva; duas fotografias do Parque da JAE; Enquadramento do território da JAE no tecido urbano de Bragança (fotografia); fotografia da saída do túnel junto ao Parque da JAE; fotografia actual da zona verde com potencial construtivo quando do início da obra; Ofício da CMB, n.º 2617 de 20/03/2006 e fotocópia de Certidão da Assembleia Municipal de Bragança, com a deliberação – Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Bragança e o Instituto das Estradas de Portugal(IEP).

-----**Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara faça o favor, tem a palavra.....

----- **Presidente da Câmara** – Trata-se de uma proposta de pedido de obtenção de autorização à Assembleia Municipal para proceder à aquisição, pelo valor que está indicado, de um terreno correspondente ao antigo estaleiro da Junta Autónoma de Estradas, na altura, ainda, salientando que o Município utilizou o espaço com autorização da Junta Autónoma de Estradas mediante um protocolo que foi aprovado na Assembleia Municipal, a dois de Março de dois mil e um, protocolo que previa disponibilização imediata dos terrenos para execução das obras e previa duas possibilidades de pagamento, ou em dinheiro mediante uma avaliação realizada para o efeito desde que obtida a concordância correspondente, ou um pagamento misto. Não foi possível durante estes anos fazer de forma diferente, a Câmara Municipal aceitou o valor da avaliação e aquilo que se propõe é proceder neste momento à regularização e ao pagamento.

----- Deixem-me que vos saliente que não se trata sequer de uma dívida camuflada nas Contas de Gerência. Imaginem se fosse uma dívida camuflada como é que era possível o Executivo estar a pedir autorização à Assembleia Municipal de aquisição para fazer um contrato para submeter a visto do Tribunal de Contas, contrato que tem que ser cabimentado quando é enviado para o Tribunal de Contas e a Câmara satisfazer os compromissos logo que visado, ou seja, trata-se de uma situação normal, a Conta de Gerência da Câmara não omite informação, como é lógico, há regras legais para que os documentos de Prestação de Contas sejam apresentados, a certificação é feita.

----- Portanto o pedido de autorização para regularizar uma situação que será resolvido em dois anos, em vinte e quatro prestações respectivamente. A primeira com vinte por cento mais vinte e três prestações, ou seja, parte da dívida, talvez cinquenta por cento, será paga ainda este ano.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Inscrições para pedidos de esclarecimentos: Luís Pires; José Castro e Guedes de Almeida. Senhor membro da Assembleia, Luís Pires, faça o favor.

----- **Luís Pires** – Aquilo que eu queria questionar era o seguinte: não tem só a ver com este procedimento relativamente a este Parque de Máquinas mas sim alguma recorrência que tem existido por parte de alguns projectos, obras da Câmara Municipal. ??? tem avançado se calhar demasiado rápido enquanto os processos de, vamos-lhe chamar, de legalização, estão a ser feitos com as entidades que são, digamos assim, as donas dos terrenos onde é que são feitos os projectos.

----- A pergunta que eu faço é ao Senhor Presidente da Câmara, o que eu gostava que mais ou menos me esclarecesse é o porquê, por exemplo, relativamente a esta questão acho que é um pouco mais visível o facto de a infra-estrutura estar instalada, estar construído e só agora ao fim não

sei de quanto é que vamos fazer o acerto de contas, digamos assim, mas isso também aconteceu relativamente com o Centro de Saúde de Santa Maria, com um terreno que era do Governo e depois teve que se fazer ali alguma negociação, aconteceu relativamente a alguns terrenos de alguns privados que tanto quanto eu sei, não sei concretamente, mas que me disseram também que há processos que estão a decorrer em tribunais para esclarecer essas questões, portanto porquê este tipo de actuação de nós estarmos com essa celeridade toda e não tentar antes de partirmos para isso, acautelar as coisas, que é assim, quando são entidades do Estado se calhar não é tão grave, agora quando toca a privados se calhar é um bocado complexo porque são pessoas que com o seu direito têm terrenos, querem-lhe dar utilidade, querem realizar capital e depois pode acontecer que isso demore algum tempo, e isso é sempre penoso. Portanto se há algum motivo especial, se são questões legais, o que é que faz com que estas coisas aconteçam.....

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado. Senhor Membro da Assembleia, José Castro, faça o favor. - ..

----- **José Castro** – As perguntas que temos são muito directas e agradecíamos que realmente fossem respondidas também directamente. Em Primeiro lugar porquê esperar oito anos para resolver este problema, portanto quando a primeira notícia que existe é o protocolo de dois mil e um e estamos nós em dois mil e nove e portanto passaram mais de oito anos.

----- Em segundo lugar porque é que depois de em dois mil e seis ter havido aquele acordo e a Câmara ter ficado de pagar em dois anos, estamos em dois mil e nove e tornou a não pagar? E o porquê esperar até dois mil e nove para finalmente nos concederem os pagamentos fraccionados para podermos saldar esta dívida

----- Acresce ainda a pergunta, um caso semelhante, relativamente à Central de Camionagem, para quando essa mesma resolução, da qual também tivemos apenas noticia na última Assembleia Municipal e sobretudo ao qual condicionámos a nossa votação, que mais situações destas existem pelo Concelho inteiro, ou seja, situações em que de repente aparece aqui uma dúvida que não estava paga e que é preciso pagar e tudo, e lá se foi mais meio milhão de contos, afinal tínhamos um saldo tão bom e de um momento para o outro, de um ponto para o outro da ordem de trabalhos lá se vão os louros que tantos elogios aqui receberam da bancada aqui do PSD!.....

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia, Guedes de Almeida, para um pedido de esclarecimentos.

----- **Guedes de Almeida** – As questões são as seguintes e são objectivas: Portanto iniciou-se este protocolo no dia dois de Março de dois mil e um, que foi aprovado pela Assembleia Municipal, só volta a haver correspondência, pelo menos aquela que é junta a esta proposta, a última que está aqui, de doze de Março de dois mil e nove, recente, mais de oito anos já passados, onde aceita efectivamente o Instituto de Estradas de Portugal, quinhentos e vinte e um mil novecentos e oitenta euros.-

----- Depois temos aqui em dois mil e sete um protocolo que seria pago duas vezes.

----- Depois novamente em dois mil e sete, há aqui um lapso de tempo de quase seis anos em que a Câmara fez as obras do Túnel, o terreno não era da Câmara, na altura a Junta Autónoma autoriza, mas autoriza e é importante no protocolo, é isso que ia perguntar ao senhor Presidente. Isto é feito com base num protocolo em que digamos assim, as circunstâncias são as mesmas ou as circunstâncias alteraram? Porque no Protocolo, segundo está aqui, a cláusula sexta diz “ Pelo presente protocolo, o IEP disponibiliza de imediato esta parcela de terreno, autorizando que nela a CMB proceda à realização dos trabalhos de implementação do túnel”. A cláusula sete diz “A Câmara assegurará que da realização destes trabalhos não resultem prejuízos para o desenvolvimento da actividade levada a cabo pela Direcção de Estradas”. Que prejuízos para a Direcção de Estradas? A Direcção de Estradas continua ali, hoje? Ou debandou e não quis saber mais de Bragança?

----- Porque depois há mais, na cláusula nove diz assim “ Neste contexto, fica estabelecido que a contrapartida para o IEP – na altura era a JAE, ou já seria, na altura – pela transmissão de todo o prédio para a CMB, consubstanciar-se-á, preferencialmente, numa permuta por bens imóveis, propriedade da CMB ou que esta venha a adquirir com esse propósito – o propósito era este da Junta Autónoma – tendo como objectivo, por um lado, a necessidade de substituição das actuais instalações...” A Junta autónoma debandou, não tem nenhuma instalação neste momento! Foi mais um Serviço Público que foi embora! Será que a Câmara vai compensar agora esta debandada de Serviços? Estes maus Serviços da Administração Pública? É isto que está em questão. E agora vem pedir - paguem-nos ó menos isso – eu quase dizia – bem podem! – Agora, o interesse público, o interesse da Região, o interesse do Concelho não está salvaguardado Senhor Presidente. É como se dizer – compensar o ladrão, roubem ???? ao dinheiro, que isto é nosso. Eu julgo que aqui é uma questão de bom senso e digamos assim, de responsabilidade e de salvaguarda dos interesses do Concelho de Bragança.....

----- E depois tem mais, na cláusula décima quarta “ O objectivo destas avaliações será o de permitir fixar as contrapartidas a prestar pela CMB, que compensem a perda patrimonial do IEP...” Quer dizer, eu praticamente diria vinte anos, estavam ali as máquinas, estavam ali as reparações dos automóveis, não há lá nada! quer dizer, será que a Câmara não vai exigir? porque A Câmara tinha outros poderes, Senhor Presidente, tinha ou não tinha? Se tivessem lá instalações de obrigar o IEP a manter essas instalações? E ao fim de oito anos que não há lá nada, que foram embora, são eles que alteram as circunstâncias objectivamente, debandam e ainda se lhes vai pagar?

----- Portanto é com base nisto que eu gostaria de efectivamente ser esclarecido.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara, pergunto-lhe se quer responder. Faz favor. -

----- **Presidente da Câmara** – Porquê oito anos? Oito anos porque a Junta Autónoma de Estradas sofreu muitas transformações, como sabem, é seguramente por isso. Nós neste processo tivemos que lidar com mais do que um Presidente da Junta Autónoma de Estradas, Conselho de Administração e agora mais tarde também com o Instituto de Estradas SA. Houve, pelo meio, propostas que fizemos, da parte da Câmara Municipal, uma delas era por exemplo a Câmara aceitar receber dois troços de estrada nacional respectivamente entre Samil e São Pedro e da Ponte Nova do Sabor a Gimonde como contrapartida desta dívida, esta foi a proposta que a Câmara tentou fazer valer. -

----- As Estradas de Portugal neste momento estão num processo de realizar dinheiro a qualquer preço.-

----- Agora esta razão fundamental do atraso? Também houve discordância da nossa parte relativamente ao processo de avaliação e o valor. Isso levou a novas avaliações, novos relatórios, novos pronunciamentos sobre os relatórios e portanto houve um conjunto de justificações que nunca prejudicaram o interesse do Município. O Município não paga mais do que o valor da avaliação. E depois não está a pagar indemnização nenhuma pelo facto de a JAE desarticular um estaleiro. É verdade que nós não queríamos ali o estaleiro, por isso é que negociámos e trouxemos um protocolo à Assembleia Municipal, portanto o Senhor deputado Guedes de Almeida nesse aspecto está verdadeiramente confundido. Nós queríamos sim utilizar aquele espaço do estaleiro para assegurar aquilo que lá está hoje, a saída do túnel e o Jardim, o espaço público. A proposta que fizemos foi de que transferissem o estaleiro para fora da cidade, que não fazia sentido

absolutamente nenhum manter um estaleiro daquela natureza na cidade e manter as construções, barracos, isso não era positivo, urbanisticamente era negativo.

----- Numa primeira fase a Junta Autónoma de Estradas imaginou sim que podia refazer o estaleiro fora e a Câmara iria comprar terreno, assegurar essa transferência. No entanto a Política da Junta autónoma de Estradas mudou, mudou a estrutura, mudou a filosofia de trabalho, de conservação de estradas, hoje contratualizam os serviços fora, essa é que é a realidade.

----- Portanto não se trata aqui de indemnizar o que quer que seja por essa via, a saída, longe disso, trata-se sim é de pagar aquilo que é justamente devido a uma instituição, mais nada.

----- No essencial é isso, quer dizer, a Câmara nas suas Contas não pode omitir dívida nenhuma, nós relativamente àquilo que referiu o Senhor Deputado da CDU, da Central de Camionagem, não é uma situação nova, eu já informei, mais do que uma vez, a Assembleia Municipal de que em noventa e oito herdámos um protocolo que obrigava o Município a pagar as instalações da antiga Estação Ferroviária, protocolo que tivemos que manter até ao montante de oitenta e cinco mil contos, o protocolo globalmente era de duzentos e sessenta mil mais cinco mil, duzentos e sessenta e cinco mil e terminado esse pagamento correspondia a pagar os transportes de substituição às composições da CP, neste caso era um privado, não pagar os transportes de substituição significava deixar os cidadãos nas paragens e nós assumimos esse protocolo, mas a partir daí dissemos à Administração – a partir de agora nós não pagamos mais nada - entendíamos sim é que em vez de estarem a receber deviam estar a indemnizar a Região pelo mau serviço ao abandonarem o serviço de transporte ferroviário para o interior norte do País, e nós ainda não fizemos esse reconhecimento dessa dívida.

----- Se um dia essa discussão tiver que ser colocada a nossa posição continuará a ser a mesma. É verdade que há um protocolo assinado em noventa e sete, mas há um protocolo que nós colocámos em causa a partir do momento em que essa situação não trazia prejuízo para os cidadãos do Município.

----- Portanto o Município nas Contas não omite dívidas, não tem surpresas como o Senhor Deputado imagina. A estrutura das Contas e da gestão do Município é uma estrutura profissional, é uma estrutura transparente e inspeccionada mais do que qualquer outra instituição. Portanto Senhor Deputado não venha aqui criar situações de suspeição sobre o que quer que seja porque eu pessoalmente não lhe aceito isso, nem lhe tolero isso, sequer, para ser claro.

----- **Presidente da Mesa** – Vamos registar inscrições para intervenções. Senhor Membro da Assembleia Guedes de Almeida faça o favor.

----- **Guedes de Almeida** – Boa tarde a todos. Este é o ponto efectivamente que eu, pelo menos, tenho a noção perfeita que não se podem camuflar contas, o que pode haver é estratégias de mais cedo ou mais tarde, consoante a oportunidade, poderem ser apresentadas e têm que ser apresentadas. Eu julgo que aqui estaremos perante uma estratégia de apresentar umas contas que efectivamente poderá ser conjugado com aquele saldo positivo da Conta de Gerência do ano passado. Mas também o aspecto das Contas a mim não me diz nada, quer dizer, sé é, paga-se, o que não podemos ser é, como se diz, “lorpas”, e nós estamos aqui perante uma instituição dependente do poder central, hoje chamam-lhe Estradas de Portugal, aquilo foi sempre conhecido pela JAE (Junta Autónoma de Estradas). E quem foi criado ou nasceu em Bragança sabe bem que a JAE tinha aqui uma implantação bastante forte, bastante implantada, tinha quadros de pessoal até técnicos de quadros superiores. E o que temos hoje? Não temos precisamente nada, da JAE nada. Segundo houve até uma demissão, ou uma substituição do Director Distrital, Engenheiro Cordeiro Fernandes, de uma forma estranha a maneira como é tratado, talvez por ser transmontano. Já se fala na venda do edifício, que é um edifício novo, junto à Câmara, isto é um espólio da Região e tem sido um espólio subsequente desde o 25 de Abril de setenta e quatro e que tem neste momento a região como aquela que está na cauda da Europa, e perante a passividade de todos os políticos que têm tido responsabilidades directas em representação no que se diz ser a representação da população deste Distrito. E chegamos neste momento a um ponto em que a crise não aconteceu porque aconteceu no resto do País e aconteceu no resto do mundo. Aconteceu porque quem o representou e quem o representa ter sempre uma política de chapéu na mão e de subserviência perante o Terreiro do Paço.

----- Este é um ponto, calhou ser discutido hoje, que é um desses exemplos. Poderá ser também, por exemplo, do Comboio, as linhas ferroviárias para além de, por exemplo, ser a única de Trás-os-Montes, como Província administrativa ser a única que não consta do Plano Ferroviário Nacional, onde se discutem TjVs, não consta do Plano Ferroviário Nacional, é bom que se repita, vem nos mapas que estão nos comboios, chega ali à Régua não há mais nada, isto é um deserto, foram liquidadas todas as linhas. Ainda estamos em discussão com a linha do Tua, está meio morta de um lado e está morta no outro, quer dizer daqui a Mirandela está morta, dizem desactivada mas não há carris. Já aproveitam linhas para Ciclovias e ainda nem o Governo nem a REFER teve a coragem de dizer “acabou, não há linha do Tua nem há linha do Corvo”. Aliás temos agora o exemplo de Vila Real onde mais uma vez suspendem mas aquilo é para acabar. ??? até podiam acabar, embora haja

digamos assim, valores históricos para esta Região que poderiam ser mais valias para que as pessoas não debandassem daqui, para que houvesse riqueza aqui, para que houvesse pontos de atracção aqui, que seria, por exemplo, a manutenção da Linha do Tua pelo menos de Mirandela até ao Tua. Este é um ponto.

----- Depois do encerramento destas linhas ferroviárias foram pelo menos três mil postos de trabalho, com todos os seus tentáculos nas várias aldeias, nas várias freguesias, que desapareceram, portanto diminuíram o poder económico. Com a desactivação da linha do comboio há um protocolo também com a CP, acho que a CP faz uma doação à Junta de Freguesia da Sé, da Estação e da Casa do Chefe, pelos vistos aquilo foi desvirtuado, isto é uma questão que convém esclarecer, se há uma doação para aquele fim ou é para serviço central de camionagem? Esta também é uma questão porque efectivamente Bragança e o Concelho de Bragança sentem-se lesados com a extinção da linha ferroviária e ainda por cima há uma compensação à CP, isto é, depois de um espectáculo, de um golpe e??? em que levam os comboios de noite em camionetas, ainda se paga à CP por terem deixado isto sem qualquer contrapartidas e quando há transmontanos que morrem na abertura da linha até Bragança.....

----- Este é um caso concreto, a Junta Autónoma efectivamente, há um protocolo, os protocolos são para salvaguardar, não é uma questão, é de pagar o património mas segundo consta do protocolo, a vontade expressa pelo Instituto de Estradas de Portugal não era para vender o património, não estava à venda, era manter-se em Bragança, portanto não estamos aqui a pagar património nenhum, eles continuam aqui a prestar serviços, agora pergunta-se – qual a contrapartida social para Bragança por terem saído daqui os quadros dos engenheiros, dos capatazes, os doutoristas? E agora até querem vender o património!.....

----- A Câmara vai silenciosamente ainda pagar-lhes? Não há uma alteração das circunstâncias do protocolo? ??? vocês agora não levam nada, vocês queriam ficar cá e vocês até querem vender. Agora estar voluntariamente – sim senhor, vamos-lhe pagar – julgo que no aspecto político, não estou a falar em boas contas, que não é correcto e nós em política devemos essencialmente defender até à última os interesses do Município. E com este acerto de contas com o Instituto de Estradas de Portugal sem ser interpelado, primeiro: porque não há aqui nenhuma interpelação, não consta dos documentos que a Câmara tivesse sequer questionado sobre isto – meus amigos consta aqui no nono que vocês preferiam até era que outorgassem para outras instalações. Não consta nada. A intenção manifesta é que vocês ficavam cá. Não estão cá! Se passaram estes anos hoje

alteraram-se, hoje vamos ter que acertar o preço ou não levam nada, se já têm que nos pagar, é isso que não consta. Eu julgo que perante uma alteração de circunstâncias do protocolo estar a adiantar voluntariamente o pagamento desta importância é lesar os interesses do Município e sem prejudicar em nada as boas contas que o Município de Bragança deve manter perante os seus credores e os seus munícipes. Era isso.....

----- **Presidente da Mesa** – Não havendo mais inscrições para intervenções vamos votar esta proposta da Câmara. Portanto o que está em causa é que tendo em conta o valor que ascende a quinhentos e vinte e um mil, novecentos e oitenta euros para aquisição dum terreno, é submetida esta deliberação à Assembleia Municipal sendo que a Câmara se propõe pagar este montante numa primeira prestação de vinte por cento e o restante em vinte e três prestações mensais no valor de dezoito mil cento e cinquenta e cinco euros e oitenta e três centímos, cada. Portanto a Assembleia delibera é se autoriza ou não a Câmara a fazer esta operação nestas condições.....

..... **Após análise e discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, um voto contra, onze abstenções e sessenta e três votos a favor, estando momentaneamente setenta e cinco membros presentes.....**

..... **Declarações de voto?**

.....Senhor Membro da Assembleia, José Castro, tem a palavra, faz favor.....

..... **José Castro** – Dizer que o sentido de voto da CDU foi no sentido precisamente da insatisfação perante as respostas que nos foram dadas relativamente à panóplia de casos de impagamentos que têm surgido e que não temos qualquer confiança que vão deixar de existir no futuro e deixar claro que com isso não queremos dizer que não consideremos que o Município seja uma pessoa de bem, consideramos que o Município é uma pessoa de bem, como tal deve saldar as suas dívidas, o que está aqui em causa é saber que dívidas e que realmente dentro do seu contexto avaliar duma maneira global essas mesmas dívidas. Porque tal como foi exposto aqui também, por um membro da Bancada do PSD não podemos estar agora a dizer que não pagamos a um Instituto que é do Estado e que faz políticas do Estado, faz a política que o Governo quer sobretudo quando o PSD também teve, e graves responsabilidades, nomeadamente no encerramento das linhas de Caminho de Ferro e de outras coisas. Portanto há aí uma incongruência muito grande e não é precisamente por, por um lado, há vinte anos sancionar o fecho das linhas ferroviárias e agora dizer – não, foram-se embora, já não pagamos nada – onde é que está a coerência dessa situação?.....

.....**Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Senhor Membro da Assembleia Guedes de Almeida.
Prescinde? Muito obrigado.
.....Vamos então passar ao próximo ponto da ordem de trabalhos

PONTO 4.4.3 – CORRECÇÕES DOS ARTIGOS 9.º E 16.º DA TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS;

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

CERTIDÃO

----- MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do
Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

----- Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e três de Março do ano de dois mil e nove, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

**“REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS / 2009 -
DECLARAÇÃO DE RECTIFICAÇÃO**

Pela Directora do Departamento Sócio Cultural foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, para todos os efeitos legais.

“O Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais / 2009”, enviada para aprovação da Assembleia Municipal, em sessão de 9 de Fevereiro, no que concerne às taxas do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, continha as seguintes inexactidões, que assim se rectificam.

1 – No artigo 9.º “Piscina Municipal”, onde se lê «c.2) – Jovens menores de 15 anos – adaptação ao meio aquático, aprendizagem, reabilitação, aperfeiçoamento, competição e natação para bebés 17,95€» deve ler-se «c.2) – Jovens menores de 15 anos – adaptação ao meio aquático, aprendizagem, reabilitação, aperfeiçoamento, competição e natação para bebés 14,29€».

2 – No artigo 16.º «Centro de Arte Contemporânea», onde se lê «a) – Por pessoa, incluindo crianças a partir dos 10 anos de idade 3,86€» deve ler-se «a) – Por pessoa, incluindo crianças a partir dos 10 anos de idade 2,00€».

3 – No artigo 16.º «Centro de Arte Contemporânea», onde se lê «b) – Grupos organizados, com um mínimo de 10 pessoas (escolas e outros), desconto de 50% sobre a taxa de visita devida 5,55 €» deve ler-se «b) – Grupos organizados, com um mínimo de 10 pessoas (escolas e outros), desconto de 50% sobre a taxa de visita devida 1,00 €».

Como, da natureza dos reajustamentos acima, não resulta para os interessados a imposição de deveres sujeições ou encargos mais gravosos, entende-se dispensar as referidas taxas de novo período de discussão pública.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta agora apresentada pelo Departamento Sócio Cultural, considerando que a mesma se encontra suficientemente fundamentada e integra-la no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Bragança, ficando um exemplar arquivado em pasta anexa ao livro de actas e cujo teor se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais.

Mais foi deliberado por unanimidade, submeter a presente proposta à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e para os efeitos das alíneas e) e h) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e em cumprimento do estabelecido no n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro”.

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 23 de Março de 2009.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

-----**Presidente da Mesa** – Eu perguntava ao Senhor Presidente da Câmara se esta é matéria de exposição. Não é matéria de exposição, por isso é que eu perguntei nestes termos. De facto tratou-se de um lapso do documento que foi emitido inicialmente e esta certidão só corrige esse documento, aliás segundo verifiquei tudo, no sentido da descida dessas taxas. Perguntava se há inscrições para pedidos de esclarecimentos? Não sendo esse o caso, inscrições para intervenções? Há o Senhor Membro da Assembleia Luís Costa que quer intervir sobre esta matéria.

----- **Luís Costa** – Foi aqui reiteradamente dito que foi um lapso, ficámos sem saber que tipo de lapso foi, se foi gralha, se foi erro, se foi erro do pensador, mas em princípio estamos de acordo com a descida das taxas e propúnhamos se fosse possível, porque é que não se viu, por exemplo, a exemplo do que se faz noutros museus do País, por exemplo, pôr-se taxas grátis para grupos das escolas, ou taxas perfeitamente simbólicas para grupos escolares e por exemplo preço zero no centro de Arte Contemporânea e para grupos acima de um certo número. Acho que isso levaria ainda a um aumento muito maior da ocorrência de pessoas ao Centro de Arte Contemporânea e às Piscinas, e trazendo isso também um propagandear desses Museus e desse Centro de Arte e pensamos nós que seria muito útil para a nossa Cidade e para a Região.

----- **Presidente da Câmara** – Só para elucidar eu mencionei que efectivamente se traria de um lapso porque a própria certidão que o senhor Membro da Assembleia tem em seu poder diz expressamente que o Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais/2009 enviada para aprovação da Assembleia Municipal, em sessão de 9 de Fevereiro, no que concerne às taxas do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, continha as seguintes inexactidões, que assim se rectificam. É por isto que eu disse que tinha sido um lapso, o Senhor Membro da Assembleia tem essa certidão portanto pode-se inteirar de que é assim.

----- **P.M.A** - O Senhor Presidente da Câmara quer dar alguma informação relativamente à questão que foi posta - porque é que não se aproveita para alterar transformando em grátis algumas entradas nomeadamente para grupos – pergunto-lhe se não quer intervir.

----- **Presidente da Câmara** – Na certidão quando diz “ alterar para desconto de cinquenta por cento sobre a taxa de visita devida 1,00 €, deve ler-se 1€ por pessoa. Falta esta notazinha.

----- Há muitos jovens que têm acesso aos equipamentos culturais e desportivos do Município, nomeadamente os culturais: Centro de Arte Contemporânea, Centro de Ciência Viva, Museu Ibérico da Máscara e do Traje, com isenção, sem pagamento. A tabela de taxas e Licenças permite, depois de aprovada pela Assembleia Municipal, que a Câmara tome decisões de isenção total ou parcial ou que delegue no seu Presidente essa situação. No caso concreto o Executivo delegou no Presidente da Câmara que perante algumas situações de grupos de alunos carenciados de Instituições de Solidariedade Social, em princípio todas as

visitas são feitas com isenção. O resto dos grupos têm desconto de cinquenta por cento. Entendemos que é uma questão de princípio, é preciso incentivar e fomentar uma cultura de responsabilidade nesse âmbito. O pagamento é acessível nos de cinquenta por cento de desconto, com facilidade os jovens e seus professores também gastam muito mais do que isso quando saem e vão a um equipamento cultural, no primeiro café, é uma questão de responsabilidade, de filosofia para as coisas.

-----Sendo verdade, como referi, que o Executivo delegou no Presidente da Câmara autorização para isentar todos os grupos de alunos carenciados bastando para o efeito que a escola diga que os alunos são carenciados, ou de Instituições de Solidariedade Social.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Vamos então votar esta proposta de alteração do regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.....

----- **Após análise e discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente setenta e cinco membros presentes.....**

----- **Presidente da Mesa** – Pergunto se há declarações de voto? Faça o favor Senhor Membro da Assembleia Luís Pires.

----- **Luís Pires** – Estávamos presentes com uma proposta de correcção, portanto introdução de uma legalidade, concretizar um texto que não estava correcto e de forma alguma se falou em estabelecer taxas, definir valores, definir preços. Portanto o nosso voto a favor vai na reposição da legalidade de um documento que não estava em conformidade e não tem nada a ver com taxas, portanto daí o nosso sentido a favor.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. O próximo ponto é o

PONTO 4.4.4 – CEDÊNCIA DO DIREITO DE SUPERFÍCIE, SOBRE UM PRÉDIO RÚSTICO, SITO NA QUINTA DE VALE DE PRADOS, FREGUESIA DE SANTA MARIA, DESTINADO À CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA;.....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dez de Fevereiro do ano de dois mil e nove, devidamente aprovada e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dra. Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dra. Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dra. Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PROPOSTA DE CEDÊNCIA DO DIREITO DE SUPERFÍCIE, SOBRE UM PRÉDIO RÚSTICO, SITO NA QUINTA DE VALE DE PRADOS, FREGUESIA DE SANTA MARIA, DESTINADO À CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta:

Considerando que:

Em Reunião Ordinária desta Câmara Municipal realizada em 22 de Outubro de 2007, foi deliberado que esta Autarquia exercesse o direito de preferência sobre um prédio rústico, sito na Quinta da Trajinha, caso os titulares pretendessem alienar a particulares;

Em Reunião de 12 de Maio de 2008, foi deliberado, adquirir o referido prédio rústico para aí desenvolver um projecto para construção de um Centro de Inovação, Integrado no Parque de Ciência e Tecnologia, com uma área de 33.074,40 m², sito na Quinta de Vale de Prados, Freguesia de Santa Maria, inscrito na matriz predial sob o artigo 471 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Bragança com o n.º 178/270387, com a configuração e localização indicada na planta topográfica anexa ao respectivo processo, pelo valor de 463 041,60€ (quatrocentos e sessenta e três mil, quarenta e um euros e sessenta cêntimos), aprovado em Sessão da Assembleia Municipal realizada em 30 de Junho de 2008;

A avaliação do terreno efectuada pelo Departamento de Obras e Urbanismo deste Município, de acordo com os critérios do Serviço de Finanças e tendo em conta uma estimativa da sua capacidade construtiva face ao previsto na proposta do Plano de Urbanização da Cidade de Bragança, resultou no valor de 477 354,00€ (quatrocentos e setenta e sete mil, trezentos e cinquenta e quatro euros);

A referida aquisição obteve Visto Prévio do Tribunal de Contas em, 18 de Setembro de 2008;

Considerando que, a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark, formalmente constituída através da escritura pública celebrada em, 29 de Outubro de 2008 é composta pelos Municípios de Bragança e Vila Real, Instituto Politécnico de Bragança, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto – Portus Park;

Considerando ainda que, a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark tem por objecto a promoção, lançamento e gestão do Brigantia Ecopark – Parque de Ciência e Tecnologia, que visa contribuir para o desenvolvimento económico da região em que se insere, através de instalação de empresas de base tecnológica, centros de investigação e do ensino superior, e que a mesma visa a cooperação entre os seus associados para a prossecução do seu objecto social.

Assim, pelo Sr. Presidente, foi proposto, para deliberação da Exma. Câmara Municipal, a cedência de Direito de Superfície, sobre o prédio rústico a seguir identificado, à Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark.

Mais propôs, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, solicitar autorização à Assembleia Municipal, para efeitos da alínea i) do n.º 2 do artigo 53.º do citado diploma.

Assim entre:

O **Município de Bragança**, com sede social no Forte S. João de Deus, em Bragança, pessoa colectiva de direito público número 506 215 547, legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Eng.º António Jorge Nunes;

E a **Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark**, com sede social no Forte S. João de Deus, em Bragança, adiante designada de superficiária, pessoa colectiva 508 767 229, constituída pelos seguintes associados: Municípios de Bragança e Vila Real, Instituto Politécnico de Bragança, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto – Portus Park, aqui representada pelo Vice-Presidente da Direcção da Associação, Prof. Doutor João Alberto Sobrinho Teixeira.

O Município de Bragança cede à Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark o Direito de Superfície sobre um prédio rústico, assim identificado:

Prédio rústico, composto de terra de cultura, vinha, 14 amendoeiras e 28 oliveiras, sito na Quinta do Vale Prado, Trajinha, Freguesia de Santa Maria, com a área de cerca de 33.074,40 m², a confrontar de Norte com IP-4, Sul e Poente com Albergue Distrital e Nascente com Alfredo Augusto Carvalho, inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo 471 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Bragança com o n.º 178/270387, com a configuração e localização que se alcança da planta topográfica anexa ao respectivo processo.

Esta cedência do Direito de Superfície obedece aos termos e condições seguintes:

Primeiro

A cedência será a título gratuito.

Segundo

a) O prazo da cedência é de 50 (cinquenta) anos inteiros e consecutivos, a contar da data da escritura a realizar;

b) O prazo poderá ser prorrogado pelos períodos que forem convencionados, salvo nos casos em que a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark (adiante designado de superficiária) expressamente renuncie à prorrogação;

c) Na falta de convenção sobre o período de prorrogação, entende-se que ela se opera por um período igual a metade do prazo inicial, salvo nos casos em que a Autarquia, findo o prazo, necessitar do terreno para obras de renovação urbana ou outro fim de interesse público.

Terceiro

O objecto deste direito consiste exclusivamente na seguinte construção:

a) Construção do Parque de Ciência e Tecnologia;

b) A referida construção não poderá ser dado destino diferente do aqui previsto;

c) A superficiária obriga-se, ainda, a manter o terreno, bem como a obra, em perfeito estado de conservação, segurança, limpeza e salubridade, cabendo-lhe executar, por sua conta e risco, todas as reparações necessárias nas construções e instalações objecto do Direito de Superfície;

d) A superficiária obriga-se, também, a consentir a fiscalização do cumprimento de obrigações legais e contratuais, pela Câmara Municipal de Bragança, permitindo aos agentes desta, o acesso à construção e instalações depois de devidamente notificado para o efeito;

e) À superficiária é proibida a alienação do Direito de Superfície.

Quarto

A construção, podendo ser faseada, deverá iniciar-se no prazo de 2 (dois) anos, a contar da data da autorização da Assembleia Municipal.

Quinto

O terminus do prazo de cedência, ou o incumprimento de qualquer das cláusulas por parte do superficiário, ou ainda a extinção/dissolução deste, implica a imediata reversão, para este Município do Direito de Superfície, bem como toda a construção e benfeitorias realizadas, sem que a superficiária tenha direito a qualquer indemnização.

Sexto

A superficiária pode resolver este contrato nos casos e termos gerais do direito.

Sétimo

Os eventuais conflitos que possam surgir entre as partes em matéria de aplicação, interpretação ou integração das regras por que se rege o presente contrato, serão dirimidos pelo foro da Comarca de Bragança, com exclusão de qualquer outro.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de cedência do Direito de Superfície, sobre o prédio rústico acima identificado.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter a referida proposta à autorização da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e para efeitos da alínea i) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 23 de Março de 2009.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – Planta de localização

----- **Presidente da Mesa** – Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se quer apresentar o ponto ou se chega o que está na certidão. O que está na certidão chega. Inscrições para pedidos de esclarecimentos sobre esta matéria? Não sendo esse o caso, inscrições para intervenções sobre esta matéria?. Não é o caso, vamos votar.....

----- **Após análise e discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com três votos contra, onze abstenções e sessenta e um votos a favor, estando momentaneamente setenta e cinco membros presentes.....**

----- **Presidente da Mesa - Inscrições para declarações de voto?** Senhor Membro da Assembleia ,José Castro, tem à sua disposição o púlpito para fazer a sua declaração de voto.

----- **José Castro** – Muito obrigado senhor Presidente. Em coerência com a posição que a CDU tomou quando foi da aprovação aqui nesta Assembleia, da constituição da Brigantia Ecopark , mantemos que de facto esta é a forma ardilosa como a Portus Park consegue vir a Trás-os-Montes buscar mais uma vez as hipotéticas discriminações positivas que o Investimento e Ciência e Tecnologia pode ter para regiões primitivas e que de facto apenas vem prejudicar todo o investimento que cada vez é mais necessário nas estruturas existentes, nomeadamente no Instituto Politécnico de Bragança que assim se realmente reparte por outras instituições que naturalmente não tinham porque estar a receber subvenções que eram única e simplesmente devidas ao Distrito e ao Concelho, neste caso de Bragança.....

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia Guedes de Almeida, tem a palavra.

----- **Guedes de Almeida** – O voto contra vai no sentido de que já estive contra a criação desta associação, consideramos que vai fraccionar uma coesão que devia existir ao nível distrital, dos doze concelhos, que tem aqui uma aliança tácita com Vila Real que em nada nos vai beneficiar, como já se verifica hoje, ainda mais com o Porto e depois consideramos que o protocolo ou pelo menos a proposta do protocolo que é totalmente lesiva em termos das expectativas do Concelho de Bragança.....

.....Começaremos pelo artigo quarto –“ A construção, podendo ser faseada, deverá iniciar-se no prazo de dois anos, a contar da data da autorização da Assembleia Municipal” – a partir de hoje, mas não diz – “sobre pena de”.....

.....Sexto – “ A superficiária pode resolver este contrato nos casos e termos gerais do direito “- a superficiária, quer dizer eles podem não diz se nós podemos, nós Concelho de Bragança. É sobretudo relativamente a estas dúvidas que eu voto contra.....

.....**Presidente da Mesa** – Vamos passar ao

PONTO 4.4.5 -EXTINÇÃO DA COMUNIDADE URBANA DE TRÁS-OS-MONTES E PARTILHA DO PATRIMÓNIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 39.º DA LEI N.º 45/2008, DE 27 DE AGOSTO.....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dez de Fevereiro do ano de dois mil e nove, devidamente aprovada e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dra. Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dra. Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dra. Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“EXTINÇÃO DA COMUNIDADE URBANA DE TRÁS-OS-MONTES E PARTILHA DO PATRIMÓNIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 39.º DA LEI N.º 45/2008, DE 27 DE AGOSTO

Pelo Sr. Vice Presidente foi apresentada a seguinte proposta:

Considerando que ao abrigo do disposto na Lei n.º 10/2003, de 13 de Maio, 16 municípios de: Alfândega da Fé, Boticas, Bragança, Chaves, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Flor, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso e Vinhais, constituíram, por escritura pública de 9 de Junho de 2004, publicada no Diário da República n.º 180, III série, de 2 de Agosto de 2004, uma associação pública denominada “Comunidade Urbana de Trás-os-Montes”;

Considerando que, a Comunidade Urbana de Trás-os-Montes não instalou os seus órgãos, sendo gerida, até à presente data, pela Comissão Instaladora, uma vez que tendo esta elaborado e aprovado o Regulamento Eleitoral para a Assembleia da Comunidade Urbana e marcado como data da sua eleição o dia 17 de Dezembro de 2004, foi intentada providência cautelar pelo Magistrado do

Ministério Público junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, de suspensão da eficácia de normas e suspensão da eficácia de acto administrativo, com o seu decretamento provisório, prévia à instauração da acção principal, contra a Comissão Instaladora da ComUrb e contra os contra-interessados Municípios de Alfândega da Fé, Boticas, Bragança, Chaves, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Flor, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso e Vinhais;

Considerando que, o novo regime jurídico do associativismo municipal, Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, prevê que estas associações correspondam a unidades territoriais definidas com base nas NUTS III;

Considerando que, a NUT III Alto Trás-os-Montes tem 15 municípios, menos 1 que a Comunidade Urbana de Trás-os-Montes, que já aprovaram nas assembleias municipais a sua integração na Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes CIM- TM e os respectivos estatutos;

Considerando que, o Município de Freixo de Espada à Cinta integra a NUT III - Douro e, consequentemente, a já criada CIM-Douro;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar:

1. A extinção da Comunidade Urbana de Trás-os-Montes, na forma de dissolução e liquidação simultâneas, com partilha imediata do património;
2. A repartição do património da ComUrbTM, no valor de 398.746 euros, nos termos do mapa anexo ao respectivo processo;
3. Submeter os pontos 1 e 2 à aprovação da Assembleia Municipal.

Propõe-se ainda que, a Câmara Municipal, integrante da CIM-TM, delibere aprovar:

4. Que o valor referente ao Município seja transferido para a CIM-TM, como crédito das futuras participações do município.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar, conforme proposta apresentada pelo Sr. Vice-Presidente.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter à autorização da Assembleia Municipal, os ponto 1 e 2 da proposta apresentada, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e para efeitos da alínea m) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”.

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 23 de Março de 2009.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – MAPA – Apuramento de valores a distribuir por cada Município em consequência do processo de liquidação da Comunidade de Trás-os-Montes

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara, quer apresentar ou chega o que está na certidão? Chega. Nomeadamente complementado com uma folha que foi distribuída a dizer qual é a parcela que calha a Bragança, do saldo do Património, que de facto não fazia parte da certidão, mas como essa folha foi distribuída a toda a gente, toda a gente está informada.

----- Inscrições para pedidos de esclarecimentos sobre esta matéria? Não é o caso. Inscrições de intervenções sobre esta matéria? O senhor Membro da Assembleia, José Castro, tem a palavra.....

----- **José Castro** - Acredito que de facto perante esta extinção o Executivo e os seus responsáveis estejam sem palavras. O Executivo Municipal apresenta-nos hoje uma proposta de extinção da Comunidade Urbana de Trás-os-Montes, aquilo a que se pode chamar o funeral desta Comunidade Urbana merece, da nossa parte, o seguinte comentário:

----- Em primeiro lugar é oportuno lembrar que quem criou as Comunidades Urbanas como forma de combater a regionalização foi o Governo, estamos lembrados, do PSD Durão Barroso através do seu Secretário de Estado, ????, que ficou famoso;.....

----- Em segundo lugar não é menos oportuno recordar que a constituição desta Comunidade Urbana de Trás-os-Montes pretendia ser criada à revelia da legalidade democrática, e isso realmente determinou o seu fim. Efectivamente foram os eleitos da CDU nesta Assembleia Municipal de Bragança que intercederam junto do Senhor Procurador do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela denunciando a ilegalidade que se estava a praticar designadamente quanto ao seu regulamento eleitoral.

----- Na altura, o Presidente da Comunidade Urbana em exercício, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, eleito pelo PSD, fez declarações à Comunicação Social afirmando que os eleitos da CDU não tinham razão e que contra a vontade do PCP a Comunidade Urbana de Trás-os-Montes seria uma realidade. Acabou por nem sequer existir! A vida veio provar o contrário e o Senhor Procurador do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela deu inteira razão à CDU e ao PCP declarando a suspensão da eficácia de normas do Regulamento eleitoral e a suspensão do acto eleitoral que teve lugar.

----- Estas foram algumas das razões de insucesso da dita Comunidade Urbana que a bem dizer nem sequer chegou a nascer.

----- É importante assinalar que infelizmente nenhum outro autarca se demarcou da golpada eleitoral que nessa altura se pretendia praticar incluindo o Presidente da Câmara Municipal de Bragança. No momento em que se pretende extinguir a Comunidade Urbana de Trás-os-Montes,

Comunidade que na prática não chegou a existir, resta-nos pois, humildemente registar que mais uma vez a CDU e o PCP estavam com a posição correcta e à altura de defender os interesses da região.

----- Portanto relativamente à sua extinção só podemos proceder ao óbvio ou seja extingui-la. No que se refere à proposta de transferir as verbas para a Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, o valor total de 42 366, 89€ (quarenta e dois mil trezentos e sessenta e seis euros e oitenta e nove cêntimos) só nos resta realmente cumprir o articulado da Lei 45/2007, nos seus artigos 38.º e 39.º -transferência de património. Tenho dito.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Vamos então votar.

----- O que é submetido, nos termos da certidão que tenho em meu poder, à deliberação da Assembleia Municipal é: Ponto um - a extinção da Comunidade Urbana de Trás-os-Montes na forma de dissolução e liquidação simultâneas, com partilha imediata do património, e ponto dois – A repartição do património da ComUrbTM, no valor de 398.746 euros, nos termos do mapa anexo ao respectivo processo, que já foi distribuído.

----- **Após análise e discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente setenta e cinco membros presentes.....**

----- **Presidente da Mesa** – Declarações de voto? Não havendo declarações de voto passamos ao último ponto de deliberação que é o

PONTO 4.4.6 – CEDÊNCIA DE UMA FRACÇÃO INDEPENDENTE DE PRÉDIO EM REGIME DE PROPRIEDADE HORIZONTAL, DESIGNADA PELA LETRA “A”, SITA NA RUA ABÍLIO BEÇA, N.º 92, 1.º ANDAR, EM BRAGANÇA, À ACISB – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DE BRAGANÇA.....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e três de Março do ano de dois mil e nove, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs.,

Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dra. Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dra. Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dra. Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“CEDÊNCIA DE UMA FRACÇÃO INDEPENDENTE DE PRÉDIO EM REGIME DE PROPRIEDADE HORIZONTAL, DESIGNADA PELA LETRA ‘A’, SITA NA RUA ABÍLIO BEÇA, N.º 92, 1.º ANDAR, EM BRAGANÇA, À ACISB – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DE BRAGANÇA:

Pelo Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira, foi presente a seguinte informação:

- Nota Justificativa -

Com o apoio da Câmara Municipal de Bragança que cedeu o antigo edifício dos Bombeiros Voluntários de Bragança e com a parceria estabelecida entre a Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança e a Região de Turismo do Nordeste Transmontano, foi iniciado no ano de 2004 a construção das Sedes para as referidas entidades.

O Município de Bragança celebrou com a ACISB em 12.01.2004 um Contrato de Comodato, cujo objecto foi a cedência das instalações para a respectiva Sede, pelo prazo de 50 anos.

No âmbito do Protocolo de Colaboração celebrado entre este Município e a ACISB, em 18 de Maio de 2004, a Câmara Municipal de Bragança assumiu apoiar a construção da Sede da ACISB no montante de 150.000,00€, conforme pagamento já efectuado.

Todos os projectos de arquitectura e especialidades foram elaborados pelos Serviços Técnicos do Município de Bragança.

A ACISB apresentou uma candidatura ao PRIME num total de investimento elegível de 308.380,30€, e uma comparticipação de 50% do valor elegível no montante de 154.190,15€.

No âmbito do projecto de recuperação do Edifício, a Direcção da ACISB suportou a despesa de 64.759,86€, relativo ao IVA à taxa de 21% não elegível e sem direito ao seu reembolso, comportou ainda o valor de 4.190,15€ do total de investimento, resultando assim um valor total suportado pela ACISB de 68.950,01€.

Desde 1995, que a Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança, tem vindo a elaborar candidaturas a programas comunitários, tendo por objectivo ajudar os associados a modernizarem as suas estruturas e equipamentos, comerciais (cfr. estatutos), possuindo, neste momento, um total de 624 associados, predominando o comércio retalhista.

A ACISB é uma associação sem fins lucrativos, reconhecida como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, por Despacho Publico no Diário da República, II Série, n.º 1, de 2 de Janeiro de 2001.

A ACISB já se encontra a funcionar nas novas instalações, sitas na Rua Abílio Beça, n.º 92, 1.º andar, nesta Cidade, dispondo assim de melhores condições para prestar um melhor serviço aos seus associados.

Considerando que, se trata de fracção independente de prédio em regime de propriedade horizontal, afecta ao domínio privado do Município de Bragança;

Considerando que, o valor da fracção é de 339.640,00€, conforme avaliação realizada pelos Serviços do Município, segundo os critérios do Serviço de Finanças;

Considerando que, a Câmara Municipal de Bragança, vem prossequindo uma política de apoio às colectividades e instituições particulares, públicas e cooperativas que, na área do Município, vêm desenvolvendo actividades e objectivos tendentes à promoção de actividades de carácter científico, cultural e social, ou seja, actividades de reconhecido interesse público;

Considerando que a ACISB solicitou, por escrito, em 05 de Fevereiro último, através do ofício n.º 33/2009, a cedência definitiva das instalações, em substituição do Contrato de Comodato, com vista a “encontrar uma situação financeira estável, que permita à Instituição o desenvolvimento cabal do seu objecto social” e que “tal solução passará por um crédito de longo prazo a contrair numa Instituição Financeira, o que, obriga à apresentação de garantias reais”;

Considerando que é interesse local apoiar os comerciantes através da sua Associação, propõe-se à Exma. Câmara que, a fracção independente em apreço seja entregue à ACISB, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através da celebração de um Contrato de Doação, entre o Município de Bragança e a referida Associação, nas seguintes condições:

Primeiro:

Município de Bragança, Pessoa Colectiva de Direito Público n.º 506 215 547, com sede no Forte S. João de Deus, em Bragança, representado pelo Sr. Eng.º António Jorge Nunes, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Bragança, conforme poderes que lhe foram conferidos por lei e, **Segundo:**

ACISB – Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança, Pessoa Colectiva de Utilidade Pública n.º 501 136 401, com Sede na Rua Abílio Beça, n.º 92, 1.º andar, em Bragança,

representada pelo Presidente da Direcção, Sr. Eng.º António José Monteiro de Carvalho, com poderes suficientes para o acto.

Pelo presente Contrato o primeiro outorgante, Município de Bragança, entrega ao segundo outorgante uma fracção independente, designado de Fracção A, do edifício do domínio privado do Município de Bragança, destinada a serviços, correspondente ao primeiro andar, composto por corredor, arquivo, biblioteca, duas salas de formação, três gabinetes, instalações sanitárias com cinco divisões e um logradouro com a área de 36,37 m²; duas salas de formação com a área 57,30 m² e um arrumo com a área de 2,31 m² situados no rés-do-chão e uma divisão ampla destinada a arquivo com a área de 42,26 m² situados no sótão lado direito trás, sendo a área da fracção de 414,10 m², sito na Rua Abílio Bessa, n.º 92, 1.º andar, em Bragança, inscrito na matriz predial urbana da Freguesia da Sé, sob artigo número 7419-A e descrito na Conservatória do Registo Predial de Bragança sob o número 3964-A da mesma Freguesia, a favor do Município de Bragança, a que se atribui o valor de trezentos e trinta e nove mil seiscientos e quarenta euros, conforme avaliação realizada segundo os critérios do Serviço de Finanças, para a instalação da Sede da Associação, subordinando-se tal doação nos termos e condições das cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

A referida fracção “A”, destina-se única e exclusivamente à instalação da Sede da ACISB (já aí instalada através de um Contrato de Comodato), afecta a serviços, de forma a esta ter instalações próprias e encontrar uma situação financeira estável que lhe permita o desenvolvimento cabal do seu objecto social, não podendo ser dado destino diferente à referida fracção.

Cláusula Segunda

A referida fracção “A” aqui identificada e todas as benfeitorias nela realizadas, reverterão para o Município de Bragança, sem qualquer contrapartida por parte deste, nos seguintes casos:

- a) No caso de a Associação, ser dissolvida ou declarada a sua falência ou insolvência;
- b) No caso de arresto, penhora, arrolamento ou apreensão judicial do prédio; c) Seja dado ao imóvel outro destino, que não o constante na Escritura Pública a realizar.
- d) No caso de inactividade por um período de dois (2) anos.

Considera-se que a Reversão opera:

- 1 - No caso da alínea a) desde a data da dissolução ou da declaração de falência ou insolvência da associação;

2 - Na alínea b) logo que o Município tome conhecimento, por qualquer forma, do arresto, penhora, arrolamento ou apreensão judicial;

3 - No caso da alínea c) e d) a partir da data em que seja afecto a outra actividade não prevista na Escritura Pública a realizar e imediatamente após notificação pelo Município para o efeito.

Cláusula Terceira

À Associação, é proibida a alienação do referido prédio urbano, sem autorização expressa do Município de Bragança.

A presente doação só produz efeitos desde que no prazo máximo de um ano a ACISB garanta a resolução integral da sua situação invocada na comunicação enviada a este Município, através do ofício n.º 33/2009, de 05 de Fevereiro último, situação que a ACISB se obriga a comunicar, por escrito, dentro do prazo indicado a esta Câmara Municipal.

Caso não venha a verificar-se a situação prevista no parágrafo anterior, a presente doação não produz efeitos, mantendo-se o actual Contrato de Comodato.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de cedência definitiva, nas condições referidas.

Tendo em conta que o Executivo Municipal considera esta situação de âmbito excepcional, deliberou, por unanimidade, solicitar autorização à Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 23 de Março de 2009.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II - Ofício da ACISB n.º 33/2009; Diploma conferido à ACISB por ter sido reconhecida como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública; primeira página do Diário da República – I Série-A, n.º 215 de 14-09-1999 onde consta a Lei n.º 151/99; Estatutos da ACISB; e Protocolo de Colaboração e Contrato de Comodato.

.....**Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara penso que quer apresentar este ponto, faça o favor.....

----- **Presidente da Câmara** – O Município de Bragança celebrou com a ACISB um contrato de comodato em 12/01/2004 pelo prazo de cinquenta anos relativo à autorização do antigo edifício dos Bombeiros Voluntários de Bragança, aqui mesmo em frente.

----- Elaborou o respectivo projecto, atribuiu um incentivo financeiro de cento e cinquenta mil euros para ajudar a reabilitar o edifício público no Centro Histórico da Cidade, à semelhança do que fez com outros, o que fez com o antigo Colégio dos Jejuítas, que fez com o antigo Banco de Portugal, está a fazer agora também com o primeiro edifício da Agência do Banco de Portugal em Bragança, onde existia a Capela de S. João e como acontece com a reabilitação do edifício onde está a Sede da Junta de Freguesia de Santa Maria.

----- Foi vontade da Câmara Municipal ajudar à instalação com carácter definitivo e com condições de viabilidade à Associação Comercial e à Região de Turismo do Nordeste Transmontano.

----- Naturalmente a ACISB solicitou-nos que fosse concretizada uma doação em substituição do Contrato de Comodato. A Câmara Municipal atenta a razões invocadas decidiu estudar esta matéria, deliberando favoravelmente mas condicionando a doação. Condicionando-a conforme está transcrito na cláusula segunda em que diz expressamente que “a fracção identificada e todas as benfeitorias nela realizadas, reverterão para o Município de Bragança, sem qualquer contrapartida por parte deste, nos seguintes casos:

----- - No caso de a Associação, ser dissolvida ou declarada a sua falência ou insolvência;

----- - No caso de arresto, penhora, arrolamento ou apreensão judicial do prédio;.....

----- - Seja dado ao imóvel outro destino, que não o constante na Escritura Pública a realizar;.....

----- - No caso de inactividade por um período de dois (2) anos”.

----- A Câmara Municipal mandou estudar estas condições, mandou avaliar a eficácia das mesmas e considerámos aceitar o pedido formulado e apresentar esta resolução da Câmara à Assembleia Municipal. Por se tratar da primeira doação que é feita a uma Associação e considerando a Câmara Municipal de que uma situação destas não poderia em circunstância alguma virar regra e por isso queríamos partilhar esta decisão com a Assembleia.....

----- Evidentemente que esta medida permitirá à Associação resolver alguns problemas pendentes que estão expressos na comunicação dirigida à Câmara Municipal, assim como assegurar

condições para implementar projectos que tem aprovados e que deverão favorecer o comércio tradicional.

----- Atentas a estas razões a Câmara Municipal não viu impedimento de que esta decisão fosse tomada nas circunstâncias em que estamos a apresentar, quer no que respeita aos condicionamentos impostos quer no que diz respeito à partilha com o órgão deliberativo.

----- E não se trata, ao contrário do que referiu o Senhor Deputado José Castro, de uma situação de uma lástima, de uma situação que reflecte um declínio, ou o quer que seja. As instituições têm altos e baixos, muitas vezes devem ter a capacidade de em momentos mais frágeis garantir o seu redimensionamento da actividade e saber ressurgir, é sempre assim com as instituições, com as pessoas.

----- O comércio tradicional, em Bragança, nos últimos anos teve uma oportunidade única de aceder a fundos comunitários para se modernizar, soube fazê-lo, a sua Associação soube estar à altura desse desafio e da constituição das parcerias necessárias com o Município para garantir e viabilizar esse processo, como actualmente procura a parceria com outras associações na Região, em Viseu e Astúrias, para aproveitar o novo ciclo de oportunidade de utilização de recursos comunitários para ajudar o comércio tradicional, ajudar os seus associados.

----- Portanto não temos neste processo a leitura e a visão negativa, cuidámos de adoptar as medidas necessárias para acautelar aspectos patrimoniais e portanto propomos à Assembleia Municipal que autorize esta situação.

----- E sobre esta matéria penso que para já era o que tinha a referir aos senhores Deputados.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado Senhor Presidente. Inscrições para pedidos de esclarecimentos? O Senhor Membro da Assembleia, José Castro, tem a palavra.

----- **José Castro** – Em primeiro lugar pedir ao Presidente do Executivo para não retirar do contexto as palavras que eu há bocado proferi relativamente à ACISB, ou seja, no contexto em que falava do papel do Município em dinamizar o comércio, a indústria, os serviços locais, não é? E eu contrapus precisamente esta situação que aparece agora. E esta situação é uma situação muito grave porque no fundo a ACISB representa o comércio, a indústria e os serviços do Município, que é precisamente uma das bases fundamentais do funcionamento da nossa Comunidade e portanto é um assunto sério e que não deve servir de chicana política e tirado do contexto.

----- E as perguntas que a CDU tem para fazer relativamente a este ponto é o seguinte:

----- Em primeiro lugar, qual é o montante da dívida da ACISB, ou seja, quanto é que ela precisa de facto para fazer o seu saneamento financeiro?.....

----- Segundo – quanto é que pensa pedir ao Banco em termos de dinheiro emprestado?

----- Em terceiro lugar – o Banco que eventualmente fará o empréstimo sabe que essa hipoteca é a brincar porque a situação de insolvência do património resulta para a Câmara Municipal? Há algum Banco que eventualmente vai emprestar dinheiro com base num protocolo? Aliás a pergunta até pode ser feita de outra maneira. Como pode, de facto, ser levada a titularidade da fracção para a ACISB exercendo o Município o direito de opção em termos de insolvência? Portanto é essa dúvida que se levanta e que necessitam ser respondidas para toda a gente perceber do que estamos a tratar. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia, Guedes de Almeida, tem a palavra. ...

----- **Guedes de Almeida** – As questões são as seguintes, agradecia que o Senhor Presidente.... Aqui no ponto da ordem de trabalhos diz “cedência de uma fracção independente”. Mais à frente, já na certidão, vem “ considerando que a ACISB solicitou, por escrito, em 05 de Fevereiro último, através do ofício n.º 33/2009, a cedência definitiva das instalações...” , na minuta do contrato ou do acordo prévio, vem no n.º dois “ Pelo presente Contrato o primeiro outorgante, Município de Bragança, entrega ao segundo outorgante uma fracção independente”, não diz é a que título, se é doação, se é empréstimo.

----- Depois tem na cláusula segunda, que acho que há aqui impedimentos jurídicos, ou isto é impossível fazer. Se a ACISB precisa de ter uma propriedade, isto é, garantindo um bem real, para poder fazer o seu saneamento financeiro não pode ser excluído no caso de penhoras ou arrestos, isto é impossível! Portanto Senhor Presidente julgo que só há uma solução, atendendo ???que são subjacentes, até porque o Município é responsável pela crise em que caiu o comércio em Bragança, de fazer a doação sem quaisquer, porque não consegue fazê-lo de outra forma, ou então manter o comodato, e fazer uma doação plena à ACISB e que faça dela o que quiser, porque isto é impossível é o mesmo que estarmos a aprovar “não damos” ou é “não há doação nenhuma”, porque não pode ser feita uma escritura transferindo a propriedade a título de doação com estas restrições, então para que é que serve a doação e a propriedade? Não serve para nada! Quer dizer, isto realmente é impossível. Era isto que eu perguntava ao Senhor Presidente, se isso efectivamente foi bem estudado.....

----- **Presidente da Mesa** – Há mais algum pedido de esclarecimentos?

----- Senhor Presidente, quer esclarecer alguma coisa?.....

----- **Presidente da Câmara** – O documento refere-se a uma doação, é claro, e portanto aquilo que a Câmara solicita à Assembleia é que a doação seja concretizada ou não nas condições em que o Município se propõe. Portanto não há dúvidas nessa matéria.

----- Segundo – O Município não tem nada a ver com a avaliação de risco por parte de instituições financeiras.

----- Terceiro – Não cedemos o valor da operação de financiamento da parte da ACISB;

----- Quarto – Os termos da doação ou as reservas que foram colocadas foram avaliadas com a Associação Comercial e Industrial de Bragança antes da Câmara tomar a deliberação e trazê-la para a Assembleia Municipal, senão seria uma situação algo caricata, a Câmara aprovar, a Assembleia autorizar e chegar a Associação e dizer “ não nos serve”, isso não faria sentido, isso foi avaliado com a Associação.

----- O Município não é responsável pela eventual crise do comércio em Bragança nem em qualquer outra parte, como também a Câmara de Lisboa não é responsável pela crise do comércio em Lisboa.

----- Portanto vai-me desculpar, o Senhor Deputado, é assim, isso não é aceitável, não é razoável. Eu reafirmo, tal como tenho feito nos aniversários da ACISB, com os seus associados, reafirmo o empenho, o entusiasmo, a inteligência dos nossos comerciantes que souberam, face a um processo de instalação excessiva de média/grandes superfícies, face a uma concorrência muito dura, eles souberam vencer essas fragilidades, souberam modernizar-se, souberam utilizar instrumentos financeiros de apoio para esse efeito, tendo sido dos grupos de comerciantes os mais dinâmicos nesse âmbito, a nível nacional, assim foi salientado várias vezes por responsáveis na área do financiamento na Secretaria de Estado do Comércio.....

----- Portanto nós não validamos nem aceitamos esse tipo de observação sobre o Comércio. O Comércio está presente, hoje o Comércio está mais moderno do que estava há anos atrás, muito mais competitivo, mais diversificado e hoje compra-se em Bragança o que se compra nas cidades próximas mais competitivas.....

----- Agora uma coisa é certa, a crise é geral, atinge todos, atinge em Bragança, atinge em Zamora, atinge em Freixo de Espada á Cinta e o Município não é responsável por isso. Mesmo que eu diga várias vezes, é inquestionável, o Município é parceiro do Comércio Tradicional, tem-no sido em vários projectos, vai continuar a sê-lo e será parceiro também do Comércio Tradicional nos projectos

que a ACISB teve recentemente aprovados relativamente aos quais o Município deu a sua concordância. É essa nota que eu também quero deixar bem saliente.

----- O facto de os cidadãos diversificarem os seus locais de interesse em termos de compras é uma liberdade individual de cada um, uns vão a Valadollid, outros vão ao Porto, outros vão a Vila Real, alguns de Zamora vêm a Bragança, de Salamanca vêm a Bragança. Hoje as regras são abertas, a competição é forte e o nosso Comércio Tradicional em Bragança, que cresceu imenso, imenso, veja-se o inventário das empresas ligadas ao Sector Turismo que registámos na Brochura da Segunda Gala de Homenagem a Empresas, veja-se essa realidade das empresas do nosso Concelho, o que é agora e o que era há poucos anos atrás.

----- Certamente que essa observação do senhor deputado é uma observação que não puxa para a frente, respeito-a mas não é positiva e não ajuda os próprios comerciantes. É preciso entusiasmo, é preciso valorizar o Comércio, é preciso mensagens positivas para trazer mais pessoas para por sua vez ajudarem ainda mais o Comércio. As mensagens diversas são contra o interesse dos próprios comerciantes, são contra o próprio interesse inclusivamente, em última instância, contra o interesse público do Município.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Eu vou abrir um período de inscrições para intervenções, até agora foi pedidos de esclarecimentos.

-----

----- **Presidente da Mesa** - Mais um esclarecimento? Não quer juntar à intervenção que fará a seguir? Então faça o favor, mais um esclarecimento.....

----- **José Castro** – Eu pretendia saber que sentido faz, durante as obras de reabilitação do edifício, terem exigido à ACISB o pagamento dos sessenta e oito mil euros que teve que pagar e agora estar-lhe a ceder a fracção?

----- Outra pergunta também é porquê fazê-lo, o apoio à ACISB, à custa do património municipal e não à custa de um contrato programa estabelecido com os comerciantes e com a respectiva Associação para o seu saneamento financeiro e que realmente oferecesse garantias de futuro que a associação tinha viabilidade. Quem nos garante que depois do empréstimo os problemas ficam resolvidos e o Município fica sem património?

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Há mais algum pedido de esclarecimentos?

----- Senhor Presidente, eu ia perguntar se há pedidos para intervenções e o Senhor Presidente como certamente quererá fazer uma intervenção no fim e responderia em conjunto. Eu aceitava inscrições para intervenções. Luís Costa e Guedes de Almeida. Luís Costa, tem a palavra, se faz favor.

----- **Luís Costa** – Em primeiro lugar que fique aqui bem claro e assente da importância que para nós tem a ACISB, achamos que é uma Associação que deve vingar e que deve trazer as mais valias que tem trazido para a sociedade Brigantina, mas achamos que há que separar as águas. Nós o que estamos a falar aqui é doar parte do património que era de todos nós a uma Associação. A partir daqui, se o fizermos, qualquer um de nós, mesmo a título individual, ou associados, poderíamos ter também pretensões, para resolver os nossos problemas financeiros, pedir à Câmara e a pedir a esta Assembleia que se comporte precisamente da mesma maneira. Portanto se eu tiver, e que é muito provável, e acho que estamos todos nesse caminho, infelizmente, mais tarde ou mais cedo viermos a ter problemas financeiros, com a crise, etc., de podermos recorrer a este sistema. Tanto mais, pelas respostas do Senhor Presidente da Câmara, não se sabe se a doação deste património vai de facto resolver os problemas da ACISB. Se houvesse contrapartidas, se eu soubesse que de facto a doação desse património que iria resolver todos os problemas da ACISB e poderiam lançar a ACISB, de novo, mas é que nem essas garantias nos são dadas.

----- Aquilo que se está a propor é a alienação de um património público e comum para servir de caução a um possível empréstimo, à resolução dos problemas económicos de uma associação, além dos aspectos, pelos vistos, que legalmente pouco claros que vêm na proposta que foi aqui apresentada, segundo disse aqui o Dr. Guedes de Almeida.

----- De facto foi proposto pelo meu camarada José Castro, há programas de apoio económico às empresas, há outro tipo de ajudas, que não, possivelmente, que poderão passar não pela alienação do património que é de todos.

----- Nós não seríamos contra, por exemplo, que fosse uma entrega, chamem-lhe uma doação temporária, de quarenta, cinquenta anos, de utilização do edifício. Ora o edifício foi recuperado já com o nosso dinheiro, à custa do Município e entregar o património a uma Associação, embora, voltando a repetir, tendo o peso e a importância que ela tem na nossa sociedade, isso já me custa muito a entender.

----- E eu torno ao direito então de, esperemos que não seja um futuro muito próximo, para resolver também as minhas questões económicas de poder recorrer precisamente à mesma coisa, eu como cidadão do Município possa precisamente usufruir das mesmas prerrogativas que hoje são aqui propostas.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia, Guedes de Almeida, faça o favor.

----- **Guedes de Almeida** – A situação real é esta, real e jurídica, quer dizer, a Câmara não pode fazer a doação, seja do que for, a ninguém, porque não pode dar nada, a lei impede-o, senão cairíamos aqui num facilitismo total, hoje é a Associação Comercial. Por maior respeito que me mereça e merece, a Associação Comercial e Industrial de Bragança, uma instituição antiga, é uma Entidade Privada de Direito Civil, não mexe com o interesse Público, mexe com o interesse de uma classe, portanto também não há qualquer justificação para numa situação de emergência a Câmara Municipal estar a desfazer-se de um seu bem, e muito menos com as condições, até podia, a Câmara pode ficar de avalista da Associação, agora dar-lhe o património sem garantias... ..

-----

----- **Guedes de Almeida** - Seria mais fácil do que... também não pode, da mesma forma. Agora estar a entregar um bem do seu património para poder aceder a uma operação de crédito que apenas serve para receber – alto mas ??? isto é só a fazer que faz. Portanto no aspecto jurídico não pode ser assim, mesmo nas ??? não pode ser assim, muito menos, está impedido por lei, que a Câmara dei-a aquilo que é dos cidadãos, pode é vender, ??? mas tem que ser perante aquele que dê mais, tem que ser uma venda pública e tem que justificar a necessidade de venda. Agora neste aspecto aqui consideramos que efectivamente se trata de uma operação ilegale eu sugeria, numa questão de bom senso, há outras formas de apoio à Associação Comercial e Industrial, ??? se está contabilizada a dívida efectiva, não há garantias de quando pretendem pagar a dívida, apenas há uma referência ao número de associados, que não se sabe que tipo de associados, se são circunstanciais. Há por exemplo uma instituição aí que tem nível distrital e não conseguem ter o número de associados para constituir os corpos gerentes. Portanto a Câmara deve ter alguma cautela com isto, pelo maior respeito que me mereçam as instituições e as Associações Patronais, Associações de Comerciantes. É pena que efectivamente a Associação Comercial, é histórica na cidade de Bragança, segunda consta, em cinquenta e oito recebeu, na sua varanda, o General Humberto Delgado, instalações simbólicas, agora as mentalidades mudaram e neste momento julgo que é uma operação ilegal e que a Câmara deveria retirar este ponto da ordem de trabalhos.....

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia, Luís Pires, foi um ponto de ordem à Mesa? Faça o favor.

----- **Luís Pires** – Senhor Presidente da Câmara, tal como aconteceu com outros documentos, eu sinceramente olhei para o contrato que aqui está, a minha formação não é de jurista e não consigo avaliar a veracidade de algumas afirmações que foram aqui feitas, este documento eu acho que o

que seria interessante que nós numa altura destas ajudássemos a ACISB, no entanto seria interessante, se calhar, retirar este documento da ordem de trabalhos, hoje. Analisar-se mais uma vez, tal como fizemos com outros pontos, noutros temas, noutros Assembleias. Juridicamente se existe alguma lacuna e depois voltava outra vez aqui numa próxima assembleia para se aprovar, porque acho que a ACISB merece que seja aprovado sem este ruído de fundo, todo, que nós temos aqui. Portanto era esta a minha proposta.

----- **Presidente da Mesa** - Será registado, Senhor Membro da Assembleia.

----- Senhor Membro da Assembleia, Nuno Reis, tem a palavra.

----- **Nuno Reis** – Muito obrigado Senhor Presidente. Eu pedi a palavra para dizer que antes mais o direito é uma coisa muito bonita e a análise é ??? Jurídica, não é uma ciência exacta. Eu devo dizer que apesar dos anos de experiência que me separam do Dr. Guedes de Almeida, por quem, de resto, tenho grande apreço e estima profissional, eu não entendo que seja impeditiva a celebração deste tipo de acordos designadamente a celebração de uma doação a condição ou termo, e portanto, assim sendo, eu entendo que não existirá nenhum vício de ilegalidade neste documento.

----- De qualquer forma, Senhor Presidente, há aqui um conjunto de afirmações mais de âmbito político do que propriamente de âmbito jurídico porque não é esse que nos cumpre apreciar, que me levantam sérias reservas.

----- Foram aqui ditas coisas que, perdoem-me a expressão “não lembra ao Diabo” quer dizer, comparar aquilo que é uma Associação de Comerciantes e de Prestadores de Serviços com aquilo que é a minha família, ou a minha empresa, é um perfeito disparate, sobretudo se nós lermos com atenção os documentos que nos foram enviados e dos quais consta uma Resolução do Conselho de Ministros, que nem é o Conselho de Ministros do Partido Social Democrata, que era presidido na altura pelo Primeiro Ministro Engenheiro António Guterres, que faz a declaração da utilidade pública e do interesse público da acção desenvolvida pela ACISB, e por essa via é equiparada a uma pessoa de direito público.

----- Independentemente disso tudo, convenhamos, convenhamos, há que ter algum rigor, há que ter alguma razoabilidade na argumentação, não se podem levar os argumentos ao transe para chegarmos a conclusões absurdas!.....

----- É evidente que há aqui uma necessidade de interferir, há necessidade de apoiar, é verdade que é uma Associação representativa, não é de uma classe, são de várias, porque são prestadores de serviços e são de comerciantes e de indústrias, e que ao longo de muitos anos colaboraram com o Município no sentido de trabalhar no desenvolvimento desta terra e que por contingências várias,

designadamente na questão, mais uma vez, de interpretação jurídica e que disputa com a Administração Tributária e é disso que se trata, se vê na contingência de pedir um auxílio ao Município de Bragança. Os senhores deputados têm toda a razão e têm todo o direito e toda a legitimidade de dizer – bom, mas existem outras possibilidades de apoio, existem outros entendimentos possíveis - estão no vosso direito, estão no âmbito das vossas funções, mas uma coisa completamente diversa é a Assembleia e portanto aqui nesta casa, hoje, cada um assumirá as suas responsabilidades, é a possibilidade de voltar as costas a um pedido de ajuda e uma vez mais reitero, não é uma Associação qualquer, é uma Associação de interesse público, de utilidade pública, que tem trabalhado dentro das suas capacidades, dentro das suas limitações e dentro daquilo que tem sido a vontade também dos seus associados, em prol da cidade e em prol do Concelho.

----- Eu não sei o que é que cada um dos meus amigos virá fazer, posso-lhes garantir, no entanto, que eu não voltarei as costas à Associação Comercial e Industrial de Bragança, e não sou sócio nem nunca fui sócio desta Instituição, não voltarei as costas a esta Instituição e obviamente votarei favoravelmente porque me parece que o Concelho, que o Município não pode voltar as costas àqueles que com relevância trabalham para o interesse público e com relevância vão desenvolvendo actividades da maior importância. Disse

----- **Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia, Bruno Veloso.

----- **Bruno Veloso** – Mais uma vez para reiterar de alguma forma e esclarecer aquilo que também foi dito pelo meu colega Luís Pires. O que move o Partido Socialista não é nada contra a ACISB, muito pelo contrário, nem neste caso concreto contra o próprio documento, mas a forma como o próprio documento está elaborado e pode suscitar algumas dúvidas. Há uma questão fundamental nesta matéria, e acho que é transversal a todos os grupos nesta Assembleia Municipal, é que de facto a importância da ACISB não é só mas também ajuda de facto essa compreensão pelo estatuto de utilidade da própria ACISB, mas isso é reconhecido, não precisava de ter esse rótulo para que todos nós conhecêssemos a importância que tem os serviços e o comércio na nossa Cidade e portanto todo o papel potenciador da própria ACISB. Mas é importante que se diga que este tipo de acordos tem de ter, de facto, clareza, tem que, de facto, haver um melhor possível para que não levantem dúvidas. Bem, e também outra coisa, a Câmara Municipal também pode e deve, junto da ACISB, celebrar alguns protocolos que não envolvam só meramente a questão dum imóvel, porque com certeza que a ACISB terá e tem com certeza outras dificuldades que protocoladas com a Câmara Municipal poderão encontrar as melhores soluções para aquilo que seja o Comércio Tradicional, para aquilo que seja os Serviços e os pequenos Serviços e a Prestação de Serviços. E é isso que verdadeiramente

importa. Mais uma vez aquilo que o Grupo Municipal do Partido Socialista pede é que de facto seja retirado este documento para que possa ser também ele próprio até enquadrado numa outra forma mais ampla de um verdadeiro apoio À ACISB nomeadamente numa altura em que o nosso País e a nível internacional atravessamos uma crise que também vai afectar o pequeno Comércio e os pequenos Serviços.....

----- Portanto eu acho que é nessa lógica e nesse plano que a ACISB deve de facto receber o apoio da Autarquia Municipal e portanto é nesse sentido que pedíamos com alguma serenidade para que se repense esta situação e que, de facto, tenhamos aqui a melhor forma de apoiar esta Associação. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** - O Senhor Membro da Assembleia, Luís Costa, tem a palavra.....

----- **Luís Costa** – Para dar aqui uma resposta ao Senhor Deputado Nuno Reis. Acho que o assunto é demasiado sério para estarmos aqui com demagogias. Foi dito ao princípio, logo, e por todos nós, acho que isto é consensual aqui nesta Assembleia, da importância que a ACISB tem aqui nesta Cidade. Não é esse o problema, o problema, possivelmente, estará no tipo de ajuda a prestar a essa Associação. Portanto, primeiro, o que é proposto aqui é um grave precedente, na nossa opinião, dando o que é de nós todos, portanto o erário público a uma Associação, que não deixa de ser privada e particular.

----- Em termos jurídicos, como sabem, não sou de formação jurídica mas há um velho provérbio, popular se quiserem, “quem dá e tira ao inferno vai parar”, não é? Portanto, ou bem que se está a falar de uma doação, e doando é alienado o património a favor de alguém, portanto em princípio não conheço que se possa pôr lá a cláusula que – caso não querias hoje ou não precisas e tal, isso volta a retornar o património para o Município – e de certeza que existem outras formas de ajudar.

----- Ninguém me diz aqui, nem a sua intervenção, Senhor deputado Nuno Reis, não foca se por acaso a cedência deste imóvel não irá ultrapassar em muito as próprias necessidades da ACISB. Por isso é que nós fizemos logo a pergunta de esclarecimento, não estamos aqui para brincar, estamos a falar, volto a repetir, de um assunto tremendamente sério, digam-nos qual é o valor que está em jogo para pôr a ACISB a trabalhar de novo para bem da cidade e para bem de nós todos. Agora apressar ajudas às cegas tanto pode ser que estejamos a subestimar a dívida, como estejamos a subestimar. ??? para que nós nos passamos medir e possamos tomar uma decisão desta importância em consciência. Será que não seria melhor um pedido de empréstimo à Câmara Municipal de um simples financiamento, fazíamos mais a quarta alteração ao orçamento da Câmara e podíamos

socorrer a ACISB mediante determinadas condições de X,Y ou Z? Será que isso não bastaria? Portanto são demasiadas perguntas, na nossa opinião, que ficam no ar. Obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia, Nuno Reis, faça o favor.

----- **Nuno Reis** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Deputado Luís Costa. Senhor deputado, quando Vossa Excelência não compreender aquilo que eu digo, Vossa excelência tem toda a abertura para me perguntar. Eu tenho todo o gosto em lhe prestar os esclarecimentos sobre o teor das minhas intervenções. Não permito é ao Senhor deputado que me acuse de demagogia quando de forma absolutamente séria e dizendo-lhe olhos nos olhos que percebo a vossa posição, não a corroboro mas percebo, que me acuse de demagogia. Por isso, Senhor Deputado, agradeço-lhe que no futuro se abstenha desse tipo de intervenções.

----- Finalmente dizer-lhe o seguinte, eu acho alguma piada, a um assunto sério, apesar de tudo acho alguma piada, é uma postura algo hipócrita dos Partidos da oposição. Porque? Porque se os senhores repararem nas intervenções que me antecederam os senhores deputados vêm aqui dizer uma coisa - que é um exercício estupendo, mas nós reconhecemos a importância da ACISB, nós reconhecemos o papel da ACISB, nós achamos que apoiar a ACISB é muito importante – pois é, mas consequências dessa ode elogiosa à ACISB, nenhuma! Porque nessa altura quando se pede ao Município para apoiar na exacta medida do que é possível e atentas as necessidades que esta Instituição apresenta a oposição diz – não! não! São muito importantes mas calma lá, isso de ajudar -

----- Ó! Senhores deputados e aquilo que eu lhes digo e disse já anteriormente, é muito, muito simples. Nós somos gente crescida e vamos cada um de nós assumir a responsabilidade pelo voto que aqui assumimos individualmente ou em Grupo, como quiserem, eu, por mim, disse-o de forma frontal, até porque eu comentava aqui com o meu líder de bancada que ainda não percebi bem qual era a diferença fundamental entre isto de dar uma fracção ou entregar o valor dessa fracção em dinheiro, no ponto de vista patrimonial!

----- Bom, mas independentemente disto.....

-----

----- **Nuno Reis** – Não! Por um motivo, não senhores deputados, não, por um motivo, é que se Vossas Excelências tiverem a oportunidade de ler o acordo verificarão é que a ACISB não pode alienar este imóvel. E portanto aquilo que eu disse, reitero, cada um dos senhores deputados votará em consciência e cada um assumirá a responsabilidade de ajudar um parceiro importante neste Município ou de lhe voltar as costas. É tão simples quanto isto.

----- **Presidente da Mesa** – O Senhor Presidente da Câmara quer ainda intervir? Faz favor.

----- **Presidente da Câmara** - O Senhor Deputado Nuno Reis salientou, e bem, que esta Entidade sendo uma Entidade Colectiva de Direito Privado foi-lhe reconhecida a vinte e dois de Janeiro de dois mil e um, conforme documento que foi distribuído, a condição de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública. Entretanto existe já um Contrato de Comodato, a Associação utiliza o edifício, utiliza durante um determinado período de tempo, vinte anos, não sei se é vinte se é cinquenta, mas qualquer que seja o prazo, o Contrato de Comodato é susceptível de remodelação, o que quer dizer que enquanto a Associação continuar a cumprir com os seus objectivos de Entidade Colectiva de Direito Privado e de Utilidade Pública, nenhum Executivo Municipal se propõe não dar continuidade ao Contrato de Comodato, no fundo, a ACISB utiliza esse património do Município para o cumprimento das suas actividades.

----- A doação – a lei não refere expressamente, em artigo nenhum, tratar-se de uma situação de ilegalidade ou de impedimento, não está em parte absolutamente nenhuma da legislação.....

----- Já fizemos doações à Junta de Freguesia da Sé, Santa Maria, Izeda, por exemplo. Tivemos hesitações e fizemo-las sem restrições, a única é que se as freguesias acabassem um dia, o património e as benfeitorias regressariam para a posse do Município, que é normal.

----- Aqui houve um cuidado adicional, a verdade é que a ACISB precisa de uma ajuda, neste momento específico, por parte do Município.

----- ?????? fazer um empréstimo? Nós não sabemos se com estas condições, o Banco em que condições garante o empréstimo, para que montantes, se os montantes são suficientes para a ACISB, ou não! Sem que ocorra uma deliberação no sentido favorável a ACISB não consegue promover iniciativa nenhuma para resolver os seus problemas.

----- Portanto a nossa proposta de que se esta solução que aqui é apresentada e que foi trabalhada sob o ponto de vista legal, também, com senhor Conservador, verificar se estas cláusulas eram eficazes, se faziam sentido, fez-se essa avaliação também com outros juristas, procurámos trabalhar a proposta da melhor forma possível, com a preocupação que apresentámos aos senhores deputados e por isso nos parece que para trazer esta situação a uma próxima Assembleia eu confesso que não sei o que é que nós poderemos acrescentar de novo à proposta. Por outro lado a Câmara não pode dar aval a entidade nenhuma, não pode fazer empréstimos a entidade nenhuma, não pode fazer uma coisa nem outra, portanto essas hipóteses estão colocadas de lado. Também não podemos dar determinado montante e recuperar esse montante pela via, por exemplo, potencial de um arrendamento até esgotar esse montante, porque a ACISB teve um financiamento comunitário para as obras de reabilitação tendo aprovado o Contrato der Comodato com o Município, ou seja, na

verdade não sei o que é que podemos acrescentar mais. Das duas uma, ou esta solução satisfaz os objectivos da Associação Comercial e muito bem, ou se não satisfaz nós teremos que, o Município e a ACISB terão que reavaliar outras possibilidades eventuais de ajuda à Associação. Se a Associação necessita de algum apoio nesta fase em que tem uma candidatura de Fundos Comunitários aprovados, essa candidatura tem em vista o apoio aos seus associados, eu compreendo inteiramente as preocupações particularmente as do Senhor Presidente da Assembleia, mas eu acho que faz sentido é manter a proposta, trocando impressões com os Membros do Executivo e na verdade nós não sabemos o que acrescentar mais. Poderíamos avaliar a hipótese de trazer à próxima Assembleia Extraordinária que teremos que fazer muito brevemente mas eu acho que teríamos que manter esta proposta para os senhores deputados se pronunciarem.

----- **Presidente da Mesa** – Senhores Membros da Assembleia, sendo assim a mim resta-me colocar a proposta à votação. Se me deram licença os Senhores Membros do Grupo do PS, é o que iria vou fazer, precisando o seguinte:

- **A Câmara Municipal pede a aprovação da Assembleia Municipal para a celebração de um contrato com a ACISB nos termos em que estão nesta certidão.**

- **A Assembleia Municipal votará com dois pressupostos:.....**
O primeiro é o da inteira legalidade do documento contratual.....

O segundo é o da eficácia das salvaguardas que constam da cláusula segunda deste contrato. Pareceu-me útil fazer estas precisões porque é uma deliberação séria e não susceptível de dúvidas. Espero com estas precisões fique delimitado a assunção do voto com que a Assembleia deliberará.

..... A proposta da Câmara, nos termos em que está, com os pressupostos que anunciei foi aprovada com quatro votos contra e os votos dos restantes membros da Assembleia presentes (setenta e quatro) a favor.

..... Inscrições para declarações de voto. Senhor Membro da Assembleia, Luís Pires, tem desde já a palavra. Segue-se o Senhor Membro da Assembleia José Castro e depois o Senhor Membro da Assembleia Guedes de Almeida. Victor Prada Pereira fica para o fim.

----- **Luís Pires** – O voto do PS, a favor, desta solicitação da Câmara Municipal de Bragança sustentou-se também naquilo que referimos inicialmente, do interesse da Associação para Bragança, sustentou-se nas premissas que o Senhor Presidente da Assembleia aqui referiu, não teve nada a ver com a eloquência propalada aqui, do Nuno Reis, porque embora não sendo jurista há uma coisa que eu sei fazer que é??? e não foi uma ajuda possível, foi a ajuda solicitada como diz aqui no documento

da ACISB, exactamente nestes moldes que aqui está. A dúvida era se o documento legalmente como ele estava redigido estava ou não correcto. Portanto foram estas as premissas que nós utilizámos para fazer esta votação.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. O Senhor Membro da Assembleia, José Castro, faça o favor. -

----- **José Castro** – O voto contra da CDU vai no sentido de considerar que a ACISB mereceria muito mais consideração e respeito por parte do Executivo Municipal do que propriamente querer receber sem saber exactamente se os seus problemas vão ficar resolvidos ou não. E em segundo lugar porque considera uma irresponsabilidade muito grande, por parte deste Executivo, alienar património do Município sem saber se os fins conseguirão ser atingidos ou não, que é precisamente o saneamento financeiro da ACISB.

----- **Presidente da Mesa** - O Senhor Membro da Assembleia Guedes de Almeida, tem a palavra..

----- **Guedes de Almeida** – O meu voto contra foi essencialmente e só e apenas porque este documento, esta proposta é azar, não vai ser possível fazer a escritura nos termos em que aqui consta. Portanto há aqui um prejuízo objectivo e imediato para a ACISB, não vai ser tão depressa que vai ter o tal crédito. Isso basta, fala aqui em três figuras jurídicas, pelo menos, e é por isto que eu voto contra, estou a justificar a minha declaração de voto, são mais técnicas, da impossibilidade, eu acho que efectivamente merecia mais respeito no aspecto de ??? tratarmos aqui de outras formas de auxiliar a ACISB. Apesar de ser uma Instituição de Utilidade Pública reconhecida, os problemas começam com o fisco, quer dizer, o fisco não lhe reconhece essa qualidade, o próprio Estado não reconhece! E como seria mais fácil, por exemplo, ??? à situação através de um pagamento fraccionado das dívidas ao Estado. Então quer dizer, para nós serve e para o Estado não serve? Acho que há aqui alguma, por patamares, ??? não serve, tem que pagar senão sofre as consequências e a Câmara vai-se ultrapassar ao Estado, já tem utilidade pública. Eu acho que há aqui um contra-senso.

----- Segundo, fala aqui no direito de reversão – no caso de dissolução ou declarada a sua falência ou insolvência – Insolvência no processo, que ninguém conta, é quase feito no segredo. A mim, se neste momento a ACISB me dever dinheiro, eu vou já requerer a falência da ACISB porque não paga. Aonde é que está lá que eu posso impedir... que sou ??? do Estado e não da ACISB? De não declarar ????? a ficar com ??? da dívida? Portanto não há nada que me impeça. O processo de arresto serve para alterar relações entre particulares, da mesma figura. ??????????????????em nome da ACISB, se não qualquer cidadão tinha chegado ali ao Registo – olhe, isto deram-mo mas o Senhor

Conservador ponha aí escrito que ninguém lhe toca, que isto é só para haver dinheiro para mim, não é para pagar. Portanto perante isto que existiu na ??? do documento. E perante estes factos estão a prejudicar a ACISB, não estão a ajudar nada a ACISB.....

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia, Victor Pereira, tem a palavra.

Victor Pereira – Eu venho aqui reforçar algumas ideias que o Luís Pires deixou aqui mas que não me pareceram bem claras.

----- Primeiro ponto – A nossa preocupação com a ACISB ficou mais que evidente da análise que nós fizemos aqui desta proposta.

----- O ponto de ordem que nós fizemos à Mesa era exactamente para acautelar e depois o Senhor Presidente da Mesa, muito bem, duma maneira muito inteligente fez os respectivos reparos.

----- Ponto um – é preciso que esta proposta que nós acabámos de aprovar aqui seja legal. E é baseado nestes pressupostos que o Senhor Presidente disse, que nós votámos a favor. Se realmente for legal o nosso voto é a favor e manter-se-á a favor.

----- Ponto dois - os pressupostos da segunda cláusula têm que também eles serem totalmente cumpridos.....

----- Ponto três – retirando todos estes pressupostos que o senhor Presidente muito bem enunciou a partir daí nós achamos que a ACISB merece isto e merece muito mais, mas se efectivamente não forem cumpridos estes dois pressupostos nós reservamo-nos o direito e por isso mesmo fizemos o ponto de ordem à Mesa, e esta proposta ser novamente trazida a esta Assembleia.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia Nuno Reis, a ultima declaração de voto. --

----- **Nuno Reis** – Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente, saudá-lo pelos reparos iniciais que fez, de facto a deliberação desta Assembleia assenta sobre dois pilares fundamentais. Primeiro, a legalidade do documento e segundo, a total eficácia das clausulas que o compõem. Aliás outra coisa não seria de esperar a partir do momento em que a Mesa admite e agenda os documentos sujeitos a votação e no âmbito da própria Comissão Permanente que tem obrigação de

-----

----- **Presidente da Mesa** – Ó! Senhor Membro, nem tanto!

----- **Nuno Reis** – Tem, tem! Não, não! Peço desculpa. Existe um dever liminar de avaliação da legalidade dos documentos que são remetidos à Assembleia, por parte da Mesa e da Comissão Permanente.....

----- **Presidente da Mesa** – Não, não! Isso não!

----- **Nuno Reis** – Agora, do meu ponto de vista, essa presunção existe, a nossa deliberação favorável atenta exactamente nesses dois princípios e num terceiro fundamental que é a Assembleia Municipal não podia voltar as costas à ACISB. E gostaria apenas de fazer aqui uma correcção a uma coisa que foi aqui dita pelo Deputado Guedes de Almeida e que não é totalmente correcto, quando se diz que a administração tributária não reconhece esse estatuto de utilidade pública e não permite o pagamento fraccionário. Aquilo que existe é uma discordância da ACISB em relação a métodos de aplicação e de quantificação do IVA e portanto a ACISB não pediu o pagamento fraccionado desta dívida! A ACISB faz é outra coisa, não reconhece essa dívida e portanto aquilo que se escuse do Tribunal Administrativo e Fiscal era liquidação da dívida e portanto não pode aqui colher qualquer tipo de argumentação que diga que o não pagamento fraccionado, até porque não foi requerido, não foi admitido pela Administração Tributária. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

----- Senhores Membros da Assembleia estamos a chegar ao último ponto da nossa ordem de trabalhos.

..... **PONTO 4.5 – ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAREM A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DE TRÁS-OS-MONTES.**

..... **Foram presentes duas listas:**.....

Lista A, constituída pelos seguintes membros:.....

- 1 – Luís Carlos Magalhães Pires – **PS**
- 2 – Luís de Sousa Costa – **CDU**
- 3 – António Rodrigues Vieira – **PS**
- 4 – Luís Miguel Vale Fernandes do Vale – **BE**
- 5 – Luís Filipe Pires Fernandes – **PS**
- 6 – Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso – **PS**
- 7 – Manuel António Pires – **PS**
- 8 – José Manuel Correia Santos F. Castro – **CDU**
- 9 - Amílcar dos Anjos Pires – **PS**
- 10- Orlando Augusto Matos Pontes – **PS**

Lista B, constituída pelos seguintes **membros do Partido Social Democrata:**

- 1 – Luís Manuel Madureira Afonso
- 2 – Júlio da Costa Carvalho
- 3 - José Alberto Moutinho Moreno

- 4 - Amândio dos Anjos Gomes
- 5 – Domingos Moura dos Santos

Suplentes:

- 1 - Maria Elisa Monteiro Pires Vilela
- 2 – Rui Fernando Rodrigues Correia
- 3 - António Almeida Dionísio
- 4 – Acúrcio Álvaro Pereira
- 5 - Maria Madalena Morais Morgado

----- **Presidente da Mesa** - Os Senhores Presidentes de Junta que quiserem dar-nos o gosto de continuar connosco, vai-se proceder a uma votação, que não é propriamente das coisas mais atractivas, mas temos muito gosto nisso.....

----- Os outros Senhores Membros queiram permanecer na sala, vamos montar o sistema para fazer a votação.

----- Senhores Membros da Assembleia e membros eleitos queiram fazer o favor de não saírem porque vamos proceder já à votação.

----- Eu pedia ao primeiro da Lista A , Senhor membro da Assembleia Luís Pires, para me indicar alguém para ficar na Mesa para a contagem dos votos e da Lista B, o Senhor Membro da Assembleia Luís Afonso, também alguém para ficar na Mesa. A Mesa delega a Presidência da votação ao Senhor Primeiro Secretário. Faça o favor. E nós ficamos aqui sossegadinhos.

Após votação por escrutínio secreto, e num universo de quarenta e seis votantes, foi obtido o seguinte resultado:

Lista A - 17 votos

Lista B – 27 votos

Votos em branco – 2

Votos nulos – 0

----- Os eleitos, segundo o sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt, foram os seguintes:

- 1 – Luís Manuel Madureira Afonso - PSD
- 2 – Luís Carlos Magalhães Pires - PS/CDU/BE
- 3 – Júlio da Costa Carvalho - PSD
- 4 - José Alberto Moutinho Moreno - PSD
- 5 – Luís de Sousa Costa – PS/CDU/BE

----- Seguem-se os suplentes pela ordem em que estavam nas listas, em substituição de cada um dos eleitos.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado a todos, muito boa noite, até à próxima vez e boa Páscoa.

PRESENÇAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENÇAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Machado Rodrigues **a)**

Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira

Segunda Secretária – Maria Elisa Monteiro Pires Vilela

2 – Membros:

Adérito de Jesus Falcão Lhano
Amândio dos Anjos Costa
António Almeida Dionísio
António Eduardo Fernandes Malhão **a)**
António Guedes de Almeida
António Manuel Afonso
Augusto Acácio Moraes **a)**
Cândido Vaz Alves
Carlos José Cadavez
Delminda Marinho Costa Leite
Domingos Moura dos Santos
Francisco António Alves
Joaquim do Nascimento Pereira
José Alberto M. Moreno
José António Lourenço Rodrigues
José Joaquim Meireles Salgueiro
José Luís Baltazar
José Miguel Gonçalves Miranda
Luís Manuel Ferro Azevedo

Luís Manuel Madureira Afonso
Manuel Ferreira Azevedo Maia
Maria Eugénia Cerqueira B. Afonso
Maria Gonçalves Sampaio Correia da Veiga
Maria Madalena Morais Morgado
Maria Olinda Pereira
Nuno Filipe Machado Reis
Pedro Nuno Gonçalves Nogueiro
Rui Fernando Rodrigues Correia

PARTIDO SOCIALISTA

Amílcar Anjos Pires
António Rodrigues Vieira
Bruno Viriato Gonçalves Costas Veloso
Fernando Carlos da Silva Paula **a)**
Henrique Costa Ferreira **a)**
João Baptista Ortega
Lídia Gomes Valinho
Luís Carlos Magalhães Pires
Luís Manuel Silvestre
Manuel António Pires
Orlando Augusto Matos Pontes
Victor Fernando Simões Alves **a)**
Vítor Prada Pereira

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

José Manuel Correia dos Santos Ferreira de Castro
Luís Sousa Costa **a)**

BLOCO DE ESQUERDA

Luís Miguel Vale Fernandes Vale

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

ALFAIÃO	João Adriano Rodrigues
AVELEDA	Isidro Carlos Pereira Rodrigues
BABE	Manuel António Esteves

BAÇAL	João Francisco Alves
CALVELHE	Ernesto Augusto Morgado Gomes
CARRAGOSA	Carlos Manuel Diegues Teixeira do Vale
CASTRELOS	Amílcar Pereira Ventura
CASTRO DE AVELÃS	José Vicente Fernandes
DEILÃO	Manuel Benites Inácio
DONAI	Luís Aníbal Rodrigues Martins
ESPINHOSELA	Hélder Augusto Martins
FAÍLDE	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
FRANÇA	Amândio dos Santos Costa
GIMONDE	João Victor Alves
GONDESENDE	Aníbal Gilberto Rodrigues Afonso
GOSTEI.	Carolina de Jesus Fernandes
GRIJÓ DE PARADA	Maria Helena Santos Branco
IZEDA	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
MACEDO DO MATO	João Nascimento Fernandes
MEIXEDO	Luís Urbano Gonçalves
MILHÃO	António Alcino Fernandes
MÓS	Anselmo Aníbal Martins
NOGUEIRA	José António Prada
OUTEIRO	João Augusto Paiva0
PARADA	António Manuel Afonso Pires
PARADINHA NOVA	Domingos António Seca
PARÂMIO	Manuel João Afonso Fernandes
PINELA	António Jorge Brás Pires
POMBARES	Afonso Augusto Pires Domingues
QUINTELA DE LAMPAÇAS	Victor Manuel Costa
RABAL	Paulo Hermenegildo de Castro João
REBORDÃOS	Adriano Augusto Correia Rodrigues
REBORDAINHOS	Emília Carolina Fernandes Caminha (Substituta)
RIO FRIO	Humberto Amândio Garcia
RIO DE ONOR	António José Preto
SALSAS	Filipe Osório Caldas
SAMIL	Eduardo Joaquim Portela
SANTA COMBA DE ROSSAS	Francisco José Pires Paula
SANTA MARIA – BRAGANÇA	Jorge Manuel Esteves de Oliveira Novo
SÃO JULIÃO DE PALÁCIOS	Elias dos Santos Vara
SÃO PEDRO DOS SERRACENOS	António Carlos de Sá
SÉ – BRAGANÇA	Manuel Jorge Fernandes
SENDAS	Marco Paulo de Jesus Frei (Substituto)
SERAPICOS	Armando Augusto Venâncio Dias
SORTES	Juvêncio Alves de Carvalho
ZOIO	Manuel Diogo Afonso

a) Aplicação do disposto no n.º 9 do artigo 64.º do Regimento da AM.

II – FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Martinho Eduardo Nascimento

PARTIDO SOCIALISTA

Armando Pinto Bento

Alzira Conceição Bento Gomes

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

CARRAZEDO	Nuno António Baptista Pousa
------------------	-----------------------------

COELHO	Ernesto António Fernandes
---------------	---------------------------

B- CÂMARA

PRESENCAS:

Presidente - António Jorge Nunes
Rui Afonso Cepeda Caseiro
António José Cepeda
Maria Idalina Alves de Brito
Isabel Maria Lopes

.....Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das dezoito horas e trinta minutos e do que nela se passou se lavrou a presente acta que depois de achada conforme – vai ser aprovada na terceira sessão ordinária desta Assembleia Municipal a realizar em 08/06/2009 – vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa.

O Presidente, _____

O Primeiro Secretário _____

A Segunda Secretária _____

